

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Bruno Vicentini Carneio Ewbank Castella

Entre a Cruz e a Crítica:

A historiografia e o tempo nas escritas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)

São Paulo

2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Bruno Vicentini Carneio Ewbank Castella

Entre a Cruz e a Crítica:

A historiografia e o tempo nas escritas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Amilcar Torrão Filho.

São Paulo

2025

BANCA EXAMINADORA:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de financiamento 88887.832669/2023-00.

This work was carried out with the support of Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – financing code 88887.832669/2023-00.

Agradecimentos

Este trabalho representa não apenas a realização de uma fase repleta de experiências significativas e de dedicação intensa aos estudos, mas também de um percurso que começou anteriormente. Naturalmente, a lista de pessoas a quem devo minha gratidão e reconhecimento só cresce, reunindo cada vez mais nomes.

Em primeiro lugar, ao orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Amilcar Torrão Filho, com quem venho trocando experiências desde o início da minha graduação enquanto bacharel em história. Além de me acompanhar em uma Iniciação Científica e na conclusão da minha graduação, foi uma voz de experiência e com certeza é minha grande referência no que diz respeito ao ofício do historiador e do pesquisador. Suas referências me guiam em questões muito além da história.

Aos professores Alberto Luiz Schneider e Iris Kantor, por terem aceitado participar da banca e por serem nortes referencial desde à minha Iniciação Científica, além de todos seus eruditos comentários, pela sagacidade de sua leitura, pela clareza da exposição e, principalmente, pela duradoura impressão que deixaram como modelo de atuação intelectual e acadêmica.

Também gostaria de agradecer aos professores do Departamento de História da PUC-SP, assim como aqueles que atuam somente no Programa de Pós-Graduação em História, cujas discussões e trocas durante meu percurso acadêmico contribuíram em muito na minha formação enquanto pessoa e profissional, em especial Fernando Torres Londoño, Alvaro Hashizume Allegrette, Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Denise Bernuzzi de Sant'Anna;

À minha mãe Juliana Vicentini Carneio pelo apoio e reconhecimento carinhoso em cada etapa cumprida;

Aos amigos feitos durante a graduação, Carolina de Almeida Ferreira, Carolina Pereira Mazzi, Guilherme de Paula Sousa Moura, Jaine Fernanda Mendonça Anunciação, Lucas Aparecido Dorigon Merusse, Maria Clara Veríssimo, Pedro Azeredo Penellas Pereira;

Às amizades de longa data, Lucca Mortari Roig, Fernanda Helito, Rodrigo Cruz Gaia e, especialmente, Letícia Huang Kim, que compartilha os desafios e acertos da experiência acadêmica mesmo estando longe, sendo sempre uma parceira;

Às amizades feitas na minha trajetória enquanto professor, Betina Alves, Gabriella Lopes, Gabrielle Alves, Alexandre Addor, e Gabriella Lopes; à Bruna Azevedo e Luiza Pugliesi, por serem duas das minhas grandes parcerias e referências enquanto educadoras;

Aos meus estudantes Miguel Coutinho, Koji Godinho, Maria Luiza Claro, Kaique Claro, Benjamin Adib e Luisa Veçoso, por terem me ajudado a enxergar o lado de quem orienta, colocando em prática a minha atuação enquanto docente e historiador;

Ao meu amigo Pedro Lucchetti, por ter reacendido o gosto pela pesquisa, que em momentos de dificuldades pessoais se mostrou extremamente abalado, permitindo que os meses finais da realização dessa pesquisa fossem mais serenos e prazerosos;

Por fim, a meu amigo Enzo Falconi, que me acompanha desde o início da minha trajetória acadêmica, me ensinando coisas e compartilhando experiências que influíram enormemente na minha formação enquanto pessoa, devendo também levar créditos pela conclusão dessa pesquisa. Sem sombra de dúvidas, sua realização sem você nunca teria se dado;

Resumo

A presente pesquisa tem o objetivo de refletir sobre como a Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada em março de 1724 na cidade de Salvador, inicia, a partir de suas escritas, um processo de “olhar para si” que, além de consagrar um novo modelo historiográfico, coloca a colônia brasílica enquanto parte central do Império lusitano, promovendo tanto um entendimento único em torno do processo historiográfico quanto do próprio tempo. Apesar de ter tido um curto período de existência, a agremiação baiana produziu um extenso volume de escritas, das quais as dissertações históricas e poemas são o foco desse projeto. A partir de alguns acadêmicos Esquecidos, sendo estes Luís Siqueira da Gama, Caetano de Brito e Figueiredo, Gonçalo Soares da Franca e Sebastião da Rocha Pita, busca-se nessa pesquisa analisar suas escritas como sendo fruto dessa nascente faceta Ilustrada brasílica, que teve como uma característica fundamental a exaltação e consolidação de um lugar brasílico. Dessa forma, a construção dessa história universal consolidou o imaginário de uma colônia com qualidades de uma metrópole, um lugar cuja cultura e a história não seriam subalternas. Portanto, a dissertação pretende ser uma pequena contribuição no que diz respeito não somente ao academicismo brasílico setecentista, como também dar luz à discussão de um nascente pensamento ilustrado na colônia, a partir da historiografia e do tempo.

Palavras-chave: Academicismo, Esquecidos, historiografia, Ilustração, tempo.

Abstract

This research aims to study how the *Academia Brasílica dos Esquecidos*, founded in March 1724 in the city of Salvador, begins, based on its writings, a process of “looking at itself” which, in addition to consecrating a new historiographical model, places the Brazilian colony as a central part of the Lusitanian Empire, promoting both a unique understanding around the historiographical process and time itself. Despite having had a short period of existence, the Bahian association produced an extensive volume of writings, of which historical dissertations and poems are the focus of this project. Based on some *Esquecidos* academics, namely Luís Siqueira da Gama, Caetano de Brito e Figueiredo, Gonçalo Soares da Franca and Sebastião da Rocha Pita, this research seeks to analyze their writings as being the result of this nascent Brazilian Enlightenment facet, which had as a fundamental characteristic is the exaltation and consolidation of the Brazilian place. In this way, the construction of this universal history consolidated the imagination of a colony with the qualities of a metropolis, a place whose culture and history would not be subordinate. Therefore, the dissertation intends to be a small contribution with regard not only to eighteenth-century Brazilian academicism, but also to give light to the discussion of a nascent Enlightenment thought in the colony, based on historiography and time.

Keywords: Academicism, *Esquecidos*, historiography, Illustration, time.

Sumário

Introdução	8
I- A alvorada no <i>reino cadaveroso</i> : Ilustração e academicismo	20
I.I- As <i>luzes</i> nos reinos ibéricos	21
I.II- A Academia Real de História Portuguesa: a institucionalização do procedimento historiográfico	33
I.III- <i>Sol oriens in Occidu</i> : O academicismo no ultramar brasílico	45
II- A República das Letras no Ultramar	55
II.I- Instrução e erudição na colônia: a formação da elite	56
II.II- Salvador: O <i>lugar</i> brasílico	62
III- Práticas de escrita da Academia Brasílica dos Esquecidos	71
III.I- Uma historiografia <i>Esquecida</i>	72
III.II- Uma epopeia brasílica	91
IV- Ilustração Brasílica: um debate entre o tempo e a história	113
V- Considerações Finais	130
VI- Referências bibliográficas	139
VII- Anexos	149

Introdução

Inundaram as fontes o Cristal,
e formaram um rio de furor.
Correu um científico rumor,
por métricos de líquido caudal.

Mais que de Atenas neste Ocidental,
do mar Americano é o licor,
pois seus cristais duplicam o valor,
do impulso de seu essencial.

Sem violência as veias a correr,
bem que para em seu centro descansar,
que sempre os centros são de receber.

Das veias às correntes foram dar,
fontes ao Rio, o rio ao seu ser,
e parou a afluência no seu Mar.

[*Sem indicação de Autor, 1724*]

Por muito, o continente americano fora tomado em sua essência como um lugar a ser explorado e dominado, por vezes um paraíso terrestre, por outras como algo selvagem, “sem Rei, nem lei, sem fé”. Sendo colocado nessa posição de inferioridade frente ao continente europeu, a própria relação entre as duas localidades denota isso, a partir da própria relação entre *colônia* e *metrópole*.

Um local considerado “sem cultura” e “sem história”, tal percepção passa a se transformar com do nascimento da Academia Brasílica dos Esquecidos, em 1724. Fruto de um projeto reformulador lusitano, que teve como objetivo colocar o Estado português como relevante política e culturalmente no cenário ocidental, a academia “deu luz” àquela

terra selvagem e inculta, consagrando assim uma nova Atenas na Bahia¹, como fora colocado por José da Cunha Cardoso, um dos fundadores da academia, em sua primeira oração realizada durante a inauguração da agremiação, em abril de 1724. A academia, cuja missão se dava em estruturar uma história universal da América Portuguesa, fora muito além do que simplesmente idealizar um projeto historiográfico brasílico, colocando a colônia como um local de cultura no Ultramar.

Faltava a maior [*lembrança*], e não sei se a melhor parte do mundo para gozar de tão luminoso, e benigno astro; e ou fosse por acaso da nossa ventura, ou por destino da alta providência no Brasil se acabou o seu Zodíaco, concluindo aqui o primeiro giro, que deu como Sol para alumiar o Universo (...) Na nossa Região, em que êste Sol faz a última presidência, tem sido mais que em tôdas benéficos os seus influxos, to se excetuando alguém da glória de haver recebido a benigna influência, e afluência dos seus raios; de que se não de achar atestações incontestáveis até na boca da ingratião.² (CARDOSO, 1724, pp. 8)

Essa dissertação faz parte de um projeto, que foi reacendido no decorrer o Curso de Graduação em História, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Durante uma disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Amilcar Torrão Filho, trabalhamos um capítulo da obra *Esquecidos e Renascidos*, da Profa. Dra. Iris Kantor³, durante uma discussão em torno de experiências Ilustradas no Ultramar, e ali me encontrei fascinado pelo assunto.

Entender um projeto historiográfico brasílico, a partir dessas Academias setecentistas das quais nunca havia ouvido falar, foi extremamente interessante, visto que normalmente se fala sobre uma historiografia brasileira pautada no século XX, partindo autores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Ainda que o contato com trabalhos que abordam essa História do Brasil no século XIX exista, principalmente com escritas do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), pouco se fala sobre as discussões que vieram antes, muito menos sobre as academias que existiram ainda enquanto o Brasil era uma colônia de Portugal.

O que mais me chamou atenção em relação ao assunto foi essa noção de que essas academias não só trabalharam a construção de uma história brasílica até aquele momento, mas também a forma com a qual passa-se a se considerar o que de fato poderia vir a ser

¹ CARDOSO, José da Cunha. Oração, com que na *domínica in Albis e vinte*, e três de abril dêste ano de 1724 abriu a Academia Brasílica o Doutor José da Cunha Cardoso. In: CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil, 1640-1820/22, pp. 9

² *Ibidem*, pp. 8

³ KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004

uma *identidade brasílica* e, futuramente, brasileira. Meu interesse em torno dessa temática se deu desde antes do meu ingresso à universidade, a partir de contatos que eu tive com autores que não somente discutiam o papel da memória na formação cultural de uma sociedade, como também a construção de uma identidade nacional, como Mário de Andrade.

Após ingressar no curso de história, comecei a pensar em como poderia conciliar meu interesse em torno dessa discussão sobre identidade com o contexto colonial brasileiro, que também é um assunto que por muito me interessava. Após ler o texto de Kantor e ter várias discussões com o professor Amilcar sobre o assunto, consegui conciliar esses interesses em uma Iniciação Científica, na qual pesquisei o modo com o qual a Academia Brasílica dos Esquecidos colocou os indígenas como fontes e personagens da história brasílica.

Através do contato com as escritas da Academia, vários questionamentos começaram a surgir, indo além do que a pesquisa podia comportar. Por muito, esses acadêmicos extrapassaram sua proposta de rememorar e historicizar a colônia, como uma parte constituinte do Império Lusitano. Eles iniciam uma discussão que não só eleva a colônia como uma *Cidade das Letras*⁴, a colocando como um espaço no qual a cultura e a história se fazem presentes, como também iniciam um debate em torno do que consagra o Brasil como Brasil, não somente a partir de sua história, mas daquilo que o compõe.

Seria possível afirmar, então, que a Academia Brasílica dos Esquecidos inaugurou uma nova forma de enxergar o que constituía a colônia? Além disso, como, a partir de suas escritas, a Academia promoveria uma separação entre Portugal e a colônia, entendendo-a não somente como uma extensão do Império lusitano mas como algo próprio e de igual valor?

E, por último, como esse projeto historiográfico realmente promoveu uma transformação no modo com o qual a colônia passa a se relacionar consigo mesma, no que a discussão em torno de uma identidade e cultura brasílicas?

⁴ Conceito que diz respeito a um espaço moldado a partir do racionalismo moderno, presente em: RAMA, Ángel. 1985. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, pp. 157

Tais questionamentos foram abordados no Trabalho de Conclusão de Curso, na medida que compreendi a existência da Academia e suas produções como um marco cultural e historiográfico brasílico. Sendo ela um expoente da Ilustração portuguesa no ultramar e adquirindo uma faceta Ilustrada própria, a agremiação baiana pautou uma nova forma de se enxergar a colônia, ao mesmo passo que não abandonou totalmente o projeto “historiográfico” que vigorava até então, sendo isso uma marca desse modelo Ilustrado.

Até a formação da Academia Brasílica dos Esquecidos em 1724, não havia nenhuma agremiação e/ou organização letrada que estivesse a cargo dessa produção de conhecimento, com exceção dos inacianos. A história brasílica construída por esses religiosos, com um caráter extremamente providencialista, pouco se utilizava de método e averiguação do que era considerada a “verdade histórica”, no que dizia respeito a colônia. Todavia, os religiosos compunham a parcela genuinamente letrada e erudita no território, questão evidenciada pelas inúmeras escritas e por seu papel na educação da elite colonial. Dessa forma, esse monopólio da detenção e produção de conhecimento por eles, em especial os inacianos, é quebrado com a formação da Academia.

Como um expoente da Ilustração católica, a academia não abandonou a teologia como uma verdade, porém ela por si só não conseguia mais se sustentar como verdade, fazendo-se necessário uma conciliação com o ideário de racionalidade que passa a se ser colocado no final do século XVII. A constrói um imaginário único em torno da América brasílica, em uma lógica de que somente a razão pode elucidar a verdade sobre a sua história, razão essa que foi garantida à esses acadêmicos pela fé, colocando-a como sujeito e objeto da história universal de Portugal.

Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa surgiu da persistência desses questionamentos e do desejo de explorá-los em profundidade: o de entender como a Academia Brasílica dos Esquecidos inicia, a partir de suas escritas, um processo de “olhar para si” que, além de consagrar um novo modelo historiográfico, coloca a colônia brasílica de uma forma nunca antes entendida.

O presente trabalho justifica-se por abordar uma demanda de investigação acadêmica sobre a memória, história e identidade brasílicas, dentro do campo historiográfico. Principalmente pela proximidade com o bicentenário da independência política do Brasil em relação a Portugal, as discussões em torno da formação cultural e

identitária brasileiras se acentuaram, porém as produções que norteiam esse assunto acabam por ter uma abordagem centrada no que sucedeu a independência, tratando de poucos movimentos no final do século XVIII e início do XIX como questões de fato relevantes. O estudo em torno desse academicismo brasílico setecentista, que contou com múltiplas agremiações, desde a inauguração da Academia Brasílica dos Esquecidos em 1724, é um assunto mais recente dentro do campo historiográfico.

Por muito, o ele esteve presente dentro do campo da literatura e da crítica literária, ganhando um certo reconhecimento principalmente a partir de autores como o Prof. Dr. João Adolfo Hansen, que tem um amplo estudo em torno das práticas de escrita na colônia entre os séculos XVII e XVIII. Nesses trabalhos, discutiram-se as composições poéticas e o lirismo que esses acadêmicos escreveram, questão que foi possibilitada pela disponibilização desses textos por José Aderaldo Castello, outro estudioso da área de letras, que dedicou todo o primeiro volume de sua obra *O Movimento Academista no Brasil (1641-1820/22)*. Cada um dos cinco tomos desse primeiro volume compilou as várias produções escritas da agremiação baiana, nos poemas (principalmente sonetos) e outras escritas, do primeiro ao quarto, e nas dissertações históricas no quinto.

Nas últimas décadas, a temática passou a ser abordada também no campo historiográfico, principalmente a partir da Profa. Dra. Iris Kantor, com a sua obra *Esquecidos e Renascidos: Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*, de 2004. Tendo Kantor como referência, mais trabalhos na área de história começaram a surgir, sempre em diálogo com a área de letras, abordando questões como as práticas de censura da academia, a sua construção em torno dos indígenas e a retórica empregada em suas escritas, tendo agora as dissertações históricas como as principais fontes para as pesquisas.

Anterior a Kantor, a Prof. Dra. Berenice Cavalcante fora a primeira historiadora encontrada durante as pesquisas a tratar sobre esse academicismo brasílico setecentista, em seu artigo *Os Letrados da Sociedade Colonial: As Academias e A Cultura do Iluminismo No Final do Século XVIII*, publicado em 1995 na Revista do Arquivo Nacional. Para entender essas academias, a autora se utilizou de um texto escrito pelo

Cônego Fernandes Pinheiro⁵ em 1868 sobre a Academia Brasílica dos Esquecidos, como parte de uma publicação do IHGB, além da obra de Castello. Nesse artigo, Berenice aborda a produção escrita no território como reflexos do pensamento Ilustrado, iniciando de fato o debate historiográfico em torno das primeiras academias de história da colônia.

Após um breve levantamento bibliográfico em torno da temática, é perceptível a escassez de pesquisas sobre o assunto. Talvez por um certo desconhecimento, ou até mesmo por um desinteresse, a maior parte dos trabalhos se fixa em pessoas que já o trabalharam em algum momento, por interesse e por terem tido contato a partir de seus orientadores, que pesquisaram o assunto. Dessa forma, essa dissertação se justifica para atender a essa lacuna, que não só diz respeito a um processo historiográfico brasílico, como também a esse novo entendimento cultural sobre o que de fato faz a essência do lugar brasílico. Além disso, esse trabalho contribui tanto para uma discussão historiográfica em torno desse academicismo brasílico setecentista, que ainda se mostra tímido dentro da academia, quanto em uma discussão sobre a construção de um ideário brasílico ainda no século XVIII.

Para desenvolver esta pesquisa, iniciei realizando um levantamento de dois tipos distintos de fontes escritas, produzidas por quatro dos membros fundadores e mais proeminentes da Academia Brasílica dos Esquecidos: poemas (sonetos) e dissertações históricas. Aqui, foram escolhidos os textos escritos pelos desembargadores Luís Siqueira da Gama e Caetano de Brito e Figueiredo, o padre Gonçalo Soares da Franca e o coronel Sebastião da Rocha Pita. Esse corpo documental se encontra na obra de Castello⁶, na qual do tomo I até o IV estão compilados os sonetos e os escritos, enquanto o tomo V, com exceção da obra de Pita, se encontram as dissertações históricas. Pita acaba publicando sua dissertação histórica de forma separada, em uma obra intitulada *Historia da America Portugueza. Desde o anno de mil e quinhentos de seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*.

Kantor também se utiliza desse corpo documental na composição de sua obra, cujo foco se dá justamente em como essas práticas de escrita vão dar início a uma nova

⁵ O Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876) foi um dos mais destacados intelectuais brasileiros durante o Império, dedicando sua vida intensamente às letras e atuando em diversos campos institucionais da época.

⁶ O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I

metodologia historiográfica, valorizando essa agremiação como símbolo de uma experiência corporativa acadêmica. Como a autora coloca, essa experiência não visava somente firmar esses homens como um corpo erudito no contexto colonial, mas também formar uma verdadeira elite intelectual do outro lado do Atlântico, ganhando assim prestígio na estrutura imperial como um todo.

Os esquecidos viam-se como uma expansão das redes acadêmicas peninsulares, distinguindo-se apenas pela distância geográfica em relação à Corte lisboeta. Com alguma pretensão, a Academia procurava reproduzir em escala reduzida um "sistema de Corte" na cabeça da América portuguesa. (KANTOR, 2004, pp. 101)

Através da Academia, a intelectualidade letrada e erudita passou a configurar uma nova estrutura de poder na colônia, em uma relação dual, na qual ela acabou por elevar a América portuguesa como algo além do que uma simples possessão lusitana, ao mesmo passo que o poder real era sempre reafirmado por ela. Dessa forma, a academia era um reflexo da empresa colonial portuguesa, agindo em prol da fé e da civilização lusa, e suas escritas uma afirmação do projeto imperial de dominação e controle, a partir das *letras e armas*, como é colocado por Fernando Nicolazzi⁷, sendo aqui realizada através da historiografia.

A centralidade desse projeto se deu principalmente a partir da própria matriz da agremiação baiana, sendo essa a Academia Real de História Portuguesa. Kantor coloca em seu texto *A Academia Real de História Portuguesa e a Defesa do Patrimônio Ultramarino (1648-1750)* que a agremiação lisboeta, além de promover a glorificação da monarquia portuguesa frente às outras Coroas europeias, enaltece o próprio espaço imperial. Assim, a construção dessa nova história fora feita através de uma releitura das tradições fixadas pelos cronistas dos séculos XVI e XVII, reformulando tanto a fundamentação teológica da expansão ultramarina como também a justificativa em torno das posses territoriais de Portugal no Ultramar.

É impossível desvincular, então, essas academias de suas conotações políticas, uma vez que além de promoverem a inserção de verdadeiros *homens de letras* nas

⁷ NICOLAZZI, Fernando. Entre "letras & armas", a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira do século XVIII. Almanack Braziliense, v. 11, p. 40-51, 2010

dinâmicas culturais e intelectuais do Império, elas também acabaram por formar a unidade de uma matriz cultural portuguesa, sendo a verdadeira ponte entre a *cultura* e o *poder*⁸.

Suas origens remontam ao Renascimento, no qual suas bases cumpriam a função de um aprimoramento moral e intelectual, porém no final do século XVII essas agremiações passaram por um processo de especialização, no qual uma área do conhecimento acaba sendo elevada frente outras, sendo o estudo histórico uma delas. No caso português, o que predominou do século XVII até o século XVIII fora uma valorização da literatura nacional, tuteladas pela primeira nobreza formada após o fim da União Ibérica, possuindo um caráter privado e cortesão, e compostas principalmente por cronistas das diversas ordens religiosas que se faziam presentes ali. A partir de 1720, com a criação da Academia Real de História Portuguesa, tais cronistas foram incorporados às práticas letradas dessas novas academias, permitindo assim a socialização e integração das elites leigas e eclesiásticas, “ao mesmo tempo que estimulava a transferência de informações e competências da esfera eclesiástica para a esfera secular”, como é enfatizado por Kantor (2004, pp 30).

Esse processo, sobretudo no que se sucedeu a partir do início do século XVIII, se encontra ligado às novas correntes de pensamento que surgiram pela Europa ainda no século XVII, sendo o pensamento Ilustrado a principal delas. Como é destacado por Ulrich Lehner em sua obra *A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe*, a Ilustração não configura simplesmente o marco de uma “era da Razão”, mas se dá de fato como um processo de diversidade cultural e sociológica, dando lustre á conceitos que antes eram obscuros. Flávio Rey de Carvalho⁹ pontua que por mais que o pensamento Ilustrado tenha se originado na França, sua disseminação pelo continente Europeu nas décadas finais do século XVII fez com a Ilustração adquirisse um caráter heterogêneo e cheio de nuances, na medida que a utilidade dessa razão deveria se adequar às realidades de cada lugar. Dessa forma, o pensamento Ilustrado não se configura como simplesmente

⁸ BORGES, Eduardo Jose Santos. As academias literárias e a possibilidade de produção do conhecimento autônomo em território colonial (Bahia, séc. XVIII). *Saeculum* (UFPB), v. 1, 2016, pp. 107.

⁹ Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772). Tese (Mestrado em História). Área Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2007, pp. 135.

um afronta ao dogmatismo, visto que *razão* e *religião* não são necessariamente antônimos um do outro.

Suas origens se dão no campo da filosofia, sob uma lógica de que a razão possibilita, a partir da crítica, a chegada em uma *verdade*, que não se dá através de uma força sobrenatural, mas sim da própria experiência do homem. Assim, a razão provém, essencialmente, do campo científico, na medida que o conhecimento produzido através da ciência possui um rigor metodológico e filosófico. Ana Cristina Araújo¹⁰ sintetiza que “Em todas as situações é a autonomia da crítica que funda a superioridade do filósofo. Comparada com a centelha divina, a razão opera uma profunda mutação no horizonte da vida humana” (2014, pp. 270).

Por mais que a “centelha divina” não conseguisse mais operar uma metodologia prática que levasse a verdade, a pluralidade de facetas Ilustradas fez com que o dogmatismo ainda tivesse espaço e relevância dentro desse universo filosófico moderno, sendo o caso Ilustrado ibérico um grande exemplo disso. No caso português, esse ideário de racionalidade não poderia se sobrepor e desfalcara toda a tradição católica da sociedade lusitana, visto que ela se dava como um de seus principais sustentáculos. Portanto, o que ocorreu em Portugal fora a conciliação entre esses dois ideários, firmando uma relação de sustentação e legitimação mútua entre a *razão* e a *religião*, sendo chamada por Lehner de Ilustração Católica.

The state was responsible for the pursuit of happiness and for proper worship, the Church for the interior spiritual welfare of the faithful. If the Church wanted to retain any influence on society at all, it had to prove the usefulness of religion by making a contribution to the moral welfare of the state. (LEHNER, 2010, pp. 27)

O primeiro expoente palpável desse pensamento Ilustrado em Portugal fora justamente a criação da Academia Real de História Portuguesa, na medida que ela teria como objetivo recontar a história de Portugal, sem se sustentar nas fabulações e providencialismos daqueles que a haviam construído nos séculos passados. Esse novo projeto historiográfico teria como sustentação a análise e a crítica das fontes, afim de chegar a uma verdade sobre o que se passara na história lusitana, porém sem abandonar sua tradição religiosa. Sendo a agremiação baiana uma extensão da Academia Real, ela

¹⁰ Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português. Revista de História Regional, v. 19, 2014.

acabou por seguir a mesma lógica, consagrando-se também como um expoente da Ilustração católica do outro lado do Atlântico.

No que precede a criação da agremiação brasílica, o *fazer história* encontrava-se ligado a noção de uma história *magistra vitae*, cíclica e de caráter extremamente providencialista, visto que o grupo que cuidava dessa manutenção histórica pertencia à esfera eclesiástica colonial. A produção jesuítica sobre as terras brasílicas por muito se deu através de sonetos e outros tipos de textos literários, inserindo a América na história teológica europeia, porém no século XVIII essa metodologia já não se mostrava eficiente, visto que a religião não possuía mais o mesmo papel. Com a instalação da Academia em 1724, a América não estaria mais somente inserida na história europeia, mas também começa a ser inserida na sua *história em si*, através de novos procedimentos historiográficos, tornando tanto sujeito quanto objeto dessa nova história universal.

Com a academia, a América brasílica passa a ser compreendida pelos próprios brasílicos, dentro de sua construção de uma história universal. Nela, por mais que os métodos empregados para o fazer história estivessem enquadrados dentro da lógica Ilustrada, ainda sim existia um providencialismo bem pautado, não só pela faceta católica de sua Ilustração, mas também pelo papel cultural, social e político da religião na formação brasílica.

Foi a partir desta minuciosa e ampla análise das fontes que se originaram os principais temas que delineiam os capítulos desta dissertação. No primeiro, falo sobre o que precedeu a formação da academia, questão necessária para a compreensão do que esse movimento academicista fora de fato. Aqui, procurei entender como Portugal se encontrava após o final da União Ibérica, sob o governo de uma nova casa dinástica, que prezou por reaver a noção de uma Portugal gloriosa e imponente através de uma reforma cultural do próprio espírito português, que se encontrava fragilizado devido não somente a dominação espanhola, como também o novo ocidente europeu que se consagrou na segunda metade do século XVII, sendo essa uma Europa após Reformas protestante e católica, muito mais pautada pelo espírito mercantil e comercial do que pela conquista e pela disseminação da fé católica.

Além disso, fora um momento em que uma nova noção de racionalidade começava a se formar, sendo essa o pensamento Ilustrado, que vai se dar de formas muito

distintas nas variadas localidades europeias, em especial na Ibéria, por sua essência muito mais ligada ao catolicismo do que o restante do território europeu. Essa Ilustração portuguesa, consagrando-se por sua faceta católica em sua fase mais inicial, tem sua base tomada como a solução para a crise cultural vivida pelo Império português, e tem a formação da Academia Real de História Portuguesa em 1720 como seu “primeiro ato”. Essa academia, cuja intenção era de recontar a história do Império lusitano a partir da construção de uma nova história universal, feita através de métodos historiográficos de fato, fora o que levou a formação da Academia Brasileira dos Esquecidos em 1724, sendo essa uma extensão da Academia Real e, por tanto, expoente desse modelo Ilustrado, que acaba por desenvolver uma identidade Ilustrada própria, diferenciando-se do modelo português.

A segunda parte dessa dissertação aborda a composição cultural da colônia, tratando sobre a educação e letramento da elite brasileira, que passou a compor essas agremiações acadêmicas. Aqui, o jesuitismo se mostra fundamental, na medida que foram nos colégios jesuíticos os principais polos de saber do contexto colonial, em uma educação muito mais voltada para a moral e erudição ligadas a lógica católica do que qualquer outra coisa, questão que é suplantada a partir do nascimento da agremiação baiana. Mesmo não extinguindo toda a liturgia teológica presente na construção brasileira no que precede 1724, a religião deixa de ocupar seu espaço de primazia, sendo a razão o novo jeito de se chegar à “verdade das coisas”.

Dessa forma, a lógica da dominação portuguesa em relação ao território também acaba por dividir espaço com uma exaltação do próprio lugar brasileiro, sendo necessário colocar como a agremiação, de forma física, passa a representar essa nova visão em torno da cultura brasileira, a partir de sua instalação na cidade de Salvador. Sua sede se encontrava no Pelourinho, que estava em formação. Esse espaço representa uma *ideia da Bahia*, agindo como um símbolo de uma identidade regional, existindo apenas nas formas de seu uso. Ele configura toda a lógica metropolitana que deveria imperar na colônia, constituindo o verdadeiro *lugar* brasileiro e, ao mesmo tempo, a morada lusitana no Ultramar.

A terceira parte buscou tratar sobre as práticas de escrita da Academia Brasileira dos Esquecidos, abordando os tipos de texto que foram produzidos durante o seu

funcionamento. Aqui, são analisados a partir de como foram redigidos e, principalmente, a forma com a qual esses textos, em especial os sonetos e as dissertações históricas, desempenharam um papel na formação de um projeto historiográfico único.

Ademais, esse capítulo se propõe a abordar como a agremiação, mesmo sendo uma academia de história, também se constituiu como uma academia literária, muitas vezes mesclando essas duas abordagens afim de desenvolver essa história universal da América portuguesa, pensando até que ponto essa abordagem consagra sua caracterização como um expoente Ilustrado brasílico, e como se fundamenta aqui uma noção em torno de uma identidade brasílica própria.

A parte final deste estudo visa continuar a tentativa de elucidar como as produções escritas da academia fundam uma nova forma de se enxergar a América portuguesa, não somente como um lugar de história e cultura, mas essencialmente como algo fundamental para a manutenção do Império lusitano. Ao mesmo passo que a colônia não é desconsiderada como tal pelos acadêmicos, sua caracterização perpassa o que constitui uma “simples colônia”, sendo ela colocada na centralidade do Império. Dessa forma, a colônia não é somente um local de exploração, tampouco se encontra como algo desvinculado de sua metrópole, uma verdadeira *brecha*, que culminou em manifestações no final do século XVIII e início do XIX.

I- A alvorada no reino cadaveroso: Ilustração e academicismo

Na primeira metade do século XVI, o Império luso encontrava-se em sua Era de Ouro, sendo protagonista no que se refere ao ocidente europeu. Além de ter sido o primeiro Estado a se consolidar na Europa ocidental, sua participação na exploração do Périplo Africano, o estabelecimento de redes comerciais com a Índia, assim como seu papel imprescindível nas travessias pelo Atlântico, levando à colonização dessa recém “descoberta” quarta parte do mundo, fizeram com que a Coroa lusa se encontrasse em sua era de maior primazia.

Com o desaparecimento do monarca D. Sebastião em 1578 e o início de uma dominação estrangeira do espaço lusitana, essa era de ouro começou pouco a pouco se esfarelar, questão que fora potencializada com a ascensão do protestantismo. Por quase sessenta anos, a nação portuguesa permaneceu quase que estagnada, encarando uma realidade nova com o final da União Ibérica e a retomada de sua autonomia. A consolidação de uma nova dinastia monárquica, bem como tal o novo panorama religioso e filosófico da Europa em meados do século XVII tornou visível a decadência do império português, sendo necessária uma reforma cultural que colocasse essa antes grande nação em um novo apogeu.

Essa nova realidade do século XVI colocou em evidência várias discussões, que desencadearam o desenvolvimento de novos pensamentos e formas de enxergar essa nova realidade social e cultural europeia. A Ilustração, como veio a ser chamada posteriormente, consagrou-se como um resultado de tudo isso, e sua adequação prática perpassou o campo filosófico, abarcando também questões referentes à moral, à ética e, principalmente, às ciências. A partir da Ilustração, a busca em toro da *verdade* passou por transformações de procedimento, e isso fora refletido no entendimento sobre o que seria a *história* e como ela deveria ser feita.

A disseminação desse pensamento Ilustrado, no final do século XVII e início do XVIII, levou ao florescimento de diversas agremiações acadêmicas espalhadas pela Europa, e a Península Ibérica se incluiu nisso, inaugurando um novo tipo de academia, na qual a história se deu como matéria primordial.

I.I- As luzes nos reinos ibéricos

Ao se preocupar com a filosofia moral e as virtudes, o jesuíta Giovanni Botero – um dos principais autores ao popularizar a noção de “razão de Estado” – já aponta que o Reino Português não se encontra mais em sua “era de ouro”, ainda nas décadas finais do século XVI. Em sua obra *Da Razão de Estado* (1589), o autor coloca que o reino lusitano já sofre de uma *decadência*, que leva em conta aspectos morais e religiosos. Ao encarar sua realidade presente, Botero enxerga um reino Português comandado pela Coroa espanhola (por conta da União Ibérica), cujos interesses principais se encontram em razões mercantis.

O Estado da Índia é colocado como uma grande mazela ao espírito português, na medida que sua exploração “corrompeu” o espírito lusitano. Para o jesuíta, a Índia e o avanço comercial de Portugal colocaram em cheque a *moral* e a *religião* para o que representa o reino ibérico, já que a preocupação para com a atividade econômica, oriunda de lá, acaba se tornando mais forte do que o próprio espírito português por excelência, corrompendo a moral e, por consequência enfraquecendo o reino. Botero também consolida a ideia de *Razão de Estado*¹¹, colocando um contraponto sobre os malefícios da Índia, assim pensando em sua importância para a Coroa.

O cronista Diogo de Couto, em sua obra *O Soldado Prático* (1612), também buscou dar uma maior ênfase a certos elementos considerados úteis e necessários para o fim último da “conservação” do Estado e a busca do “bem comum”. Nela, o autor faz amplas denúncias sobre a corrupção existente na administração portuguesa da Índia, a partir de uma longa descrição e representação de diversos aspectos do Estado da Índia que são colocados como viciosos, corruptos e, portanto, causas dos males que acometem a colônia no *tempo presente*.

Assim como Botero, Couto também faz um contraponto a tratar sobre as qualidades do Estado da Índia, descrevendo suas riquezas e possibilidades de grandezas para a Coroa, dando a entender que a corrupção do lugar na verdade não se encontrava ali, mas nos próprios portugueses, dando a entender que a “corrupção moral teria sido não

¹¹A ideia da chamada “razão de Estado” surge no contexto da discussão renascentista em torno da existência de uma específica *arte* (isto é, técnica) da política, independente da moral e dos mandamentos da religião.

importada da Ásia ao reino, mas sim *exportada*, quando (Diogo do Couto) afirma que ‘o pior de lá há fomos nós, que fomos danar terra tão maravilhosa com nossas mintiras, falsidades, bulras, trapaças, cobiças, injustiças e outros vícios que calo’”, como Arthur Cardoso coloca¹². A discussão passa a girar em torno da oposição entre um *passado idílico* e um *presente deteriorado*, na medida que a conquista da Índia se deu com “verdade”, “fidelidade”, “liberalidade”, “valor” e “esforço” dos portugueses mais virtuosos, enquanto esse presente marca a perda desses valores, por conta de sua administração por homens corruptos que nada lembram aqueles da “época de ouro portuguesa”.

O passado “dourado” da Índia portuguesa, enquanto ainda se mantinham esses valores e essa “verdade”, teria perdurado até o governo de D. Constantino de Bragança (1558 – 1561), quando os Vice-reis iam à Índia “embarcados”, de “armas vistidas”, fazendo guerra aos inimigos e servindo ao bem comum. Portanto, para Diogo do Couto, escrevendo já na segunda década do século XVII, vemos não apenas uma nova periodização para o início da “decadência”, como também o entendimento de que a decadência do Estado da Índia estaria ligada à corrupção moral que atinge o próprio reino. A grande maioria dos elementos – para não dizer todos – usados para explicar o início dessa ruína, constituem de causas morais (CARDOSO, 2024, pp. 148)

Tal época de ouro se resume à “verdadeira Portugal”, a Portugal formada pelos Avis no século XIV. Durante o reinado dessa segunda casa dinástica, a Coroa portuguesa não somente se consolidou no cenário ocidental, firmando a exploração do Périplo Africano e estabilizando o comércio com o oriente, como também foi um dos protagonistas na “Era dos Descobrimentos”, estabelecendo a exploração de diversas regiões, da América à Ásia. Neste momento, a Coroa portuguesa era tida como a mais “virtuosa e abençoada”, uma referência para todo o ocidente europeu.

Com a morte de D. Sebastião em 1578, a Coroa portuguesa passa a ser controlada pelo rei Felipe II da Espanha, unindo assim o reino lusitano ao reino espanhol. Durante o reinado filipino, a virtuosidade de Portugal foi cada vez mais diminuindo, por este ser o início de sua corrupção, como é colocado por Botero. Fora aí que o que era mais precioso para Portugal foi apodrecendo, fosse de uma forma palpável ou não. É nesse período (1580-1640) que a moral e a virtuosidade começam a perder espaço para a ganância vinda

¹² CARDOSO, Arthur Feller Rigaud. O doce do açúcar e o perfume das especiarias: discursos políticos sobre os Estados do Brasil e da Índia na Monarquia Hispânica. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2024, pp. 147

do comércio com o oriente (como fora colocado pelos autores), ao mesmo passo que a colônia¹³ do Brasil é invadida e a região nordeste, principalmente Pernambuco, fica sob ocupação holandesa, entre 1630 e 1654, proporcionando assim uma crise para o comércio de açúcar. Mesmo com o fim da União Ibérica e a reconquista da coroa Portuguesa pelos próprios lusitanos, aquela época de ouro não poderia ser retomada, aos olhos daqueles autores. O espírito português estava em crise, pela dominação estrangeira e pela perda de si.

A explicação desses problemas é pautada numa representação do passado de Portugal, em que antes, os portugueses “não tinham posto a felicidade na grande copia de riquezas”, limitando-se e contentando-se com o que da “pátria” lhes era possível, muito mais preocupados com “a conservação e saúde que não seu particular interesse”. As riquezas da Índia, nessa lógica, teriam feito os portugueses largarem sua preocupação com a conservação e o bem comum, perdendo-se e entregando-se “a cobiçar o estranho, incerto e trabalhoso que mais não fizessem cabedal do proprio”, enchendo o reino não apenas de riquezas, mas trazendo também os injustos meios por onde as haviam adquirido. (CARDOSO, 2024, pp. 160)

Francisco Rodrigues Silveira, em sua obra *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia* (1630), coloca de forma bem explícita suas críticas em relação à ocupação portuguesa na Índia, ao mesmo tempo que apresenta idéias de reforma que poderiam remediar a situação, ligadas à razão do Estado. Para o autor, aquele estado presente da ocupação lusitana era fruto de uma “punição divina”, estimulada pelo controle espanhol e pela guerra contra a Holanda. Nesse sentido, a grande missão de Portugal fora desvirtuada, uma vez que a expansão comercial se mostrou mais importante do que a expansão da fé, e retornar a essa última, tal qual era o costume no momento em que os Avis eram os soberanos, não seria o suficiente para que sua honra fosse recuperada. Aqui, a crise do reino lusitano não era somente debatida, mas sim constatada.

Estes são somente alguns dos autores que acabam formando esse movimento de “literatura de reformas”, que buscavam visualizar o passado e suas glórias para que assim

¹³ É importante destacar que o termo “colônia” é objeto de debate na historiografia, sendo por vezes considerado redutor ou anacrônico para descrever a complexidade das relações entre os territórios ultramarinos e a metrópole portuguesa, como António Manuel Hespanha afirma no texto *Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa?*, presente na obra *O governo dos povos*, organizado por Laura de Mello e Souza, Junia Furtado e Maria Fernanda Bicalho. Contudo, o seu uso nessa pesquisa deriva da intenção de demonstrar, utilizando um anacronismo controlado, a dinâmica de troca de mercês e a intrincada rede de dependências mútuas que caracterizaram a estrutura do império português, onde as extensões ultramarinas, como a América Portuguesa, não eram meros apêndices, mas também fontes de recursos e poder para a metrópole, e vice-versa. Utilizo o termo colônia para dar uma dimensão espacial do lugar do Brasil no Império, tema que era central para os acadêmicos Esquecidos e Renascidos.

o presente pudesse ser remediado, visto o estado em que o reino se encontrava. Mesmo não se consagrando como “historiadores” ou eruditos que tratassem do que era entendido como conhecimento histórico, o embate entre um passado glorioso que deveria retornar, por conta de um presente “perdido”, mostra claramente como a noção de uma história cíclica e mestra da vida ainda era a mentalidade que imperava.

Ao fim da União Ibérica em 1640, uma nova casa nobre ascende à Coroa, na figura do novo rei D. João IV de Portugal, primeiro monarca da dinastia dos Bragança. Ao assumir o novo reino com o início da Guerra de Restauração, o Império Lusitano se encontrava muito longe de ser aquela autoridade no cenário ocidental, como era na época dos Avis. Esse império em crise, agora sob comando dos Bragança, teria que reestruturar-se e mostrar-se ainda como uma potência digna, mas tal trabalho não seria tão fácil.

Essa reforma de Portugal pela nova casa dinástica buscava, então, a redescoberta desse *espírito português*, que por muito havia sido desvirtuado, por questões econômicas e morais. Tal espírito deveria resgatar a bravura e relevância (e até mesmo a fé) lusitanas, tal qual em sua Época de Ouro, porém em um contexto internacional já bem diferente daquele do século XVI. Assim, inicia-se o processo de inserção da Coroa lusitana nesse “novo” ocidente europeu, pós-reformas protestantes, que tinha já o mercantilismo como sua base. A partir de toda visão em torno da Índia como uma grande fonte de corrupção moral e política, Portugal volta-se quase que inteiramente para o Atlântico, por este ser o grande polo comercial europeu.

No decorrer do século XVII, a busca pela recuperação de espaço político no cenário internacional frente à ameaça de perda de territórios no além-mar em virtude da rápida ascensão comercial da Inglaterra, da França e da Holanda, ensejou a “atlantização das atenções (REY, 2007, pp. 9)¹⁴

Até o final da União Ibérica, a colônia brasílica já se inseria dentro do escopo estratégico dos interesses lusitanos, especialmente devido à lucratividade da produção de açúcar. No entanto, com o fim da união entre as duas coroas, a colônia passou a ocupar um papel ainda mais central na dinâmica colonial portuguesa. Durante o período filipino, a atenção da administração estava mais voltada para a Índia, vista como uma região de

¹⁴ CARVALHO, Flávio Rey. **Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)**. Tese (Mestrado em História). Área Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2007

comércio altamente lucrativo, que acabou por priorizar essa atenção às possessões territoriais orientais

Ainda assim, a colônia brasílica manteve relevância, especialmente no que toca a produção açucareira, embora o foco maior no Oriente tenha resultado em questões como as invasões holandesas à capital de Salvador em 1624 e a ocupação de Recife e Olinda entre 1630 e 1654. Esses eventos desestabilizaram o comércio de açúcar, com os holandeses aperfeiçoando técnicas de cultivo e minando a dominância lusitana nesse setor, retirando da colônia brasílica sua dominância frente a esse comércio.

Essa reformulação, que visava colocar Portugal no eixo central da Europa novamente, deveria abarcar não somente a percepção do súdito português em relação a sua própria caracterização identitária e cultural coletiva, como também a percepção europeia frente à nação portuguesa. Por muito, Portugal havia caído e perdido a sua posição como uma verdadeira potência europeia, não somente pela não-autonomia durante a União Ibérica, mas também pela ascensão de novos ideários de poder cultural e político, que começam a ganhar força a partir da Reforma Protestante.

O Catolicismo, assim como a própria instituição da Igreja, perdem parte de seu prestígio e relevância no cenário europeu, a partir do avanço do protestantismo, na medida que essas novas idéias acabaram influenciando algumas coroas pelo território. Nesse sentido, por mais que a Reforma Católica tenha tido um papel fundamental na manutenção dessa fé, o catolicismo em si acaba sendo questionado, e nações como os Países Baixos e a Inglaterra, já protestantes, se firmam como novas potências.

Enquanto no século XVI as coroas europeias estavam ordenadas por uma busca e anseio pela *conquista* de novos territórios no ultramar, principalmente na América, no século XVII o foco se dá na *exploração* daquilo que já havia sido conquistado, assim como a mercantilização desses gêneros trazidos das colônias. Assim, começam a ser criadas novas noções do que constitui um Estado poderoso e próspero, que não são pautadas necessariamente por uma escolha divina, mas principalmente por uma lógica e por um poder da Coroa centralizado, a exemplo do que Hobbes coloca em 1651¹⁵.

¹⁵ Na obra *O Leviatã*, Hobbes discorre sobre o funcionamento do Estado, colocando que somente um Estado forte e centralizado que pode manter a paz e, por fim, controlar a todos.

Dessa forma, o Estado se dava cada vez como uma instituição *prática*, regida pelas regras e funcionamentos oriundos de suas próprias necessidades, e não mais tão atreladas a questões religiosas. A partir de tudo isso, novas ideias passaram a florescer no cenário ocidental, sendo a *Ilustração* uma delas.

Por mais que tal corrente de pensamento tenha se firmado de forma mais eficaz na segunda metade do século XVIII, suas raízes e principais apontamentos começam a adentrar nos meios intelectuais da sociedade europeia ainda no final do século XVII. Definir a Ilustração como uma simples *corrente de pensamento* torna o conceito extremamente simplório, na medida que seus ideais, progressivamente no decorrer do século XVIII, passaram a influir nas mais variadas esferas de funcionamento social e político.

A principal base da Ilustração se deu no desenvolvimento de um novo ideário de *racionalidade* que, por mais que tivesse similaridades com a razão humanista que passou a ser compreendida durante o Renascimento, fora algo único, e ao mesmo tempo abrangente. Essa nova *razão* tem seu nascimento oriundo do campo filosófico, no qual a própria filosofia em torno dela tornou-se um ponto central na formação dos espíritos. Como é enfatizado por Ana Cristina Araújo¹⁶, esse ideário de racionalidade é multimodo, de forma que se consagra tanto a partir de uma razão *crítica*, quanto de um progresso da natureza humana.

Essa razão, que tem a natureza como seu domínio primordial, somente podia consagrar-se por meio da *experiência*, sendo esta necessária para que essa atividade universal pudesse adquirir uma expressão concreta, coesa e coerente. A partir disso, essa racionalidade deixa de ser uma ideia abstrata e particular, tornando-se autosuficiente para a manutenção da *verdade*. Assim, razão e verdade tornam-se termos indissociáveis.

Tal papel da manutenção da verdade era antes ocupado, quase que exclusivamente, pela religião, porém a razão não se mostra como uma antípoda a essa noção. Ela, assim como a religião, organiza e dá sentido ao mundo natural, portanto não dissocia o homem do divino. Como Araújo coloca, uma questão que justifica essa

¹⁶ Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português. Revista de História Regional, v. 19, p. 263-281, 2014.

convergência se dá justamente na busca pelo progresso e na humanidade como um dos valores humanos mais elevados, visto que:

(...) Ela conferia à condição humana, independentemente de qualquer raça ou credo, o caráter de imperativo moral, plasmando, no plano mais geral, as aspirações de perfectibilidade do gênero humano. Consequentemente, a razão dos filósofos revelava que a verdade e a felicidade do homem não eram aspirações incompatíveis (ARAÚJO, 2014, pp. 266)

O pensamento Ilustrado não simplesmente toca em questões referentes à verdade, mas também sobre o próprio efeito desse conceito nas práticas cotidianas, abordando também noções referentes à ética do homem moderno, na medida que essa visa dar sentido aos “anseios da perfectibilidade moral e espiritual do ser humano”¹⁷. Com isso, outras questões que também dialogam com o campo da teologia se fundamentam, ao considerar a valorização dada à coabitação humana, assim como essa utilidade comum do conceito na vida prática desses homens.

O conflito aparente entre tais noções se dá na forma com a qual a lógica de bem-estar é colocada dentro dessa discussão, na qual a razão é colocada como fonte das verdades morais, ao mesmo passo que a religião coloca a moral como algo autossuficiente, que se justifica por si só. A razão, então, não é somente um mecanismo para se chegar a uma verdade, mas também um **procedimento**, cuja intencionalidade visava legitimar o que a verdadeira humanidade deveria ser.

Por mais que o debate em torno desse pensamento tenha se estendido pelo século XVIII e se fundamentado mais a partir de sua segunda metade, a *República das Letras*¹⁸ começa a se fundamentar ainda no início do século, através da disputa de discursos e do confronto de perspectivas filosóficas. O conceito de razão vai muito além do que uma ideia, sendo entendida também como a forma mais direta para medir o progresso e relevância dos povos, cabendo então ao filósofo cumprir o papel de educador da humanidade, assim como de conselheiros do Estado, um verdadeiro mediador da verdade.

A percepção em torno do filósofo, considerando-o como aquele capaz de distinguir a verdade das falácias e fabulações que por muito regiam o pensamento ocidental, o coloca não só como um pensador, mas como um verdadeiro cientista, visto

¹⁷ *Ibidem*, pp. 206

¹⁸ Termo utilizado para designar a comunidade intelectual que promovia a comunicação entre os pensadores da Ilustração. Sua origem remonta ao século XVII, como um grupo autoproclamado de acadêmicos e literatos que transcendiam as fronteiras nacionais, mas respeitavam as diferenças de idioma e cultura.

que essa parte da experimentação humana e da análise para poder chegar a uma verdade. O conceito de ciência, portanto, acaba por abarcar mais áreas do conhecimento, além daquelas que se mostraram mais presentes durante o Renascimento, tendo a ciência *social* como destaque. Nesse campo, a História acaba por se destacar, se distanciando cada vez mais de suas matrizes teológicas, assim como outros pensamentos que visavam estudar os funcionamentos sociais, como a Sociologia e a Antropologia

Dessa forma, a Ilustração visava abarcar não somente um tipo de vertente filosófica ou novos procedimentos sociais, cujo objetivo sempre nortearam a busca pelo progresso a partir de uma verdade racional, mas essencialmente a busca pelo que constitui a **identidade do homem europeu**. Aqui, os preceitos religiosos cristãos não são mais o que colocam a comunidade europeia como uma identidade moldada, tão pouco a atuação europeia nas terras asiáticas e americanas. O homem europeu, nesse momento, seria aquele que estivesse inserido dentro de toda a discussão racional em torno do mundo, não somente no pensamento, mas em sua atuação prática. A Ilustração molda a noção do verdadeiro *homem da modernidade*, e o não-enquadramento a esses ideários destacaria um distanciamento das verdades do mundo.

Toda essa lógica, por mais que no início do século XVIII ainda estivesse se fundamentando, possuía um equívoco estrondoso, como fora apontado por Ulrich Lehner¹⁹. Tal noção coloca o contexto cultural europeu de forma uniformizada e singular, considerando que as dinâmicas culturais e sociais das variadas Coroas européias seriam as mesmas, ao passo de que suas reivindicações e questões também se consagraram dentro dos mesmos preceitos. A Ilustração, então, é colocada pelo autor como um “processo de diversidade cultural e sociológica”, sendo um movimento “cosmopolita e nacionalista, de devotos e sépticos, de eruditos e ignorantes” (LEHNER, 2010, pp. 10).

O próprio termo *Ilustração*, originado na França ainda no século XVII, já remonta à um ideário de progresso, através da razão, “dando lustre a conceitos que antes estavam escurecidos”. Aqui, o ato de *dar lustre* vai muito além do que simplesmente dar luz àquelas ideias e pensamentos que até então não podiam se fazer presentes, muito por conta da noção de que a verdade não era oriunda da experiência humana, mas sim do ato

¹⁹ LEHNER, Ulrich. *Introduction: The many faces of the Catholic Enlightenment*. In: *A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe*. Michael (ed.). Leiden; Boston: Brill, 2010.

divino. Além dessa noção de “jogar luz”, o *lustre* promove a ideia de limpeza e de purificação, de glória e de honra. A Ilustração, portanto, teria esses preceitos como sustentáculos, baseando-se na ideia de que a partir dessa nova forma de ver e, essencialmente, entender o mundo, o homem estaria de fato o concebendo como si, de forma verdadeira. Esse ideário seria uma marca legitimadora não só de um poder político e físico, mas principalmente de um poder de conhecimento, por trazer à tona a autenticidade das coisas. A Ilustração, a partir da razão, teria como missão tomar as rédeas do obscurantismo, que por muito fora promovido pela Igreja cristã.

Esse antagonismo frente a religião consagrou uma das marcas do pensamento Ilustrado, na medida que, como é enfatizado por Eduardo Subirats no texto *El imposible esclarecimiento hispánico*. Segundo o autor, a razão pressuposta pelo pensamento Ilustrado é algo que vai ao lado oposto do pensamento religioso, na medida que a religião, por excelência, limita o pensamento racional, impedindo então que qualquer reforma social e cultural de fato ocorram, questão exemplificada pelo autor a partir das duas Coroas ibéricas.

Lo que denominamos con la palabra portuguesa "esclarecimiento" o la castellana de "ilustración" es más bien una traducción y una transposición de definiciones superficiales de la Aufklärung alemana o el Enlightenment anglosajón a un contexto cultural y político en el que sus expresiones intelectuales nunca pudieron franquear las barreras que le impuso la Iglesia católica y una prolongada tradición de absolutismo político e intolerancia intelectual. La ostensible indistinción conceptual entre las palabras "iluminismo" e "ilustración" lejos de poner de manifiesto una reflexión sobre los vínculos y las diferencias entre la noción mística de claridad, luz y pureza, la claridad, pureza y esclarecimiento de la razón moderna señala más bien un punto ciego y una capitulación. (SUBIRATS, 2016, pp. 159)

Para Subirats, qualquer experiência Ilustrada em terras ibéricas nada mais seria do que uma mera imitação esvaziada de sentido, por estas estarem introjetadas por uma tradição católica tão forte e presente que seria impossível uma presença de um ideário mais racional naquele contexto. O autor coloca que a Ilustração pressupõe, além do nascimento de uma razão científica, um repúdio à escolástica, por esta impedir o florescimento de projetos verdadeiramente educativos, filosóficos e reformadores, visto que a escolástica impedia que a razão tenha espaço. Aqui, mais uma vez a Ilustração é colocada como um molde uno, limitando assim o que pode ser compreendido como tal.

O pensamento Ilustrado, como é colocado por Lehner, apresenta diversas facetas distintas, na medida que o contato e a introjeção desse pensamento nos variados cantos

da Europa não se deram da mesma forma. A partir do momento que pensadores das mais variadas nacionalidades e culturas entraram em contato com essas ideários e os levaram de volta para suas terras natais, formando redes de influência da intelectualidade erudita, esse pensamento fora adaptado às realidades e contextos próprios de cada lugar. Dessa forma, seria impossível que seu impacto e efeitos seriam sempre os mesmos. O *Enlightenment* inglês, o *Aufklärung* prussiano, o *Esclarecimento* lusitano, assim como a *Ilustración* espanhola foram todos projetos Ilustrados próprios de cada região, possuindo um mesmo sustentáculo, porém consagrando-se pelas suas particularidades, questão enfatizada por Flávio Rey de Carvalho²⁰.

Depreende-se que muitas das dificuldades de vislumbre e de aceitação da existência de um Iluminismo português, à semelhança dos ocorridos em outros países da Europa, advêm, provavelmente, dessa herança interpretativa, voltada a encobrir com véu uniformizador os vários Iluminismos ocorridos na Europa. Diante da freqüente exclusão de Portugal das sínteses historiográficas acerca do ideário setecentista, alguns historiadores portugueses criaram expressões diferenciadas que, do reconhecimento da existência de algumas peculiaridades no caso luso, possibilitassem a aceitação da recepção de certos fachos das "Luzes do Século" em Portugal. Adianta-se que a tentativa não obteve o resultado esperado, pois a adoção desses termos contribuiu com certo tom pejorativo ao pensamento ilustrado português, colaborando para o recrudescimento da contraposição entre o ambiente intelectual lusitano e o suposto modelo do Iluminismo europeu. (CARVALHO, 2007, pp. 19)

No caso ibérico, sua especificidade está pautada pelo papel que a religião teria dentro desse novo ideário, visto que a tradição religiosa ainda era muito presente, não sendo à toa que Portugal e Espanha eram as “Coroas Católicas”. O projeto Ilustrado que tomou conta ali não teria como sobrepor a razão como o novo sustentáculo social e cultural, colocando a religião em um papel secundário. Para Lehner, *religião e razão* não são noções tão antípodas uma da outra, principalmente essa faceta religiosa pós-reformas tridentinas. A Reforma Católica ocorrida no século XVI também possuiu um ideário de progresso humano muito pautado, abordando não somente questões referentes a visão sobre o papel do Estado, como também um otimismo sobre as mudanças sociais e sobre a natureza humana, a partir da reafirmação dos dogmas católicos. O nome dado a essa faceta Ilustrada, acima de *Esclarecimento* ou *Ilustración*, fora de **Ilustração Católica**.

Tal termo começou a ser discutido somente em 1908, quando o historiador alemão Sebastian Merkle afirmou sua existência e legitimidade, ao colocar que a Ilustração teve

²⁰ Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772). Tese (Mestrado em História). Área Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2007

um impacto positivo na teologia. Para o autor, era aparente que a Igreja católica, durante os séculos XVII e XVIII, conseguiu se adequar a esses novos preceitos filosóficos e sociais que marcaram essa segunda metade da era moderna. Seus críticos, por outro lado, iam contra essa mentalidade, sob o argumento de que a Ilustração fora essencialmente ateuista e agnóstica, além de possuir alguma corrente protestante também. A Ilustração ainda era entendida como algo totalmente desvinculada da fé e, principalmente, da instituição eclesiástica.

Gustav Schnürer e Max Braubach, que sucederam Merkle nessa discussão, também não colocaram a existência de uma Ilustração católica em pauta, mas sim de *eclesiásticos Ilustrados*, para que o termo pudesse comportar tanto católicos quanto protestantes, porém o termo ainda se mostrava insuficiente, visto que ele excluía uma gama de pensadores do século XVII e XVIII que se enquadravam dentro dos preceitos Ilustrados e ainda sim se afirmavam fervorosamente como católicos.

Esses historiadores consagraram-se como historiadores da igreja, porém somente na década de 1970, com o historiador Anton Schindling, o primeiro que não era do mesmo campo, que o termo passou a ser enfatizado de uma forma fora de seu meio convencional. Schindling fora o primeiro que destacou a relação entre a razão e a religião, a partir do desejo de reforma e da visão otimista em relação a natureza humana, porém ainda com críticas, que viam essa relação como algo “forçado” e que não possuía fundamentação²¹. O debate em torno do termo alcançou o século XXI, visto que para muitos historiadores, os efeitos práticos e reformadores que tiveram a Igreja como seu pontapé inicial foram experiências curtas e não duradouras, porém Ulrich Lehner se colocou na frente como uma voz para a legitimidade do processo Ilustrado católico, enfatizando que os historiadores tiveram um papel fundamental na manutenção do termo, visto que a historicização dos processos ocorridos nas variadas localidades europeias firmavam a ideia de que a experiência Ilustrada de fato não poderia ser considerada uma, muito menos ter o seu papel reformador colocado em questão. Para Lehner, religião e razão poderiam dialogar entre si, mesmo que em uma relação de *harmonia discordante*.

²¹ LEHNER, Ulrich. *Introduction: The many faces of the Catholic Enlightenment*. In: *A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe*. Michael (ed.). Leiden; Boston: Brill, 2010, pp. 6.

Nesse caso, religião e razão são ideias compatíveis entre si, agindo a favor desse progresso da humanidade a partir de um auxílio *sobrenatural*, na qual a teologia seria a base da sociedade, prezando assim a perfectibilidade e o otimismo em relação à natureza humana, tal qual o conceito clássico de Ilustração. O grande efeito dessa vertente Ilustrada fora a transformação da fé em algo mais *prático* e *útil* à realidade física, influenciando de forma física e compreensível na vida social. Sua praticidade se deu na “redescoberta” das reformas tridentinas, firmando o poder e a relevância do catolicismo assim como a sua defesa, ao passo de que sua utilidade se deu em sua funcionalidade palpável, ligada ao bem-estar moral do Estado, conscientizando sobre problemas sociais e a responsabilidade do catolicismo frente às ética e moral do homem. Dessa forma, Lehner (2010, pp. 28) coloca que quanto “mais a religião se tornava prática, mais perto de um ideário racional ela se encontrava, visto que ao fazer com que os ensinamentos morais e doutrinários fossem mais práticos, eles necessitavam serem *compreensíveis*”

Dessa forma, a Ilustração católica que começou a tomar forma na península Ibérica no início do século XVIII se fundamentou como uma faceta válida e legítima do processo Ilustrado, e não simplesmente como uma *Ilustração de compromisso*²². Nesse contexto, a razão não suplanta a religião, mas sim concilia-se com ela, em uma relação de *mutualismo*, na qual uma justifica a outra. A razão existe pois fora Deus quem a criou e a deixou a cargo dos homens, ao passo de que a religião não poderia mais ser entendida simplesmente como uma verdade absoluta e infalível, sendo necessária a própria razão para dar sentido a esse divino. A verdade torna-se fruto do homem, a partir das ferramentas disponibilizadas para ele por Deus.

A Ilustração católica não despreza os ensinamentos da razão e da natureza, uma vez que ambas apresentam os mesmos atributos de universalidade e evidência, permitindo o diálogo entre diferentes povos e distintas geografias históricas (...) Para os filósofos e divulgadores das Luzes, a Humanidade configurava um dos valores mais elevados para o homem. Ela conferia à condição humana, independentemente de qualquer raça ou credo, o caráter de imperativo moral, plasmando, no plano mais geral, as aspirações de perfectibilidade do gênero humano. Consequentemente, a razão dos filósofos revelava que a verdade e a felicidade do homem não eram aspirações incompatíveis. (ARAÚJO, 2013, pp. 266)

²² A expressão pode ser encontrada na obra **Elites e Acadêmicos na Cultura Portuguesa Setecentista**, de Norberto Ferreira da Cunha. Com o uso desse termo, o autor buscou relativizar os estigmas de isolamento, obscurantismo e ignorância, que ele considerava injustamente atribuídos à cultura portuguesa após o Concílio de Trento.

No caso Português, a Ilustração acabou por adentrar nas esferas eruditas e políticas do Estado lusitano justamente como uma forma de promover essa reformulação da alteridade portuguesa após o final da União Ibérica e o estabelecimento de uma nova casa dinástica. A dinastia Bragantina tinha a missão não somente de se firmar como uma sucessora à altura dos Avis, carregando consigo o legado Português em sua Era de Ouro, anterior à junção das duas Coroas ibéricas sob o comando da Espanha, mas também de firmar o próprio Estado lusitano nesse “novo mundo” moderno do século XVII, cujo funcionamento se diferenciava do que imperava no século anterior. A Ilustração, portanto, é colocada como o meio com o qual a verdadeira reforma cultural, social e política poderia ocorrer, sendo seu primeiro ato físico, em ambos os reinos ibéricos, a construção de academias. Em Portugal, fora a criação da *Academia Real de História Portuguesa*, enquanto na Espanha fora a *Real Academia Española*.

Only the umbrella term Catholic Enlightenment seems able to convey that the Catholicism under investigation was in discourse, not only with a modern understanding of the Tridentine reform and Jansenism, but also with a movement that tried to “renew” and “reform” the whole of society. That this movement does not easily fit into a neatly defined conceptual category, that its “light” shone less brightly and less distinctly in different contexts, but was nevertheless projected, refracted and refocused in others, makes it very much like the often neglected peripheries of the Enlightenment, a subject worthy of intensive research (LEHNER, 2010, pp. 3)

I.II- A Academia Real de História Portuguesa: a institucionalização do procedimento historiográfico

O universo academicista não era uma novidade no contexto europeu. Suas origens remontam ao século XVI, com as academias de arte, enquanto que o academicismo voltado para a produção e conhecimento científico datam do início do século XVII. A mudança desse eixo puramente focado nas artes para o tratamento de questões relativas ao funcionamento prático e filosófico do mundo possui alicerces no próprio contexto pós-reforma protestante e católica no universo europeu, que possibilitou o florescimento que questionamentos que antes não eram possíveis de serem feitos de forma institucional, dado o poder da Igreja católica.

Nesse momento, o estudo científico abarcava principalmente questões referentes à matemática, engenharia, arquitetura, astronomia, botânica e biologia, porém o estudo

em torno das letras ainda se mostrava presente, mesmo que de maneira bem tímida. Com o decorrer do século XVII e início do XVIII, a partir da disseminação do ideário Ilustrado pelos vários cantos do velho continente, as letras ganharam um papel de destaque muito maior, questão que pode ser evidenciada pela formação das primeiras academias na região Ibérica, ainda em meados do século XVIII. Não somente as letras ganham relevância, como as questões que partem da escrita, tais quais a linguística e a história. Antes questões secundárias, nesse momento esses assuntos são colocados como a força motriz de algumas agremiações, inaugurando uma nova forma de se discutir tais preceitos.

Tratando do caso espanhol, a criação da *Real Academia Española* em 1713 fora um marco para o início institucional do processo Ilustrado naquele Estado. Inspirada pelas *Accademia della Crusca* (1582) italiana e Academia Francesa (1635), seu objetivo consagrou-se em “fixar as vozes e palavras da língua castelhana na sua maior propriedade, elegância e pureza”, como fora colocado no próprio estatuto da academia²³. O estudo em torno da linguística e da língua espanhola veio acompanhado com o ideário de legitimar e potencializar a importância da língua frente às outras faladas no contexto europeu, são se resumindo somente a tratar sobre a literatura espanhola, mas também sobre os meandros da própria língua, a partir de discussões em torno da ortografia, da linguística e das próprias palavras, com a confecção de dicionários.

No artigo *Nuevas instituciones de sociabilidad: las Academias de finales del siglo XVII y comienzos del siglo XVIII*, a pesquisadora Eva Velasco afirma que além de ter a intenção de trazer prestígio para a cultura espanhola frente os outros Estados europeus, visto a *legenda negra*²⁴ que pairava sobre as duas coroas ibéricas, a Academia também possibilitou a nobilitação daqueles que participaram dela, visto que seu patrocínio se deu pela Coroa. Dessa forma, foi concedido a seus membros o privilégio de serem considerados “criados da Casa Real”.

A criação dessa primeira agremiação acadêmica na Espanha marca a primeira organização letrada e erudita no território, com a clara missão de transpor a cultura

²³ ROMANELLO, Carla. *La Real Academia cumplió 300 años en custodia del español*. Periódico Los Andes: Mendoza e Argentina, 2013, pp. 9.

²⁴ “A cuidadosa distorção da história de uma nação, perpetrada por seus inimigos, a fim de melhor combatê-la. E uma distorção tão monstruosa quanto possível, com o objetivo de alcançar um objetivo específico: a desqualificação moral da nação, cuja supremacia deve ser combatida de todas as maneiras possíveis.” — EZQUERRA, Alfredo A. *La Leyenda Negra*. Ediciones Akal, 1997, pp. 25.

espanhola, a partir das letras, para esse novo universo europeu do século XVIII. Aqui, a língua não somente fora colocada dentro de uma metodologia científica, ao ser analisada, explicada e discutida, como também em um projeto de Estado, na medida que sua criação firmou as normas linguísticas para o que a língua espanhola deveria ser, em tudo o que compreendia o Império espanhol. Mesmo sendo essa primeira faceta de um projeto Ilustrado na Espanha, o desenvolvimento desse ideário se deu de fato com a criação, em 1738, de sua primeira academia de história, intitulada de *Real Academia de la Historia*.

Sua concepção se deu a partir de alguns dos mesmos membros da academia *Real Academia Española*, que começaram a discutir a criação de projetos em torno da história espanhola e, após solicitar a proteção do Rei Felipe V, puderam organizar essa nova agremiação, que também estava sob proteção do patronato real. Em seu primeiro estatuto, contava que seu objetivo se firmava na ideia de esclarecer “a importante verdade dos acontecimentos, banindo as fábulas introduzidas pela ignorância ou pela malícia, levando ao conhecimento de muitas coisas que a antiguidade obscureceu ou o descuido enterrou”.

Moreno²⁵ enfatiza que:

La elección de la Historia quedaba plenamente justificada para los asistentes a la Academia Universal por el abandono que había sufrido en las épocas precedentes, lo que hacía si cabe más necesaria su renovación y establecimiento sobre nuevas bases críticas. Era, además, una forma de servir a la nación y contribuir a su engrandecimiento. Con estos planteamientos, la Junta se hacía eco de la labor de desbrozamiento crítico de los falsos cronicones, iniciada durante el reinado de Carlos II por el Marqués de Mondéjar, Nicolás Antonio y Juan Lucas Cortés, y manifestaban su voluntad de continuar esta labor. (MORENO, 2000, pp. 48)

Esse estudo em torno da matéria da história, por mais que agora se encontrava sob tutela de agremiações eruditas protegidas pelo patronato real, não era uma novidade naquele contexto. Esses Ilustrados que tiveram a história como seu objeto foram herdeiros dos ideários prezados pelos *novatores*. Esses precederam as academias e atuaram no decorrer do século XVII em território espanhol. Esses pensadores tinham a missão de firmar uma história “verdadeira” da Espanha, olhando para seu passado como algo glorioso e que deveria ser uma forma de superação das críticas sofridas pela Espanha em decorrência da *legenda negra*. Moreno²⁶ enfatiza que os *novatores*:

²⁵ MORENO, Eva Velasco. *Nuevas instituciones de sociabilidad: las academias de finales del siglo XVII y comienzos del siglo XVIII*. Cuadernos Dieciochistas, ISSN 1576-7914, n.º 1, pp. 39-55, 2000.

²⁶ *Ibidem*.

(...) les unía y les distinguía una profunda convicción intelectual en la moderna ciencia experimental, aunque desde una posición ecléctica, y en la aplicación del espíritu crítico al conocimiento. Con la mirada puesta en Europa elaboraron una conciencia del atraso basada en la percepción de las diferencias culturales entre España y los países de su entorno, que les llevó a crear nuevos cauces, como las tertulias, para la expresión y transmisión de su pensamiento, al margen de las tradicionales instituciones universitarias. (MORENO, 2000, pp. 42)

Os *novatores* enxergavam a história como parte de um processo analítico e experimental, realizado a partir de um método coeso e coerente, porém sua presença não se mostrava forte o bastante para que tais preceitos pudessem ser institucionalizados. O novator Juan de Cabriada, em uma carta publica em 1687 intitulada de *Carta filosófica médico-chymica*, indaga o motivo pelo qual esse gênero de estudo não é perseguido, além de questionar a não existência de academias no contexto espanhol, ao contrário de outros Estados europeus. Essa fala denota que o “atraso” espanhol, reforçado pela *legenda negra*, não era simplesmente uma visão externa, mas também possuía raízes internas.²⁷

Os Ilustrados da *Real Academia Española*, meio século depois, conseguiram colocar esse projeto à frente. A agremiação bebeu por muito do que era defendido pelos *novatores*, entendendo a história não só como uma forma de trazer a tona o passado glorioso da Espanha, como também construir essa história a partir da distinção entre ficção e verdade, realizada através da análise de documentos. Muitos desses documentos analisados haviam sido produzidos por membros da Igreja, trazendo consigo diversas questões que misturavam fatos, teologia e fábulas, porém o ato de criticar as matrizes teológicas dali se mostrava como uma tarefa difícil, dado o papel da religião no contexto espanhol.

Essa limitação religiosa em torno da construção de uma história não fora algo exclusivo da Ilustração católica espanhola, visto que em Portugal tal questão também se fez muito presente. Porém, aqui a história acabou por ser entendida não somente como uma tarefa científica, mas também uma atividade patriótica, por ter o objetivo de legitimar a verdade histórica espanhola. Esse procedimento historiográfico, portanto, seria feito a partir da **crítica** (reconhecendo a decadência cultural espanhola) e pela **apologia** (respondendo as críticas sofridas sobre Coroa Espanhola pelas outras Coroas européias),

²⁷ Ibidem. pp. 44.

como António Mestre Sanchis explica no capítulo *Crítica y apología en la historiografía de los novatores* da obra *Apología y crítica de España en el siglo XVIII*²⁸.

No que toca a Ilustração espanhola do final do século XVII e início do século XVIII, Andrea J. Smidt²⁹ enfatiza que:

Catholic Enlightenment in Spain encompasses all of the distinctly religiously-motivated and uniquely Spanish attempts at bringing science, reason, progress, and greater social utility to Catholicism. As in other areas of Europe, Catholic Enlightenment in Spain entailed a version of Catholicism that was more useful and civilizing to society, but more importantly, this version was arrived at through a critical awareness of history that found inspiration in the spiritual and ecclesiastical roots of the early Church (...) The Catholic Enlightenment that emerged in the first half of the 18th century was inherently unified in nature because of the conditions in Spain around 1700. (SMIDT, 2010, pp. 411)

Dessa forma, a Ilustração espanhola do início do século XVIII dialogou com o pensamento barroco que se fundamentou ali após o Concílio de Trento, fazendo com que a Igreja fosse o centro da sociedade. A religião já era um dos sustentáculos culturais da caracterização cultural espanhola, portanto as ciências que teriam a Ilustração como sua base não poderiam ir contra essa mentalidade, na medida que os pensamentos e ideias que questionassem a palavra divina estariam sujeitos a censura e punições, tanto pela Coroa quanto pelo Tribunal do Santo Ofício.

Por mais que as agremiações tenham tido um papel essencial no florescimento do pensamento Ilustrado, as *tertulias*³⁰, antes utilizadas pelos novatores, também se mostraram importantes, na medida que nesses espaços os filósofos poderiam compartilhar e discutir ideias sem sofrerem perseguições dos setores mais reacionários da sociedade espanhola. Esses filósofos geralmente possuíam algum cargo político ou administrativo no funcionamento do Estado, então a partir das *tertulias* esses homens poderiam criar

²⁸ Segundo Antonio Mestre Sanchís, a crítica e a apologia ocupam papéis distintos, porém interligados, no processo historiográfico. A crítica visa analisar as fontes com rigor, questionando verdades estabelecidas e promovendo uma leitura objetiva dos acontecimentos. Já a apologia busca justificar ou enaltecer determinados personagens, ideologias ou eventos históricos. Embora frequentemente estejam em tensão, ambas revelam aspectos importantes da construção do discurso histórico: a crítica assegura a validade do conhecimento, enquanto a apologia evidencia como o passado é interpretado e utilizado conforme valores e interesses de cada época.

²⁹ *Luces por la Fe: The Cause of Catholic Enlightenment in 18th-Century Spain*. In: LEHNER, Ulrich L; PRINTY, Michael (ed.). *A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe*. Leiden; Boston: Brill, 2010.

³⁰ Encontros para discussão de ideias, normalmente realizados nos salões da nobreza e das elites intelectual e política

redes de influência e assim conceber ideias reformistas para revitalizar a Espanha e a sua monarquia.

In such an environment, the call for Catholic Enlightenment emerged, although not without responses of scorn and criticism that warned of further damage to the Catholic fabric of Spain. Thus, that which has been traditionally considered Enlightenment in the first half of the Spanish 18th century emerged with great debate on and consideration for its “catholicity.” (SMIDT, 2010, pp. 409)

No caso lusitano, os primeiros sinais da trajetória em direção ao academismo oriundo do pensamento Ilustrado científico foram iniciados por D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira (1673-1743), que foi responsável por estabelecer algumas academias. Nessas instituições, a apreciação da literatura barroca se misturava com o interesse pela ciência, assim como proporcionando um ambiente rico para o aprendizado. A primeira dessas agremiações fora a Academia Portuguesa, inaugurada em 1717. Similar à primeira academia espanhola, essa visava, a partir de um método científico, tratar de questões referentes à linguística e gramática. Tendo funcionado por somente cinco anos, essa agremiação não conseguiu consagrar uma verdadeira discussão em torno da reforma cultural portuguesa, cabendo então à instituição fundada em 1720.

A Academia Real de História Portuguesa fora um marco no panorama acadêmico, não só lusitano, mas europeu também. Seu foco primário na matéria da história foi algo inédito, na medida que a história, por mais que a discussão em torno dela se mostrasse presente em outras academias, se encontrava em um papel mais secundário. A partir da criação da Academia Real, a história não somente seria uma temática tangencial, mas sim o cerne de toda produção e discussão dentro desse ambiente acadêmico, por esta se mostrar como a *mestra de todos os conhecimentos*.

Sua criação se deu a partir de um decreto real promulgado no final de 1720, por D. João V, que veio a tomar forma a partir de reivindicações realizadas por D. Francisco Xavier de Meneses e por António Caetano de Sousa. O objetivo principal dessa agremiação aparece de forma bem clara em seu decreto de fundação, que determinou que fosse (re)escrita uma história em torno de tudo o que compreendia o reino português, questão evidenciada pelo seu lema *Restituet omnia*, cuja tradução coloca a ideia de uma restauração total e completa dessa história.

O estudo em torno da matéria da história foi algo bem destacado pelos seus membros, a exemplo de D. Luís da Cunha, que destacou a Academia de História como sendo a “mais útil das academias”, visto que para ele a história compreendia “todas as demais ciências”. Manuel Azevedo Soares, outro membro, também exaltou a produção histórica como a “mais útil das Letras”, além de colocar que seria a partir da história que a glória do monarca e da nação portuguesa poderiam tomar forma de fato. O projeto político no que toca a constituição de uma academia voltada para os estudos históricos fora extremamente marcado, na medida que sua elaboração promoveu um discurso tanto pautado em uma glorificação da nação portuguesa, como da própria Coroa.

Como Iris Kantor destaca no texto *A Academia Real de História Portuguesa e a Defesa do Patrimônio Ultramarino (1648-1750)*:

A Academia Real não se limitava apenas à exaltação da Monarquia, mas deveria emular a elaboração de um discurso de glorificação do espaço imperial. Nesse aspecto, os acadêmicos régios adotaram os procedimentos da crítica erudita para reler a tradição fixada pelos cronistas quinhentistas e seiscentistas, transformando os modos de perceber o passado histórico e reinterpretando a vocação imperial da Coroa portuguesa (KANTOR, 2005, pp. 259)

A agremiação lusitana, portanto, não visava somente colocar o Império português em uma posição central frente às outras Coroas europeias, mas essencialmente compreender que seria através da história que essa legitimação poderia tomar forma de fato. Essa, além de ser vista como “a melhor das ciências”, também proporcionava a possibilidade de agrupar a principal característica desse pensamento Ilustrado católico, sendo essa a conciliação entre a *razão* e a *religião*.

Durante a primeira reunião da academia, o Secretário D. Manuel Telles da Silva leu seu decreto de fundação escrito pelo rei, no qual o monarca português se fez extremamente claro quanto ao seu objetivo: a escrita de uma “história eclesiástica destes reinos, e depois tudo o que pertencesse á historia deles e suas conquistas”. Logo nas reuniões seguintes, seus estatutos foram sendo elaborados, visando uniformizar e criar diretrizes para os tipos de produção que seriam realizadas ali, em sua metodologia e resultados. O primeiro deles³¹ lê o seguinte:

Por tanto deve ser o primeiro cuidado, e principal emprego dos Acadêmicos concorrer para a composição da História de Portugal, principiando pela

³¹ DA HISTÓRIA PORTUGUESA, A. R. Coleção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa. História da Historiografia, 2009, pp. 223.

Eclesiástica, procurando apurar a verdade, sem mais fim, que a obediência, sem mais interesse, que o da glória da Nação, e pelos meios da união, e do estudo; para o que não necessitam os Acadêmicos de outro Estatuto, nem de mais lei, que aquela, lhe ditar o zelo do culto da Religião, do preceito de S. Majestade, do interesse da Pátria, e aumento das virtudes. (1720)

Aqui, toda a relação entre a Coroa e a realização de um novo projeto historiográfico se faz presente, possibilitando o entendimento da academia como um projeto do próprio Estado português. Essa história, além de trazer a tona a verdade sobre o espírito e a alteridade portuguesas, serviria como uma forma de glorificação da nação portuguesa, assim como da Coroa e da Religião. Portanto, acima qualquer questão, a produção acadêmica seria um ato patriótico.

Os estatutos seguintes serviram para sustentar o funcionamento burocrático da academia, abarcando questões como as eleições para os cargos, além do seu tempo de permanência e funções

O *Diretor* fora a figura com o papel da mediação dentro da academia, propondo os assuntos que seriam tratados e realizando as votações para a decisão em torno dessas questões. Além disso, foi a figura que promoveu o diálogo entre a instituição e a Coroa, fazendo-se atento para que as normas e diretrizes fossem cumpridas. Junto com os *Censores*, o diretor encabeçava a figura de máxima autoridade dentro daquele espaço, com exceção do rei. Os censores apoiavam o diretor, garantindo que as discussões seguissem as diretrizes. Ademais, eles poderiam “censurar qualquer abuso, que se introduza, e encontre o instituto da Academia, e da mesma sorte os papéis dos Acadêmicos, e dos mais que se remeterem à Academia; e tudo o que vier ajustado das conferências particulares”, como consta no 4º estatuto da academia (2009).

O *Secretário* fora um cargo vitalício, cumprindo as mesmas funções do diretor em sua ausência, garantindo também o bom funcionamento da agremiação. O secretário também estaria encarregado de escrever compêndios em torno da prática da academia, abarcando questões como os estatutos, as matérias de cada uma das conferências, inventário do material utilizado pela academia para a sua produção e a própria história da agremiação lusitana.

Os *Acadêmicos* sempre seriam cinquenta, e sua eleição se daria dentro da própria instituição da academia. Somente o rei poderia eleger aqueles *Acadêmicos*

Supranumerários, que ganhariam mais destaque dentro da própria instituição, participando da produção de obras julgadas mais importantes.

Na própria *Coleção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa*, publicada pela agremiação em 1721, se fazem presentes reflexões sobre o estudo acadêmico, no qual são colocadas as diretrizes para esse novo procedimento historiográfico. Aqui, a história fora entendida a partir de duas vertentes: a *História Eclesiástica* e a *História Secular* do Império Português. No que toca a primeira, o nome para a sua publicação foi dado como *Lusitana Sacra*, e nela os acadêmicos teriam que tecer uma história em torno da vida dos bispos e de “tudo o que houve de memorável em seus tempos”. No próprio estatuto (2009), é colocado que esses acadêmicos:

(...) hão de aplicar-se a escrever memórias de cada bispado, tem diferente instituto, e não menos útil, e glorioso; pois imprimirá cada um em folha um, ou mais volumes, em que trate a descrição do Bispado, e da cidade, a sua antiguidade, a família, empregos, virtudes, e mais circunstâncias da vida, e morte de cada Prelado (2009, pp. 227)

No âmbito da história eclesiástica, os acadêmicos, a partir de *dissertações*, deveriam falar de tudo aquilo que tocou a vida religiosa, desde festas e celebrações até fundação de conventos e igrejas, descobrimentos de relíquias e outros assuntos ligados a vida litúrgica. Essa caracterização extrapolada por assuntos de matéria religiosa deixa nítida a caracterização católica da faceta Ilustrada lusitana. Era necessário tratar da matéria religiosa pois a religião era algo intrínseco à cultura e sociedade portuguesas, portanto sua abordagem glorificaria o Império como uma nação católica, apresentando o ideário de que fora a partir da Cruz que a Coroa teria sua legitimidade garantida.

Diferentemente do que era realizado pelos cronistas em tempos passados, toda essa matéria religiosa passaria por uma análise, não sendo somente tomada como verdade, como é colocado pelo próprio estatuto:

(...) ficava aos Historiadores imenso o trabalho de examinar os documentos, e tecer a História, ainda que isto fosse vencível, sempre ela ficava com a imperfeição de se encherem as margens de alegações, o fim do volume de documentos, e de interromper a narração com questões nos pontos duvidosos; e assim se entendeu que bastava, que no Prólogo declarassem o benefício, que deverão aos Escritores das memórias, e aos mais Autores, de que se valerão para formar a sua História. (2009, pp. 227)

Enquanto a História Eclesiástica tinha como foco a história religiosa, a História Secular cumpria a função de abordar a própria história do Império Português. Essa história teria como ponto de partida a região da Lusitânia nos tempos romanos, tratando

da região durante o Império Romano, da invasão dos godos, da entrada dos mouros e chegando até o ano de fundação da Academia, sendo esse 1720. O tratamento da história em torno da realeza lusitana também era mandatória, visto que a monarquia deveria se fazer sempre presente e exaltada, assim como da política portuguesa, envolvendo questões como as guerras, descobrimentos, relações com nações estrangeiras, sempre prezando por uma cronologia dos acontecimentos. Essa cronologia era demarcada pela sucessão de reinados.

A análise crítica da documentação é mais uma vez enfatizada pelo estatuto, no qual é colocado que a crítica promove a forma mais segura de se trazer a verdade das coisas, tanto por uma preocupação com a veracidade quanto por um anseio de adquirir glória à pátria portuguesa. Para isso, seria necessário não perseguir somente aqueles documentos produzidos a décadas, mas também autores mais modernos, colocando o exercício desse fazer história em um diálogo mais fundado com a Razão, compreendida aqui em suas facetas científica e religiosa.

Tanto a História eclesiástica como a secular deveriam seguir um corpo de regras comuns, um sistema único de procedimentos de pesquisa é crítica documental. A significativa participação de clérigos nos quadros da Academia Real permitiu ampla integração temática e cronológica, imprimindo uma dinâmica de mútua colaboração entre leigos e religiosos. (KANTOR. 2004, pp. 71)

Até o século XVII, o uso de documentações e textos para a realização de alguma escrita considerada histórica era dado de forma superficial e com basicamente nenhuma discussão em torno da autenticação daquilo que estava sendo colocado ali. Os textos, portanto, eram quase sempre tomados pelo que eles mesmos apresentavam. Isso não significa que uma discussão sobre a veracidade documental nunca houvesse acontecido. Lorenzo Valla, no século XV, fora um dos primeiros acadêmicos a tratar desse tipo de investigação.

Valla coloca em questão um documento intitulado *Doação de Constantino*, referente à concessão do governo de Roma, da Itália e todos os territórios ocidentais do Império Romano ao papa Silvestre I e a seus sucessores, pelo imperador Constantino I. Como um filólogo, Valla realiza um trabalho de análise do documento a partir das palavras e termos utilizados, além de informações anacrônicas e o uso do latim de uma forma incomum. A partir do que o escritor observou, é constatado que aquele documento na verdade era falso, pois teria sido impossível de ser produzido no momento em que

dizia-se ter sido. Com *La falsa Donazione di Costantino*, Valla promove, acima de uma forma, um método capaz de aperfeiçoar a veracidade documental³².

Além de Valla, os pressupostos da diplomática crítica de Jean Mabillon, publicados em 1681 na obra *De re diplomatica* forma fundamentais para o entendimento sobre como verificar a autenticidade de documentos. Como o próprio escritor destaca³³:

I do not deny that in fact some documents are false and others interpolated, but all of them should not be dismissed for that reason. Rather, it is necessary to devise and hand down rules for distinguishing genuine manuscripts from those that are false and interpolated (...) I undertook this task after long familiarity and daily experience with these documents. For almost twenty years I had devoted my studies and energies to reading and examining ancient manuscripts and archives, and the published collections of ancient documents (...) I compared and weighed them with one another that I might be able to compile a body of knowledge which was not merely scanty and meager, but as accurate and as well-tested as possible in a field which had not been previously investigated. (MABILLON, 1681, pp. 165)

Mabillon enfatiza que sua experiência cotidiana no tratamento de documentos, visto que ele também era monge, fez com que ele conseguisse não só reconhecer o tipo de escrita de cada época abordada por cada documento, como também a própria narrativa factual com aquilo que ali estava sendo expresso, a partir da comparação entre diversos documentos. Com isso, seria possível reconhecer a não veracidade de alguns deles, por questões também trabalhadas por Valla, como anacronismos e colocações que apresentassem inverdades. Dessa forma, a análise documental transforma a história em um procedimento, a partir da lógica de que sua escrita seria feita a partir de uma metodologia, consagrando-a de fato como uma ciência.

Sendo uma ciência, a história universal do Império Português que fora escrita pela agremiação lisboeta se deu justamente como um reflexo do pensamento Ilustrado português. A análise documental e a busca por uma história que seria um reflexo da verdade dos acontecimentos fizeram dela uma matéria mais racional e prática, mesmo com seu teor providencialista. Fosse a História Secular ou Eclesiástica, as fontes documentais por muito tinham origens na igreja, assim como vários dos membros que fizeram parte da Academia Real, porém isso não impediu que a história fosse tratada

³² KNAUSS, Paulo. **História e ética: a historiografia como fato moral**. História Unisinos, v. 12, 2008, pp. 142.

³³ *De re diplomatica*. 1681. In: GAY, Peter; WEXLER, Victor. *Historians at Work*, Volume Two, Villa to Gibbon. New York: Harper & Row, 1972, pp. 165

como um procedimento. Esse tratamento teve seus limites bem estabelecidos no estatuto, estando os textos que não os respeitassem sujeitos a censuras.

A tradição católica impedia, em partes, que esse procedimento analisasse todos os documentos tão a fundo, tal qual Valla e Mabillon os fizeram, ao passo de que a sua não análise também não poderia acontecer, visto que essa construção histórica deveria ter uma base documental bem fundamentada. Nesse caso, é possível então colocar que essas escritas seguiram a mesma lógica da própria Ilustração portuguesa, sendo essa a conciliação entre a razão e a religião. Os monarcas e a Coroa continuaram sendo exaltados, assim como a própria Igreja na formação social e cultural de Portugal, porém não da forma que até então era realizada. A glorificação em torno dessas matérias continua, porém sua divinização inquestionável não.

Esse processo de construção de uma nova história portuguesa, portanto, não simplesmente buscou legitimar o Império Lusitano, a partir de sua enquadramento nesse mundo moderno do século XVIII, mas também de firmar uma nova ideia de *identidade portuguesa*. Ao escrever sobre o surgimento do estado português, seus vários conflitos e ocupações durante o tempo, seus feitos e àqueles que o compunham, suas conquistas e méritos, até a importância real e eclesiástica para a manutenção do Império, é colocado o que constitui a *essência* portuguesa, em seus vários âmbitos distintos. Dessa forma, o projeto de reforma cultural promovidos pelos Bragança começa a tomar forma, a partir da matéria da história, firmando o que compunha o homem português.

Aqui, entende-se o português não somente como aquele que reside no centro do Império, mas também todos os seus súditos, que se encontravam espalhados pelos vários territórios que eram posse de Portugal. Aqui, então, entende-se que a história universal de Portugal era realmente a história do Império português, devendo então abarcar essas outras partes desse todo. A problemática em torno disso deu-se na noção do que esses territórios significavam para esses acadêmicos lisboetas: como a construção da história nesses lugares se daria, visto que muitos desses homens nem os conheciam? A solução para isso fora que os letrados desses territórios também se organizassem em academia, sob o patronato da agremiação lisboeta, e assim escreveria essa história sob os mesmos preceitos. Tal questão é colocada no próprio estatuto:

Os Acadêmicos das Províncias tem a ocupação de buscar, e inculcar à Academia os documentos, que se acham nos seus distritos, para as memórias

de uma, e outra História, advertindo os erros que se acham nas impressas, na Genealogia das Famílias delas, porque nos livros das Famílias com escrituras, se pode achar a notícia da qualidade das pessoas, de que se trata nas duas Histórias, com datas do tempo em que viveram, e muitas ações da vida destes Varões ilustres, que se não acham em outra parte. Como em muitos Autores Estrangeiros por ignorância, ou por malícia se acham muitas opiniões, e sucessos contrários à verdade, e à Glória da Nação Portuguesa, se encomenda aos Acadêmicos, que participem ao Secretário na mesma forma, o que encontrarão nos seus novos estudos, nos livros Estrangeiros com as suas reflexões; e da mesma sorte se pede a todos queiram comunicar o que nesta matéria, e nas mais, de que se trata, adquirirão nos seus estudos antigos pelo interesse universal, que resulta à Academia (...) Assim poderá em cada Conferência ter-se notícia do progresso, que faz a Academia no seu assunto, satisfazendo o Real preceito do seu Augusto Protetor, a gloria da Nação, e a expectação, em que está o mundo deste Instituto, que é o primeiro que se fez na República literária. (2009, pp. 29)

Dessa forma, a Academia Real firma um projeto de importar seu ideário para as províncias portuguesas, espalhadas pelas quatro partes do mundo. Sob esse âmbito, a colônia portuguesa na América se fez presente nesse processo, no qual buscou-se organizar a transplantar esse modelo acadêmico para o outro lado do Atlântico. Quatro anos após a fundação da Academia Real de História Portuguesa, sob a égide real e da própria administração portuguesa na América, constituiu-se sua primeira academia, intitulada de *Academia Brasílica dos Esquecidos*.

I.III- *Sol oriens in Occidu*: O academicismo no ultramar brasílico

Excelso Criador da nossa Atenas,
Duas vêzes por vós instituída,
Pois se como Erector lhe deste a vida,
Lha haveis de conservar como Mecenas,

Pelas desta Academia ilustres cenas
Trocar Apolo as suas não duvida;
E para fundar nelas se convida
Melhor côro de harmônicas camenas.

Aos sábios desta Atenas comparados
Por vós, farão no mundo conhecidos
Das cem bôcas da fama os grandes brados.

Dêstes hão de ser tais os estampidos,
Que no mundo por vós fiquem lembrados
Os que estavam na América Esquecidos.

[José da Cunha Cardoso, 1724]

Fundada na cidade de Salvador, a Academia Brasílica dos Esquecidos, assim como sua matriz na metrópole lusitana, passou a configurar um novo panorama academicista do outro lado do Atlântico. Além de ser a primeira agremiação acadêmica na colônia lusitana, ela fora a primeira academia de história no continente americano, dando início a todo o procedimento historiográfico que vai vigorar no território no que a sucedeu.

Como fora colocado no estatuto da Academia Real de História Portuguesa, o objetivo de construir uma história universal do Império lusitano deveria então abarcar toda a matéria que era compreendida dentro dessa vasta nação portuguesa, porém o desconhecimento prático das províncias além da metrópole, assim como sua distância da capital do Império, fariam dessa matéria algo extremamente complexo e de difícil realização. Dessa forma, instigar a criação de agremiações provinciais seria uma solução para esse dilema, visto que não haveria grupo melhor para tratar das matérias específicas de cada localidade do que aqueles que as habitavam e encontravam-se inseridos dentro de suas relações sociais, cotidianas e políticas. Diretrizes específicas foram colocadas para esses homens de Letras que passariam a integrar essa empreitada, fazendo-se clara a intencionalidade de promover um procedimento histórico uniforme dentre as várias colônias portuguesas espalhadas pelas quatro partes do mundo.

Foram a partir dessas circunstâncias que o quarto vice-rei da colônia brasílica, Vasco Fernandes César de Menezes, no dia 7 de março de 1724, estabeleceu a Academia Brasílica dos Esquecidos. Seu objetivo, assim como de sua matriz, firmou-se na escrita de uma história universal da América portuguesa, de suas origens até o ano de fundação da agremiação baiana. Como Iris Kantor expõe, celebrações em torno do nascimento da academia foram realizadas por noticiários em solo europeu, como a *Gazeta de Lisboa* e a *Mercure Historique de France*, reconhecendo sua importância como sendo a primeira experiência acadêmica brasílica.

Em 1722, no que precedeu sua fundação oficial, o rei D. João V solicitou ao vice-rei da colônia César de Menezes que ele enviasse a memória impressa da Academia Real de História Portuguesa às autoridades civis e eclesiásticas da colônia, como os governadores provinciais e bispados espalhados pelo território. Dessa forma, a coleta e organização documental a partir das câmaras, cartórios e provedorias iniciou-se, sendo requisitado que esse levantamento fosse enviado o mais brevemente para a Secretaria do Estado em Salvador, visando que a fundação de uma empreitada acadêmica já teria que ter essa documentação disponível para que suas atividades fossem possíveis e tomassem forma.

Assim como no caso de sua matriz, fazer parte da agremiação baiana apresentava uma dupla vantagem, tanto ao vice-rei quanto aos homens que a iriam compor. Iris Kantor³⁴ enfatiza que, para o vice-rei, o empreendimento acadêmico “aumentava seu prestígio simbólico na Corte lisboeta e aprofundava os seus laços com a elite local”. No que toca os acadêmicos, fazer parte de uma agremiação desse porte, a partir dessa *sociabilidade intelectual*, como é colocado por Kantor, fazia com que a visibilidade em torno desses homens frente à Corte aumentasse. O ingresso a uma instituição como essa, assim como fora no caso da Academia Real, fazia com que esses homens se enquadrassem como verdadeiros súditos da Coroa, na medida que estes estariam prestando um serviço essencial para a manutenção da Coroa, possibilitando então algum tipo de remuneração a esse tipo de serviço.

No horizonte dos acadêmicos brasílicos, a expectativa da retribuição da mercê régia era um elemento de mobilização importante. De tal maneira que a escrita da história podia ser transformada em moeda de barganha no jogo político entre os colonos e os poderes centrais (KANTOR, 2004, pp. 98)

Dessa forma, a empreitada acadêmica nas terras brasílicas também possuiu conotações políticas bem fundamentadas. No caso dos membros da academia, o prestígio e a visibilidade frente à elite colonial e lisboeta foi algo certo, enquanto a própria instituição da academia, a partir de sua escrita da história, promoveu um movimento de dupla tensão: ao mesmo passo que essa história justificaria a posse de Portugal sobre o território, assim como seu enquadramento no que era entendido como a nação portuguesa, a Academia também iniciou um processo de entendimento em torno do que constituía a

³⁴ Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

própria alteridade brásilica, visto que era impossível considerar que essas duas localidades seriam compostas pelos mesmos preceitos culturais e sociais.

O projeto historiográfico de uma construção da história da América portuguesa fora, portanto, mais um mecanismo de dominação da metrópole frente a colônia, promovendo reflexões em torno dos laços que prendiam a América à Portugal. Por ser uma extensão da Academia Real, seus procedimentos historiográficos partiriam dos mesmos pressupostos metodológicos, utilizando-se da análise crítica para trazer à tona a verdade histórica sobre o que constituía a colônia. Essa historiografia, portanto, assumiu o papel de colocar a história como instrumento legitimador da própria colonização, e Portugal como a nação que permitiu o florescimento de tudo aquilo que compunha a América brásilica. Fernando Nicolazzi³⁵ analisa que:

O *topos* de longa data que sugere a relação íntima entre “letras & armas”, estabelece certa reciprocidade a partir da qual linguagem e experiência, palavra e ação, ciência e política misturam-se de modo que a tarefa do literato e aquela do militar podem ser equiparadas segundo princípios equivalentes. Ou seja, o glorioso empreendimento lusitano se deu com homens que carregavam, muitas vezes simultaneamente, a pena e a espada. A Academia dos Esquecidos nasce sob o signo dessa relação. O que está por trás dessa questão é justamente o papel do discurso histórico como elemento fundamental da política imperial portuguesa, encarado segundo uma perspectiva de história *magistra vitae* em suas relações com as práticas do bom governo. (NICOLAZZI, 2010, pp. 42)

A partir do momento que a historiografia começou a ser entendida como um procedimento e não simplesmente como uma narrativa, a disputa em torno daquilo que iria compreender a verdade possibilitou que essa também fosse algo construído, e intrinsecamente ligado aos interesses daqueles que a encomendaram. Dessa forma, a história tornou-se um meio pelo qual as pretensões do Império luso poderiam tomar forma, colocando assim a América portuguesa como algo integrado à história universal portuguesa e à história europeia. Os acadêmicos, portanto, consagraram-se como verdadeiros servos da Coroa, cumprindo assim sua “profissão de ilustrar as armas” e sua “propensão a honrar as letras” daquela vasta província do Império lusitano, como fora colocado por Nicolazzi (2010, pp. 41).

O início da passagem de uma história *magistra vitae* para uma *história em si* fora justamente o que possibilitou que a historiografia cumprisse tanto o papel de erudição

³⁵ Entre “letras & armas”, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira do século XVIII. Almanack Braziliense, v. 11, p. 40-51, 2010.

quanto de fundamentar uma nova verdade e, assim, ser utilizada para os interesses específicos daqueles que a encomendaram. Esse tipo de história *magistra vitae* tinha como pressuposto que a história se resumiria em uma grande sucessão de eventos, que se dariam de forma cíclica. Nessa lógica, seria uma história pautada na repetição, na qual tudo aquilo que aconteceu iria acontecer novamente, tornando assim a natureza humana como algo imutável. Esse *topos*, portanto, toma o passado como experiência, limitando o tempo e utilizando esse passado como base para repetir tudo aquilo que fora algo bem-sucedido, enquanto as falhas seriam contornadas. Essa história, portanto, mais está para uma narrativa do que de fato um procedimento com rigor metodológico³⁶.

Com o avanço do pensamento Ilustrado, essa noção de história passa por transformações, consagrando-se, no decorrer do século XVIII, como uma *história em si*, sendo essa uma história universal. Essa *Geschichte* difere-se da *magistra vitae* na medida que compreende a *história* como um sujeito, possuindo uma qualidade temporal própria. As coisas não seriam mais vistas de forma cíclica, portanto o futuro não seria mais algo conhecido, mas sim como uma consequência daquilo que aconteceu no passado e estaria acontecendo no presente. A experiência perde lugar para a análise, e a narrativa perde lugar para o procedimento. Tais conceitualizações em torno do entendimento sobre o que constitui a história serão trabalhadas em capítulos subsequentes, porém o que se mostra fundamental aqui é o entendimento de que a agremiação baiana encontrou-se no momento em que essa transformação estava ocorrendo, fazendo então com que sua construção histórica fosse entendida como algo realizado a demarcar os laços que prendiam a colônia à metrópole, sempre tendo como o pressuposto a busca pela verdade. Assim, da mesma forma que estava ocorrendo no antigo continente, o pensamento Ilustrado, que chegara na colônia a partir da formação da agremiação baiana passou a moldar novas concepções sobre o entendimento em torno da América brasileira.

A fundação da academia surgiu sob a simbologia do sol, acompanhada do lema *Sol oriens in Occidu* (Sol oriental no Ocidente), em uma clara referência à alegoria da *Translatio Imperii*³⁷, simbolizando esse movimento do foco de importância e visibilidade

³⁶ Ibidem, pp. 44.

³⁷ Como é destacado por Iris Kantor na obra *Esquecidos e Renascidos* (2004, pp. 94), “O lema escolhido pelos eruditos setecentistas retoma obras de fins dos Quinhentos sobre a sucessão dos impérios (idéia inspirada na filosofia de Políbio), recuperada por Justus Lipsius (*De Constantia*) e Guarini (*O Pastor Fido*,

do oriente asiático para o ocidente americano. Dessa forma, a agremiação baiana colocou a colônia como o novo centro de orientação do Império lusitano, que antes mostrava-se às margens da nação. O próprio nome da academia faz alusão à essa mentalidade, na medida que eram *esquecidos* pelo Império, e com a agremiação teriam a oportunidade de se colocarem e serem escutados pela metrópole. Tal questão é evidenciada no discurso inaugural da academia, no qual fora colocado que “agora sairão à luz os que o nosso descuido cobria com as sombras do esquecimento, que por isso tão entendidos, como modestos se apropriaram do título dos Esquecidos”³⁸.

Além do patrocínio do vice-rei Vasco Fernandes Cézar de Menezes, seu estabelecimento se deu a partir de um núcleo letrado e erudito, que era composto tanto por homens brasílicos, que faziam parte do aparato administrativo colonial, quanto de portugueses membros da própria Academia Real de História Portuguesa. Foram esses: os desembargadores Luís Siqueira da Gama e Caetano de Brito e Figueiredo; o juiz-de-fora Inácio Barbosa Machado; o capitão José da Cunha Cardoso; o coronel João de Brito Lima; Sebastião da Rocha Pita e Pe. Gonçalo Soares da Franca, membros supranumerários da Academia Real de História Portuguesa.

Além de seus sócios fundadores, não se sabe com precisão quantos membros a academia teria chegado a congregar, porém a partir de pesquisas realizadas pelo historiador Fábio Mendonça Pedrosa³⁹ e do pesquisador Carlos Eduardo Mendes de Moraes⁴⁰, estima-se que a academia chegou a comportar em torno de 120 e 150 membros, porém somente 36 deles atuavam de maneira direta e contínua, participando das reuniões e submetendo suas produções escritas. A atuação social de seus membros também é assunto de discussão, todavia é sabido que o perfil social desses membros se encontrava assentado sob a mesma ótica da administração colonial, ocupando cargos de magistrados

1590). O tema da *Translatio Imperii* também está presente na obra do padre Antônio Vieira (*História do futuro*)”.

³⁸ CARDOSO, José da Cunha. Oração, com que na dominica in Albis e vinte, e três de abril dêste ano de 1724 abriu a Academia Brasília o Doutor José da Cunha Cardoso. In: CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista brasileiro (1640-1820/22). v.I, tomo I. Op.Cit. pp. 9.

³⁹ Academia Brasílica dos Esquecidos: *Sol oriens in occiduo*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

⁴⁰A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita do Brasil colonial. Dissertação (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 1999

públicos, senhores de engenho a fazendas de gado e por eclesiásticos também, assim como a Academia Real, que contava com participação forte de membros do clero.

A maior parte desses acadêmicos era de origem brasílica, principalmente da própria capitania da Bahia, e dos membros do clero, a grande maioria pertencia à Companhia de Jesus. Por fim, poucos desses acadêmicos brasílicos haviam cursado a Universidade de Coimbra, que se consagrava como a grande referência de saber e estudo do Império. Alguns desses acadêmicos (essencialmente seus sócio fundadores, o que corresponde aos membros supranumerários da Academia Real) adotaram pseudônimos, a exemplo de Gonçalo Soares da Franca, Caetano de Brito e Figueiredo, Luís Siqueira da Gama e Sebastião da Rocha Pita, identificados respectivamente como *O Obsequioso*, *O Nubiloso*, *O Ocupado* e *O Vago*, sendo essa uma marca da arte poética presente na instituição. Dessa forma, a academia pode ser compreendida não somente como um academia de história, mas também literária, questão essa que pode ser interpretada a partir de suas diretrizes de funcionamento.

A agremiação baiana não possuiu um estatuto próprio, dificultando o entendimento em torno de suas regras que organizava a sua rotina, tais como os critérios para a eleição a seus cargos, como a censura se daria ali e a forma de admissão de novos membros. Assim, muito do que firmava a prática funcional da agremiação provinha do estatuto de sua matriz, assim como de inspirações em outras academias portuguesas, como a *Academia dos Generosos* e a *Academia dos Singulares*. O que existe de fato foram algumas normas referentes a práticas específicas dentro da academia, mas que não necessariamente constituíram um estatuto forma e publicado, como o de sua matriz.

O que fora colocado de forma direta e clara foi o objetivo da academia, sendo esse o de construir uma história universal da América portuguesa, de suas origens até o ano de 1724. Essa história, diferente do que a Academia Real fizera quatro anos antes, foi dividida em quatro, não em duas. Cada um desses tipos de história ficariam encarregadas a um dos chamados *mestres de história*, sendo esses alguns de seus sócio fundadores. O motivo pelo qual cada um destes se encarregou de cada uma não se é conhecido, somente que foram estes por serem alguns de seus membros mais proeminentes. Foram essas: a *História Política*, atribuída a Luís Siqueira da Gama; a *História Natural*, atribuída à Caetano de Brito e Figueiredo; a *História Militar*, atribuída à Inácio Barbosa Machado; a

História Eclesiástica, atribuída a Gonçalo Soares da Franca. Esses mestres de história, assim como a função do *secretário* da academia, encabeçada por José da Cunha Cardoso, eram permanentes, ao contrário do *presidente das sessões*, que era rotativo.

Assim como a Academia Real, a Academia Brasílica dos Esquecidos também realizava *conferências* nas quais eram discutidos os textos escritos, após serem expostos, além de questões referentes ao universo católico. Ao todo, foram realizadas dezoito sessões, e cada uma era presidida por um acadêmico diferente, como se praticava na *Academia dos Singulares de Lisboa*, que operou em meados do século XVII. Tal prática buscava uma paridade entre os membros da academia, sem exaltar demais somente os sócio fundadores.

As conferências eram realizadas quinzenalmente, no palácio do vice-rei, localizado na cidade alta de Salvador. Era função do presidente de cada reunião propor as temáticas que seriam discutidas e trabalhadas ali. Como Iris Kantor descreve:

Cabia ao presidente de cada sessão propor as matérias a serem debatidas e ler uma oração de abertura dos trabalhos. 4 Após seu discurso, iniciava-se uma rodada de louvação poética em homenagem ao presidente, prática que reforçava o sentimento de pertença e a coesão grupal. As sessões compreendiam basicamente duas partes: uma puramente literária e outra de apresentação das dissertações encomendadas aos mestres, que se revezavam de dois em dois a cada vez. (KANTOR, 2004, pp. 100)

As escritas que receberam maior destaque dentre a produção da academia foram justamente as *dissertações históricas*, sendo essas a escrita dos quatro tipos de história, cada um pelo seu mestre. Como o próprio Luís Siqueira da Gama coloca, a dissertação seria o tipo de gênero textual capaz de levar a verdade histórica, na medida que ela própria seria a melhor forma de se avaliar o que é verdade e o que não é. Além das dissertações, a produção da academia fora muito pautada por *sonetos* e pelas próprias *escritas de conferência*, nas quais eram escritas o que se desenrolava durante as reuniões, como as matérias abordadas e os textos recitados.

Tem por matéria a dissertação, toda a que foi ou possa ser disputável, por objeto, tem a opinião melhor, para fim averiguação da verdade (...) e a dissertação que somente se devia alterar a fim de se conhecer a verdade e concluir a sentença melhor; se controverter nimiamente imoderada, e preciso que se há de perturbar o certo, escurecer o claro, e contundir-se totalmente a opinião. (GAMA, 1724, pp. 25)⁴¹

⁴¹ A dissertação histórica de Gama se encontra no primeiro quinto do primeiro volume da obra *O Movimento Academicista no Brasil (1640-1820/22)*, de José Aderaldo Castello.

A censura também tomou forma nos meios da Academia, na medida que a agremiação deveria não somente à nação portuguesa, mas à Coroa e à Igreja. Dessa forma, a escrita deveria ser realizada com *prudência* e com *decoro*, e qualquer coisa que escapasse disso seria censurado. Diferente de sua matriz, a Academia dos Esquecidos não possuía uma função específica de censor, cabendo então ao secretário José da Cunha Cardoso se encarregar de tal questão. Heloísa Beline⁴² afirma que a agremiação baiana “está comprometida ideologicamente com o momento em que o Tribunal do Santo Ofício era peça fundamental do sistema de Tríplice Censura, o que justifica o fato de a censura em Portugal e no Brasil orientar-se pelos preceitos religiosos da Reforma Católica e da Contrarreforma”.

Era função do Secretário José da Cunha Cardoso verificar se os participantes da agremiação elaboravam suas produções segundo as normas da retórica clássica e censurar e / ou aprovar os escritos dos acadêmicos. O Secretário corrigia o metro, os aspectos gramaticais, fazia a identificação do poema, verificava a sua construção e, caso não o agradasse, escrevia no próprio manuscrito um juízo de valor ou alguma observação. (BELINE, 2017, pp. 39)

Assim, a atividade censória atendia aos interesses da Igreja, algo que não era uma novidade no contexto brasílico, visto que o Tribunal do Santo Ofício teve uma atuação na colônia.

Para se compreender a produção letrada da Academia Brasílica dos Esquecidos, faz-se necessário levar em consideração o seu contexto de produção: as interferências da Igreja no modo como a Coroa Portuguesa administrava o país – da Bahia – a vida social regulada pela racionalidade de corte, os modelos de escrita da época e a compreensão de que existiam restrições quanto à forma do letrado comportar-se e escrever. A fim de representar essa condição especial de existência na América Portuguesa – ser letrado –, era necessário adequar-se à posição que ostentava. Desse modo, pode-se inferir que havia parâmetros religiosos, políticos, morais e retóricos a serem seguidos, o que não deixa dúvidas quanto à forte presença da prescrição para a produção escrita, força recorrente na vida dos acadêmicos. (BELINE, 2017, pp. 111)

Apesar do projeto sólido, a agremiação baiana teve um tempo de vida extremamente efêmero. Sua décima oitava e última conferência fora realizada em fevereiro de 1725, e seu fechamento veio pouco depois. A academia funcionou de forma prática por onze meses, e as discussões em torno do encerramento de suas atividades ainda se mostram presentes. Iris Kantor destaca que foram requisitadas cópias dos manuscritos produzidos pela academia, e que a documentação fosse levada de volta para

⁴² A(s) censura(s) nas práticas letradas da Academia Brasílica dos Esquecidos. Dissertação (mestrado em letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2017.

a metrópole, porém nesse trajeto pelo Atlântico uma das naus com esses documentos acabou sofrendo um incêndio e afundando, perdendo então diversos desses manuscritos originais. Por mais que existam menções posteriores que abordem o fim da agremiação esquecida, o que é colocado são lamúrias em torno de seu encerramento e exaltações para a sua importância. A Academia Brasílica dos Esquecidos deu as bases para o florescimento de outras experiências acadêmicas na colônia, como a *Academia dos Felizes* (1736-40) e a *Academia dos Seletos* (1752), porém nenhuma delas possuiu um programa definido em torno de uma escrita sobre a história brasílica, até 1759, com a fundação da Academia Brasílica dos Renascidos.

Hoje que, remontada ao firmamento
Fênix pretende do Brasil a história
das flamas emplumar-se da memória
sacudindo os carvões do esquecimento.

À vossa proteção o seu intento
com justa confiou digna vanglória,
que onde as armas, e as Letras têm vitória,
têm os anos, e os tempos rendimento.

Não tema pois, a história a cinza obscena,
se eloqüente uma mão, e outra alentada,
põe na estampa dos Céus qualquer Camena:

Que era fôrça lograsse eternizada,
para os vôos, arrojos nesta pena,
para os rasgos, impulsos nessa espada.

Do Acadêmico Obsequioso
[Gonçalo Soares da Franca, 1724]

II- A República das Letras no Ultramar

A configuração de uma empreitada acadêmica no âmbito brasílico parte de uma pressuposição bem simples: se foi possível a criação e o funcionamento de uma Academia, existiram contextos e condições que tornaram tal atividade possível. Para que uma agremiação pudesse tomar forma, seria necessário: que existissem homens *instruídos* nas práticas de escrita e de erudição, para dar forma ao objetivo mor da academia; que existisse uma *formalidade* da própria instituição acadêmica, amparada pelo poder dirigente; que houvesse um *lugar* não só capaz de comportar a atividade acadêmica, como também que se fizesse possível o seu florescimento; que existisse a proteção do Reino, legitimando assim a produção e o discurso desses acadêmicos.

Como já fora tratado no capítulo anterior, a Academia Brasílica dos Esquecidos foi fundada na cidade de Salvador que, em 1724, ainda era a capital da colônia, congregando membros de diversos segmentos da elite dirigente colonial, abarcando desde desembargadores e funcionários régios à membros do clero brasílico. Todavia, justificar a sua existência nesse contexto, simplesmente tomando que “por Salvador ser a capital e, portanto, o polo cultural da colônia a Academia só poderia tomar forma ali”, é algo extremamente simplista.

Torna-se necessário entender o que permitiu que seu funcionamento pudesse se dar ali, tanto no que diz respeito à sua localização quanto da própria força motriz que moveu a academia, sendo essa os homens letrados dessa elite colonial.

Nesta ilustre Academia a quem a História,
e a Poesia hão de dar o fundamento
competindo uma, e outra alento, a alento
se ha de cantar por ambas a vitória.

O ser dos esquecidos tem por glória,
mas com diverso efeito, e sentimento
quanto se humilha mais no esquecimento,
tanto mais se levanta na memória.

Os seus Alunos sairão prezados
do silêncio em que estavam escondidos
a vida nova, empregos duplicados.

E se em outras Potências, e sentidos
os vivos podem ser ressuscitados,
êles serão lembrados, e esquecidos.

O Acadêmico Vago.

[Sebastião da Rocha Pita, 1724]

II.I - Instrução e erudição na colônia: a formação da elite

Fazer parte de uma agremiação acadêmica pressupõe, necessariamente, uma instrução formal dentro do que era compreendido como cultura. No que toca a colônia, tal instrução era reservada à elite dirigente do lugar brasílico, abarcando então aqueles que, de alguma forma, atuavam dentro da esfera de poder metropolitano desse outro lado do Atlântico.

Dessa forma, é impossível desvincular o projeto de escrita da academia das próprias pretensões políticas de Portugal. A própria existência da academia evidencia a consolidação de um novo polo cultural na colônia, algo que será chamado por Ángel Rama, na obra *Cidade das Letras*⁴³, de *cidade letrada*. Essa cidade, entendida como um lugar interno do próprio meio urbano, explicita o domínio cultural, de forma mutual á própria dominação pelas *armas*. Essa cidade letrada, portanto, representa a dominação metropolitana através das *letras*, na qual os acadêmicos consagram-se como homens de ação e intelectuais, ao mesmo passo que narram as memórias da conquista. Como é colocado por Fernando Nicolazzi⁴⁴:

(...) o glorioso empreendimento lusitano se deu com homens que carregavam, muitas vezes simultaneamente, a pena e a espada. A Academia dos Esquecidos nasce sob o signo dessa relação. O que está por trás dessa questão é justamente o papel do discurso histórico como elemento fundamental da política imperial

⁴³ A cidade das letras. Trad. Boitempo. São Paulo, 2015.

⁴⁴ Entre "letras & armas", a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira do século XVIII. Almanack Braziliense, v. 11, p. 40-51, 2010

portuguesa, encarado segundo uma perspectiva de historia *magistra vitae* em suas relações com as práticas do bom governo. Como afirmou retoricamente um dos acadêmicos, “nada nos persuade mais, dizem os retóricos do que são os exemplos, e as autoridades; e para os políticos persuadirem aos príncipes, aos Reis, aos Monarcas, aos Imperadores, o bom govêrno, e o bem comum, que melhores exemplos, que mais sentenciosas autoridades podiam ter do que os testificados nas histórias, e as escritas pelos sábios historiadores”. (NICOLAZZI, 2010, pp. 42)

Sendo parte de um projeto, a consolidação dessa cidade letrada não se deu de forma espontânea e natural, mas sim como uma construção pelo próprio aparato administrativo colonial, compondo o “anel protetor do poder e o executor de suas ordens”, como Rama enfatiza⁴⁵. Nela, faziam parte os religiosos, educadores, administradores, escritores e diversos outros servidores intelectuais e eruditos, compondo assim a burocracia do poder nas cidades. Dessa forma, cria-se uma relação dual, no qual essa elite intelectual, a partir das letras, reforça o poder do Estado e um aparato urbano de conquista política do território e da população das conquistas, enquanto que este legitima o poder dessa elite.

Para que esses homens pudessem se enquadrar enquanto habitantes dessa cidade letrada, seria necessário que eles passassem por uma instrução formal em torno do que seria fundamental para a sua atuação enquanto portadores desse poder metropolitano, e no caso brasílico, essa instrução justamente com o início da empreitada colonizatória, através da Companhia de Jesus.

Fundada em 1534 por Inácio de Loyola, a Companhia tinha como princípios a obediência absoluta ao Papa e a dedicação à evangelização e educação. Sua atuação na colônia teve início em 1549, com a vinda de um pequeno grupo de jesuítas, junto com Tomé de Souza, para a instalação de um Governo Geral. A ordem estabeleceu-se em Salvador, cidade nomeada a capital da colônia, e rapidamente começou a se espalhar pelo território português, fundando colégios em Salvador e São Vicente ainda em seu primeiro ano de atuação⁴⁶.

Mesmo que o principal objetivo de sua travessia pelo oceano Atlântico tenha sido o de converter os nativos americanos à fé católica, essa conversão pressupunha uma educação prévia, formulada pela própria ordem que, além de ter a evangelização como

⁴⁵ A cidade das letras. Trad. Boitempo. São Paulo, 2015, pp. 44.

⁴⁶ LEITE, Serafim (org.). Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1956-1958. 3 vv, pp. 76

foco principal, também tinha o objetivo de educar aqueles colonos aptos a se congregarem à ordem. Dessa forma, os interesses da Companhia e da metrópole em terras americanas se misturam, firmando assim o projeto colonial exercido por Portugal. No artigo *O currículo no Brasil Colônia: Propostas de uma educação para a elite*⁴⁷, Solange Zotti afirma que:

Colonizar significava também a imposição de uma ideologia dominante, em que, além de “colonizar” a terra, era necessário “colonizar” as consciências. Os jesuítas mantêm a visão do colonizador, sedimentam as suas idéias. Nessa concepção, a igreja sustenta a reprodução ideológica (ZOTTI, 2006, pp. 119)

A forma com a qual os inicianos exerceram esse poder das letras, nesse contexto colonial, pode ser dividido em dois períodos: o primeiro deles corresponde à atuação do padre Manoel da Nóbrega nas primeiras décadas da instituição jesuítica na colônia. Neste contexto, aqueles que se faziam presentes como discentes nessas intuições de ensino seriam acolhidos nos *Recolhimentos*, espaço esse que abarcava dos indígenas e mamelucos, assim como os filhos dos colonos brancos dos povoados. O plano de estudos, a partir dos *Recolhimentos*, pressupunha uma relação comunitária entre esses homens de contextos diversos, afim de criar os alicerces de uma “unidade espiritual e escolar” e possibilitar uma “futura unidade política da nação”⁴⁸.

Para que tal objetivo fosse atingido, o ensino das letras, dos “bons costumes” e da doutrina cristã compunha a matriz curricular básica. O primeiro passo fora justamente o ensino da língua portuguesa que, no caso dos indígenas, pressupôs antes o aprendizado dessas variadas línguas típicas para que a comunicação pudesse ser realizada. Dessa forma, o português fora ensinado em conjunto com a catequização, promovendo essa troca de línguas entre os inicianos e os indígenas e cristalizando o tipo de língua que seria utilizada no cotidiano da colônia. A catequese, realizada diariamente por meio de aulas expositivas e exemplos práticos, tinha como conteúdo a doutrina cristã, com seus dogmas, princípios morais e espiritualidade, buscando transmitir lições de moral vinculadas a acontecimentos reais.

⁴⁷ O currículo no Brasil Colônia: proposta de uma educação para a elite. *Práxis Educacional*, v. 2, p. 115-140, 2006.

⁴⁸ ZOTTI, S. A. O currículo no Brasil Colônia: proposta de uma educação para a elite. *Práxis Educacional*, v. 2, p. 115-140, 2006, pp. 121.

Após serem introduzidos ao português e à doutrina cristã, os indígenas e o restante dos congregados dos Recolhimentos iniciavam a *escola primária*, na qual aprendiam a ler e a escrever, assim como o canto e a música instrumental. Aqui, visava-se tornar o ensino da moral cristã e a própria figura dos inacianos como questões que gerassem entusiasmo, tornando a escola atraente e garantindo que aqueles aptos a frequentassem, como destaca Zotti (2006, pp. 120).

Ao final, aqueles alunos que se destacavam na escola primária eram introduzidos ao ensino da gramática latina, visando assim recrutar aqueles qualificados para a vocação sacerdotal independente se eram brancos ou indígenas. Para os alunos restantes, o que se esperava era o ensino profissionalizante, agrícola ou manufatureiros. Maria Ribeiro explica, na obra *História da Educação no Brasil*⁴⁹, que “não tinha, de modo explícito, a intenção de fazer com que o ensino profissional atendesse à população indígena e o outro à população ‘branca’ exclusivamente” (pp. 22).

Nóbrega acreditava que as aulas de gramática latina não deveriam ser consideradas meros "artigos de luxo", desconectadas das necessidades da colônia. Elas deveriam estar acessíveis aos mais capazes, não apenas à aristocracia local, de modo a formar, além de missionários, também escrivães e funcionários para a administração colonial, assim como gestores para os negócios públicos e privados. Da mesma forma, ele via o ensino profissionalizante como uma formação imprescindível para a vida da colônia, alinhando esse ensino prático do viver ao seu currículo humanista, formando assim aquele súdito “útil à Nação”. Esse currículo quase que universal de educação, proposto por Nóbrega, encontrou muita resistência da própria Companhia de Jesus, por entrar em choque com diversas orientações internas da instituição. Dessa forma, a morte de Nóbrega em 1570 possibilitou que a Companhia transformasse a forma com a qual sua atuação prática era realizada na colônia⁵⁰.

Os Recolhimentos são dissolvidos, e em seu lugar começaram a ser fundados diversos *colégios* nos centros urbanos de maior destaque da colônia. O ensino em si passa a ser compreendido a partir do ensino das primeiras letras, o ensino secundário e o ensino superior, agora exclusivamente destinado à formação das elites, visando prepará-las para

⁴⁹ História da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo: Cortez, autores associados, 1992.

⁵⁰ Ibidem. pp. 25.

“exercer a hegemonia cultural e política da colônia, conforme os interesses de Portugal” (ZOTTI, 2006, pp. 124). O ensino na colônia, então, passou a possuir três alicerces: a educação da elite dirigente; a formação de padres para a atividade missionária; formar os futuros funcionários do Estado português.

Aqui, as etapas iniciais e o ensino profissional e agrícola, pretendidos por Nóbrega, foram excluídos do currículo, visto que neste momento sua maior função seria o de “cultivar o espírito”, proporcionando uma educação “humanista, literária que poderia realmente agregar à inteligência do homem”, como é enfatizado por Ribeiro (1992, pp. 125). A educação, então, passaria a servir somente àqueles a quem a interessava de fato, a elite colonial, rapidamente reconhecendo a importância e o poder dessa educação na formação de seus representantes políticos e na consequente influência sobre o poder público.

Para o bom funcionamento dos colégios jesuíticos, fora pensada uma padronização das normas, que foi oficializada em 1599 na *Ratio Studiorum*. Esse plano de estudos foi muito além do que simplesmente elaborar um currículo universal para o ensino jesuítico, nele tudo estava previsto, regulamentado e discutido, desde a posição das mãos, até o modo de levantar os olhos constituindo-se numa coleção de regras e prescrições práticas e detalhadas. Ou seja, um currículo que ia muito além das disciplinas ou conteúdos escolares”, como aponta Zotti (2006, pp. 128)

Essa educação baseava-se num “mundo pronto”, ao considerar que sua função seria adequar aqueles (que teriam o que fazer com essa educação) ao mundo europeu e cristão verdadeiro. Dessa forma, essas escolas passariam não somente a instruir esses homens para que dirigissem e administrassem a colônia no futuro, mas também garantir a consolidação da cultura católica nas raízes dessa sociedade colonial.

Foram definidos quatro graus de ensino, sendo eles: o curso elementar (escola de ler e escrever, além da introdução à doutrina católica); o curso de humanidades (sendo entendido como o nível secundário); o curso de artes (que englobava filosofia e ciências naturais); o curso de teologia (sendo entendido como o nível superior). Dentre esses, o curso de humanidades é o que mais se destaca, visto que os dois últimos eram mais

voltados para aqueles homens que seguiriam com a vida sacerdotal. Azevedo⁵¹ coloca que o curso de humanidades “destinava-se a formar o homem *in litteris huamanioribus*, ministrando-lhe um ensino eminentemente literário de base clássica, e constituía por isto mesmo o alicerce de toda essa estrutura, solidamente montada, do ensino jesuítico”.

Dessa forma-se, passou-se a ser moldado não somente a educação dessa elite, mas o próprio imaginário que seria controlado por ela, aliando-se totalmente à política colonial. Enquanto a maioria da população, iletrada, deveria se dedicar ao trabalho braçal e físico, seria a missão divina desses homens de letras a dedicação à atividade intelectual e à administração dessas terras, pois somente eles, a partir de sua instrução, poderiam de fato dirigir a colônia.

Na concepção da Ratio, o curso secundário, com currículo essencialmente humanista, era adequado, pois não era objetivo transformar os adolescentes em enciclopédias ambulantes, mas formar o homem, tornando-o mais homem (...) Por isso, a linguagem é considerada o instrumento natural de formação humana. (ZOTTI, 2006, pp. 129)

Com esse currículo, a *palavra* tornou-se o verdadeiro poder desses homens, onde o estudo da gramática, dos clássicos antigos, do latim e a formação literária não visavam principalmente uma função prática, mas sim a formação integral do indivíduo, promovendo o desenvolvimento harmonioso de suas capacidades. Toda a instrução dada pelos jesuítas possuía a finalidade religiosa, entendo então o bom homem como aquele branco, abastado e cristão. Dessa forma, a forma com a qual o curso de humanidades era promovido, assim como o conteúdo literário apresentado nos colégios, buscava afastar os intelectuais de outras orientações religiosas e da emergente ciência moderna, que poderiam levá-los a reconhecer as limitações do método escolástico medieval adotado pelos jesuítas, o qual apresentava suas próprias limitações.

Era primordial manter a colônia sob o monopólio intelectual da metrópole. Nesse sentido, da mesma forma como a monocultura econômica destruiu fisicamente o resto da paisagem, assim também na escola jesuítica a monocultura intelectual e espiritual destruiu em torno do indivíduo a paisagem intelectual. Nesse quadro não havia lugar para o pensamento crítico e criador, nem para a ciência experimental que já começava a mudar os rumos da humanidade. (ZOTTI, 2006, pp. 130)

Essa instrução fora o que permitiu a criação de um polo de letrados na colônia, possibilitando assim a constituição dessa *cidade letrada*. Com os jesuítas, a elite dirigente

⁵¹ AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura. São Paulo: Melhoramentos, 1976, pp. 27.

teve seu poder legitimado e, acima de tudo, garantido. Essa cidade letrada não surgiu espontaneamente, mas foi sendo construída com o tempo, cada vez mais se afirmando como o centro de poder dentro do *lugar* colonial.

Esse pequeno exército de homens letrados, por mais que fundamental para a criação dessa cidade letrada, não fora a única condição para seu florescimento verdadeiro. O termo *cidade* empregado aqui não é usado por Rama como simplesmente um espaço que conta com um agrupamento de pessoas, mas pressupõe, necessariamente, um contexto *urbano*, na medida que “a cidade aparece como seu ‘hábitat natural’ e com ela se consubstanciam de forma inseparável” (RAMA, 2015, pp 49). Afinal, como poderia o poder ser exercido se ele por si mesmo não se encontra em posição de destaque, passando despercebido e longe dos centros de discussão?

II.II- Salvador: O lugar brasílico

Na obra *O que é cidade*, a professora e arquiteta Raquel Rolnik⁵² (pp. 8-9) define a cidade como um local cerimonial, onde se localizam os templos, onde “vivem aqueles que podem garantir o domínio sobre o território” e, essencialmente, a possibilidade da gestão de uma *vida coletiva*. Dessa forma, o meio urbano só pode existir a partir da permanência e manutenção humana naquele espaço, que sempre se encontra em transformação e possui uma força intrínseca da própria experiência humana, que a molda e é moldada através dela.

A cidade letrada não poderia existir em qualquer outro meio senão nas próprias cidades. São nelas que o poder se concentra, que a cultura se institucionaliza e que os símbolos e signos realmente se fazem presentes, legitimando tudo que ali é tomado como *verdade*.

Na primeira metade do século XVI, a colonização portuguesa na América foi discreta, limitada a pequenas vilas. Durante esse período, o sistema de *feitorias*, inspirado no que já era praticado no Périplo Africano, começou a se consolidar, com dois objetivos principais: garantir a posse do território e expandir as bases comerciais de Portugal. No

⁵² ROLNIK, Raquel. Definindo a cidade. In: O que é a cidade. São Paulo: Brasiliense, 1979.

entanto, essas feitorias se mostraram insuficientes para defender o território de ataques estrangeiros, ameaçando o domínio lusitano sob a colônia, como Avanete Souza enfatiza⁵³.

A resposta a essas fragilidades veio em 1530, com a transição do regime de feitorias para um sistema de colonização mais efetivo, sendo esse a criação *das capitánias hereditárias*. Esse novo aparelho administrativo garantiu tanto a posse definitiva do território quanto o desenvolvimento de uma produção voltada para o mercado externo, facilitando assim o povoamento. As capitánias eram doadas a donatários, que tinham o papel de administrar, defender e desenvolver as potencialidades mercantis da colônia, em troca de privilégios, como a propriedade vitalícia dos territórios. Mesmo com esse poder sob seus territórios, os donatários ainda deveriam responder à Coroa, que se mantinha presente ali por meio de funcionários régios encarregados da arrecadação de tributos.

A colonização das terras brasileiras confirmava os objetivos mercantis portugueses, já amplamente desenvolvidos em outros territórios conquistados a exemplo das feitorias comerciais estabelecidas em Goa, na Índia, em Luanda e Moçambique, na África, em Timor, na Indonésia, e em Macau, perto de Cantão, na China (BOXER, 1981, p. 17-23). Porém, para ser coerente com os ditames impostos pela política mercantilista, era preciso empreender algo diferente do experimentado com as feitorias (...) estava claro para a Coroa que, uma vez decidido pela colonização como garantia de posse da terra, era necessário desenvolver uma produção voltada para o mercado externo, incrementar o povoamento e instituir uma máquina administrativa relativamente eficiente e capaz de dar conta das demandas decorrentes desse processo (SOUZA, 2013, pp. 16)

A Capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho, foi uma das principais. Fundada em 1536, com o povoado de Vila Velha e o plantio de cana-de-açúcar, tornou-se alvo de ataques estrangeiros devido ao potencial açucareiro. Com a morte de Coutinho, sua capitania cai nas mãos da própria Coroa, que levando todas essas questões em consideração, decide promover uma centralização do poder colonial em torno dela mesma, mantendo assim as rédeas da empreitada colonizatória.⁵⁴

Para que essa centralização fosse efetivada, a Coroa decidiu instaurar, em 1549, um Governo Geral na colônia, concentrando o poder e a administração diretamente nas mãos do Rei e reafirmando sua autoridade sobre o território colonial. A partir dessa

⁵³ Poder Local e vida cotidiana: a Câmara Municipal da cidade de Salvador no século XVIII. 1. ed. Vitória da Vonquista: Edições UESB, 2013. v. 1, pp. 14.

⁵⁴ Poder Local e vida cotidiana: a Câmara Municipal da cidade de Salvador no século XVIII. 1. ed. Vitória da Vonquista: Edições UESB, 2013. v. 1, pp. 18.

medida, a metrópole assumiu maior controle sobre o processo de colonização e povoamento. No entanto, os poderes locais e privados não foram eliminados, já que as capitânicas continuaram a existir paralelamente ao novo sistema centralizado.

Para estabelecer um centro de poder metropolitano na colônia, a Coroa aproveitou a capitania da Bahia. Com a chegada de Tomé de Souza, o primeiro Governador-Geral, iniciou-se a construção de um *centro urbano*, que serviria como sede do Governo, sendo esse a cidade de Salvador. Desde o início, ela foi planejada para ser a capital da colônia, diferenciando-se de outros povoados no território, como é explicado por Sousa⁵⁵.

Na construção de Salvador, começaram a se formar duas áreas distintas: a *cidade baixa*, onde ficavam o porto, os armazéns e as moradias mais simples; e a *cidade alta*, que abrigava as estruturas políticas e administrativas, além de ser residência da elite, que estava começando a se consolidar. Planejada como uma cidade-fortaleza, sua tipologia remetia às cidades medievais, com muros e a parte superior destinada ao poder, conforme relatado pelos primeiros cronistas. Salvador cresceu rapidamente, tanto em população quanto em estrutura urbana, e em 1583 já contava com cerca de 3000 portugueses, 8000 indígenas mansos e 4000 escravizados negros⁵⁶.

No século XVII, impulsionada pelo crescimento da atividade açucareira, Salvador consolidou-se como um importante polo comercial nas Américas. A cidade tornou-se um centro de exportação de açúcar e importação de escravizados, além de ser um porto estratégico para o comércio de produtos lusitanos. Esse desenvolvimento fez de Salvador uma das cidades mais promissoras do Império Lusitano. O crescimento populacional acompanhou o surgimento de novas freguesias e o processo de urbanização, que, mesmo após a crise do açúcar causada pela Invasão Holandesa em Pernambuco, continuou a promover a integração entre a *cidade alta* e a *cidade baixa* por meio da construção de ladeiras, estreitando cada vez mais a organicidade existente entre elas.⁵⁷

⁵⁵ Poder Local e vida cotidiana: a Câmara Municipal da cidade de Salvador no século XVIII. 1. ed. Vitória da Onofria: Edições UESB, 2013. v. 1, pp. 29.

⁵⁶ *Ibidem*. pp. 33.

⁵⁷ SOUSA, Avanete Pereira. A Bahia no século XVIII. Poder político e atividades econômicas. São Paulo: Alameda, 2012 pp. 29.

No final do século XVII e início do XVIII, Salvador ganhou novo impulso com a mineração, aliada à produção de açúcar, promovendo uma nova fase de desenvolvimento urbano. Essa fase buscou recuperar e construir obras monumentais, como o convento de São Francisco e o Palácio dos Governadores, em uma tentativa de aproximar a cidade dos padrões europeus. Embora a urbanização não fosse a prioridade inicial, com o tempo e a crescente importância de Salvador no Império, a Coroa pressionou o governo colonial a investir no desenvolvimento da cidade, resultando na construção de praças, fontes e no calçamento de ruas, ações lideradas pelo poder local, acontecendo essencialmente na *cidade alta*, tal qual Souza coloca⁵⁸.

Esse desenvolvimento urbano da *cidade alta* fora além do que simplesmente o anseio de promover melhorias no centro administrativo da colônia, simbolizando também a afirmação do poder colonial da sua forma mais visível e direta. Aquele espaço teria que imprimir, no imaginário daqueles que estavam sujeitos a esse poder, a sua presença, força e legitimidade, que seriam mais do que um centro administrativo da colônia, consolidando assim a verdadeira morada lusitana no Ultramar. Salvador deveria simbolizar tudo aquilo que se prezava como fundamental para o Império Português, sendo a própria Coroa, assim como a força da Igreja.

Essa simbologia se deu de variadas formas, e fora ela que possibilitou o exercício da *cidade das letras*, na medida que para o poder ser exercido, ele necessitaria de bases físicas e teóricas bem fundamentadas. Essas bases tiveram o início de sua construção em conjunto com o início da própria cidade baiana, com a construção de um Palácio do Governador e das primeiras edificações religiosas da cidade, com o Terreiro de Jesus e o primeiro colégio jesuíta da cidade. Dessa forma, a delimitação desse centro de poder começou a se dar, na qual a palavra da metrópole era exercida a partir dos signos expressos por essas edificações: a Coroa e a Cruz. Como é colocado por Rama⁵⁹:

Os signos apareciam como obra do Espírito, e os espíritos conversavam entre si graças a eles. Obviamente, se tratava de funções culturais das estruturas de poder, cujas bases reais poderíamos elucidar, mas não foram assim concebidas nem percebidas, tampouco foram vividas dessa forma por seus integrantes (RAMA, 2015, pp. 44).

⁵⁸ A Bahia no século XVIII. Poder político e atividades econômicas. São Paulo: Alameda, 2012 pp. 31.

⁵⁹ A cidade das letras. Trad. Boitempo. São Paulo, 2015.

Embora fortemente influenciados pelos símbolos europeus e cristãos, esses signos passaram a ganhar novos significados dentro do contexto colonial brasileiro, moldando-se às especificidades locais. Não foram meramente reproduzidos, mas adaptados e transformados pela realidade da colônia. A *cidade alta*, inicialmente concebida como uma extensão do poder da metrópole, começou a desenvolver uma visão que se desvencilhava de ser somente uma réplica da cultura portuguesa, na qual os símbolos da Coroa e da Cruz adquiriram novas facetas. Ao serem inseridos no cenário colonial, esses emblemas europeus passaram a refletir as dinâmicas sociais e culturais locais, criando um espaço de trocas e ressignificações, sendo percebidos a partir do próprio desenvolvimento arquitetônico da capital colonial.

Rodrigo Bastos enfatiza que a noção de "regularidade" na arquitetura brasílica fora pouco a pouco sendo adaptada às condições locais, afastando-se da estrita geometria europeia⁶⁰. Em vez de um traçado uniforme e predefinido, como o "damero" hispano-americano, as cidades luso-brasílicas buscaram uma ordem baseada na "observância" de preceitos e regras da "arte" de povoar, edificar e arruar. Essa adaptação foi refletida na forma como as cidades foram implantadas, considerando os sítios mais convenientes, os costumes locais e as preexistências físicas, buscando sempre a "conveniência" final da obra tanto para os interesses metropolitanos quanto para os colonos⁶¹.

A ressignificação dos símbolos europeus no traçado urbano colonial pode ser entendida através da análise do conceito de "ordem" e como ele se manifestava no contexto local. A ordem não era vista como uma imposição geométrica, mas como uma relação circunstancial entre a cidade e seu contexto, que proporcionava unidade às partes e ao todo. As cidades, então, eram entendidas como um "sermão de pedras", que expressavam os valores e propósitos católicos do reino português⁶². Os elementos arquitetônicos e urbanos, como ruas, praças, igrejas e capelas, eram organizados de forma a representar a "dignidade" e "decência" do "corpo místico" do reino.

Nesse contexto, o *Pelourinho* emergiu como um símbolo desse hibridismo cultural. Localizado no coração da *cidade alta*, entre o Terreiro de Jesus e as Portas do

⁶⁰ Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII . Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, Brasil, n. 44, 2007, pp. 37.

⁶¹ *Ibidem*, pp. 40.

⁶² *Ibidem*, pp. 54.

Carmo, ele se tornou um espaço onde as diferentes personagens da sociedade colonial (indígenas, africanos escravizados e colonizadores europeus) se encontravam. Dessa forma, o espaço que inicialmente fora pensado como um reflexo da metrópole começou a se tornar um lugar de expressões culturais e de poder autônomo, representando as particularidades do Brasil colonial.

O termo *Pelourinho* faz alusão à três elementos distintos: o primeiro deles diz respeito aos *pelouros*, sendo essas pedras que eram retiradas pelas crianças da cidade, que continham o nome de candidatos à câmara da cidade de Salvador que seriam eleitos para o próximo mandato; o segundo diz respeito ao *pelourinho físico*, caracterizado por ser uma coluna de pedra ou de madeira, localizada na praça principal da cidade, na qual criminosos e escravizados, principalmente, eram amarrados para ali sofrerem algum tipo de castigo físico; o terceiro diz respeito ao *pelourinho enquanto lugar*, sendo esse o centro político e cultural de Salvador. Taus elementos que o constituem, de uma forma ou de outra, trazem consigo a noção do poder metropolitano sendo exercido no espaço, todavia também estampam uma espécie de *alteridade brasílica*, na medida que ali atuariam homens desvinculados geográfica e socialmente da metrópole, exercendo sua palavra sem de fato estarem presentes dentro do centro administrativo e de poder metropolitano.

Essa alteridade é definida pelo cientista social Osmundo Pinho⁶³ (pp. 114) como “uma dinâmica de produção análoga à produção da consciência nacional e baseada em representações construídas de povo e da autenticidade cultural”, na qual ele chama de uma *ideia da Bahia*. Tal ideia age como um símbolo dessa alteridade regional, existindo apenas nas formas de seu uso. No sentido urbanístico, o Pelourinho concentrava toda a estrutura política e administrativa metropolitana na capital colonial, sendo ali que se encontrava o Palácio do Governador, a principal igreja da cidade (mostrando aqui que o poder religioso também se firmava lá), o pelourinho físico e, o mais importante, a câmara da cidade, sendo o órgão real que firmava de fato seu poder em toda a colônia. O Pelourinho configura toda a lógica metropolitana que deveria imperar na colônia como um todo, constituindo o verdadeiro *lugar brasílico* aos olhos do poder régio, fundando a noção do que constituía o *ser brasílico*.

⁶³ A Bahia no Fundamental: Notas para uma Interpretação do Discurso Ideológico da Baianidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n.36, 1998.

Sua configuração enquanto *lugar* determinava o tipo de pensamento que deveria imperar ali, situando a colônia não só como parte integrante do universo cultural português, como também um modelo para o restante do território colonial. Ao mesmo tempo que o homem o constrói, ele também constrói o homem, algo que pode ser pensado a partir do filósofo Martin Heidegger⁶⁴. Para o autor, o ato de *construir* é propriamente *habitar*, sendo esse último a relação que o homem tem com o meio em que vive, não só estando nele mas também moldando-o.

Os mortais habitam à medida que salvam a terra, tomando-se a palavra salvar em seu antigo sentido. Salvar não diz apenas erradicar um perigo. Significa, na verdade: deixar alguma coisa livre em seu próprio vigor. Salvar a terra é mais do que explorá-la ou esgotá-la (...) Habitam quando permitem ao sol e à lua a sua peregrinação, às estrelas a sua via, às estações dos anos as suas bênçãos e seu rigor, sem fazer da noite dia e nem do dia uma agitação açulada (HEIDEGGER, 1954, pp. 6)

Habitar é apresentado como a questão mais essencial, pois implica em um cuidado com o ambiente em que se está inserido, acolhendo o que nele existe e orientando aqueles que o habitam. *Construir* não é apenas um meio de garantir um abrigo ou um teto; embora isso pareça óbvio, como menciona o autor (pp. 3)⁶⁵, há mais complexidade nessa questão. Não é apenas ao construir que um indivíduo realmente vive ou mora, ainda que o ato de construir esteja intimamente ligado ao morar. Assim, morar não se limita ao simples ato de habitar, e habitar transcende o ato de apenas ocupar um espaço. A construção de uma cidade, portanto, não define automaticamente uma moradia, seja ela física ou metafísica, pois pressupõe que haverá espaço para que os habitantes possam moldar esse ambiente. Observando as ações do poder metropolitano sobre a capital baiana, fica claro que, para a Coroa, era crucial manifestar seu poder de forma física e tangível, e não apenas no plano das ideias, transformando o Pelourinho em uma representação concreta do *controle do imaginário português* sobre a colônia.

Em alemão, "construir" é *bauen*, e para Heidegger esse *bauen* (pp. 5)⁶⁶ carrega o sentido de cultivar, cuidar e proteger; em outras palavras, é um ato de cultura, um cultivo. Para o filósofo, construir é, portanto, um *processo cultural*. O ato de morar é uma das

⁶⁴ Construir, habitar, pensar. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. In: HEIDEGGER, M. Ensaios e conferências. Petrópolis: Vozes, 2006

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ Construir, habitar, pensar. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. In: HEIDEGGER, M. Ensaios e conferências. Petrópolis: Vozes, 2006

expressões mais evidentes dessa cultura, sendo a própria essência e existência do ser humano. O *ser*, por sua vez, é um conceito que posiciona o indivíduo no tempo e no espaço, definindo suas interações com o contexto ao seu redor. O espaço é uma abstração, assim como o ser, enquanto o *lugar* seria a particularização desse espaço, tornando-o único. Para Heidegger, o *ser é também o lugar*. Nesse sentido, não apenas o Pelourinho, mas toda a cidade de Salvador se constitui como um personagem, uma entidade simbólica, servindo como vitrine da ideologia lusitana no ultramar, uma verdadeira morada portuguesa nas Américas, ao mesmo passo que caracteriza esse lugar brasílico como algo próprio.

A cidade se mostrava como esse centro máximo da cultura, ao mesmo tempo que a formação daqueles que promovem a sua manutenção também esboçava uma faceta própria em relação ao que era compreendido como a cultura lusitana. Esse lugar brasílico na *cidade alta* abarcava, portanto, a disputa entre o domínio metropolitano e uma alteridade brasílica genuína, que não se encontrava oposta ao poder da Coroa, mas não poderia ser enquadrada como um reflexo total de Portugal.

A fundação da Academia Brasílica dos Esquecidos reflete essa dualidade da *cidade letrada*, onde o espaço urbano não era apenas o centro do poder político e econômico, mas também o palco de construção e circulação do saber. A educação ministrada pelos jesuítas, com seu caráter moralizante, não apenas moldava os intelectuais locais à imagem do *ser português*, mas também lhes oferecia ferramentas para participar de uma cultura letrada global, orientada pelos valores metropolitanos. Contudo, essa formação não anulava as particularidades do contexto colonial. O contato direto com a realidade brasílica, com suas diferenças culturais e sociais, gerou uma forma de pensamento que, embora dialogasse com a tradição europeia, também buscou articular uma faceta própria, marcada pela singularidade do território e de suas influências locais.

Seus membros, embora instruídos para reforçar os valores portugueses, estavam imersos em um contexto local que influenciava sua produção intelectual e sua visão de mundo. A *cidade alta*, (lugar onde a Academia se encontrava), espaço da elite e da Igreja, era ao mesmo tempo o centro dessa educação lusitana e o terreno fértil para a formação de uma cultura híbrida, que não rejeitava o poder metropolitano, mas também não poderia ser considerada uma simples extensão de Portugal. Essa academia, portanto, refletia a

complexa negociação entre a imposição cultural europeia e a necessidade de criar um discurso próprio que desse conta das especificidades da América portuguesa.

Há um labirinto de ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência raciocinante pode decifrar, encontrando sua ordem. Isso é obra da cidade letrada. Só ela é capaz de conceber, como pura especulação, a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência, conservá-la além de sua execução material, fazê-la sobreviver mesmo em luta com as modificações sensíveis que introduz incessantemente o homem comum. (RAMA, 2015, pp. 53)

III- Práticas de escrita da Academia Brasílica dos Esquecidos

O projeto historiográfico da Academia Brasílica dos Esquecidos tinha como o objetivo a construção de uma história universal da América portuguesa. Enquanto uma academia de história, a agremiação baiana fez-se valer a partir de alguns gêneros discursivos, dos quais os sonetos, escritas de conferência e, principalmente as dissertações históricas, formaram a base textual dentro da produção realizada ali.

Tais escritas deveriam expor a verdade das coisas que se sucederam na colônia, partindo tanto daquilo que a compunha de forma física, como a geografia, fauna e flora, quanto das coisas que a moldavam e eram moldadas por ela. Dessa forma, o projeto de história da academia circundava tudo o que norteava a colônia, legitimando-a como parte integrante e fundamental do vasto Império Lusitano. Todavia, o projeto histórico da academia iniciou a construção de um imaginário único sobre a colônia, consagrando-a como algo a mais. Aqui, não somente a verdade em torno da América brasílica passou a ser construída, mas também a própria mitologia que a circunda enquanto um *lugar*.

(...) No Ocidente, Senhores, vossos pletros
até agora suspensos, e parados,
que assunto deram para mais memória,
entregues sedentários ao descanso?

De hoje porém, que abris a Academia
antes dos esquecidos, já lembrados,
empregos dais à fama tão crescidos,
que temo lhe causeis mil sobressaltos;

Já desde agora para eternamente,
os nomes vossos ficarão gravados
nos padrões sempre firmes da lembrança,
e nunca o Letes poderá inundá-los;

Não poderá cruel o esquecimento
os caracteres apagar dourados,
com que escreveis em lâminas de bronze
de vossos elogios os aplausos;

Vivei pois, Fênix novos, escrevendo,
escrevei, claros Cisnes, sempre dando,
empenho à fama, resplendor ao Pindo,
à Côrte admiração, ao Mundo pasmo.

Do Ocupado.

[Luís de Siqueira da Gama, 1724]

III.I – A prática de escrita Esquecida

Na oração de abertura da Academia Brasílica dos Esquecidos⁶⁷, proferido pelo censor José da Cunha Cardoso, em 3 de abril de 1724, o próprio coloca que:

Sendo pois no homem tão natural o desejo de saber, e particularmente de saber o que mais se lhe dificulta, para saciar êste desejo, vos ofereço, ó sábios Acadêmicos, na vossa palestra o exercício, e lição da história, para todos os ouvintes tão proveitosa, e necessária, que seria ofensa do seu juízo a minha recomendação. É a verdadeira história um claro espelho do bem, e do mal; deste para o detestar, daquele para o seguir. E a mais fiel cópia da formosura, que nos deve atrair, ou da fealdade, que devemos evitar. Tem virtude miraculosa com emulações de divina, pois em fé da sua narração renasce o que acabou, ressuscita o que morreu. Sabe aprisionar o fugitivo tempo, que passa, e não torna, deixando com admirável reprodução tão bem informados os olhos pelo que lêem, como pelo que viram. Excita nobremente os ânimos dos pequenos a imitar os grandes, dos magnânimos a exceder-se a si (...) Ela é retórica sem enfeites; eloquente sem afetações; mestre que melhor nos ensina; aviso que mais nos desperta; conselheiro, que não nos engana; amigo que não lisonjeia. (CARDOSO, 1724, pp. 13-14)

Esse excerto da oração inaugural da academia já delimita, por muito, o papel que a matéria da história teria naquela instituição. Ela seria o “caminho para a verdade”, considerada assim como a “mestre que melhor ensina”. Essa história, diferente daquilo que se prezava até então, seria analítica e prática, e não simplesmente uma grande narração fabulosa daquilo que já tomou forma. Seu papel seria justamente o descobrimento da verdade sobre as coisas, firmando aqui o diferencial da academia para com o que acontecia até então.

⁶⁷ CARDOSO, José da Cunha. Oração, com que na domínica in Albis e vinte, e três de abril dêste ano de 1724 abriu a Academia Brasílica o Doutor José da Cunha Cardoso. In: CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo I.

Essa escrita da história tomaria forma a partir de variados gêneros textuais, como já fora colocado no primeiro capítulo dessa dissertação. Dessa forma, a construção dessa verdade em torno da América Portuguesa não se deu somente a partir de textos monumentais, como as dissertações, mas também de sonetos e das escritas produzidas durante as próprias conferências realizadas quinzenalmente pela agremiação, que traziam os mais diversos assuntos. Porém, independentemente do tipo de escrita que fosse produzida, os acadêmicos necessitariam de bases para poder trazer à tona essa verdade histórica, ou, colocando de outra forma, documentos.

A utilização desses documentos, como é explicado por Kantor⁶⁸, evidencia a aproximação metodológica entre a agremiação baiana e sua matriz lisboeta, de forma adaptada, muitas vezes adquirindo uma significação política, ajudando na formação de um público de leitores em um local onde tal público era quase inexistente (dado que a quantidade de letrados na sociedade colonial era pífia quando comparada ao número total de habitantes da colônia).

A documentação utilizada pelos Esquecidos se dava a partir de manuscritos e documentos resguardados nas câmaras e nas bibliotecas jesuíticas, em especial a biblioteca do Colégio da Bahia. Ao mesmo tempo, grande parte do acervo utilizado pelos acadêmicos se encontravam na posse de funcionários régios, muitos deles membros da própria agremiação. Gonçalo Soares da Franca, como destaca Kantor⁶⁹, recorreu por muito a manuscritos pertencentes a sua família, assim como Sebastião da Rocha Pita, que herdou uma extenso volume de manuscritos de seu tio João da Rocha Pinta, que fora o chanceler da Relação da Bahia e superintendente da Casa da Moeda da Bahia no final do século XVII.

As bibliotecas conventuais constituíam núcleos importantes de preservação do patrimônio cultural, mantinham seus cartórios razoavelmente organizados com a documentação relativa às concessões de seus privilégios, cartas e decretos régios, atas de juntas capitulares, pastorais, dietários, contratos, livros de contabilidade, registros de testamentos e doações de legados pios, catálogos de clérigos, livros de óbitos. Ao lado dos arquivos das câmaras, vedorias, tribunais da Relação e secretarias de Governo, os cartórios conventuais constituíam importantes depositários da documentação histórica luso-americana (KANTOR, 2004, pp. 205)

⁶⁸ Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, pp. 202.

⁶⁹ *Ibidem.* pp. 204

Mesmo com essa grande disponibilidade de fontes a serem analisadas e referenciadas, o argumento em torno da falta de documentação era bem comum, até entre academias posteriores aos Esquecidos. Muitos colocavam que as invasões estrangeiras promoveram queimas de arquivo e, com isso, geraram uma perda imensurável de documentos. Ao mesmo tempo, tal linha de argumentação colocava que aqueles documentos remanescentes só se encontravam ali a partir de um esforço de “sangue e lealdade” à Coroa e à colônia, garantindo assim a conservação do Império no Ultramar.

Assim como acontecia na Academia Real de História Portuguesa, o simples ato de possuir a documentação não bastava para construir essa verdade histórica sobre as coisas, sendo necessário realizar a autenticação dessa documentação a fim de se colocar como os acontecimentos de fato tomaram forma. Sendo assim, cabia a esses historiadores não somente separar e organizar essa documentação referente à história brasileira, mas distinguir as fontes literárias das verídicas, avaliar sua autoridade e certificar sua autenticidade. Como Kantor explica⁷⁰:

O ofício requeria o desvendamento das intenções ocultas por meio do confronto de fontes coevas, da identificação dos silêncios e contradições e, principalmente, da autenticação legal da documentação tratada. A heurística moderna transformou o modelo de organização dos arquivos, cartórios e bibliotecas conforme os novos procedimentos de classificação, tabulação e colação das fontes, tratados como séries de conjuntos orgânicos. (KANTOR, 2004, pp. 205)

O *ser historiador* não implicava mais somente no ato de recontar aquilo que já tomou forma, mas principalmente de se chegar à verdade sobre as coisas. Dessa forma, as *dissertações históricas* se destacaram como as produções acadêmicas mais valorizadas, especialmente por sua capacidade de trazer à luz a verdade sobre os acontecimentos. Tal questão foi amplamente tratada pelo desembargador Luís Siqueira da Gama.

Como membro fundador, era natural que lhe fosse confiada uma tarefa de grande relevância: ele recebeu a incumbência de escrever uma dissertação sobre a *história política* do Brasil, produzindo o conjunto de dissertações, intitulada por ele mesmo como *Dissertações altercadas, e resolutas, para a melhor averiguação da verdade na História do Brasil*⁷¹. O título escolhido reflete a abordagem que ele adotou, caracterizada por um

⁷⁰ *Ibidem*

⁷¹ Presente no 1º volume do 5º tomo da obra *O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)*, de José Aderaldo Castello

estilo polêmico (“altercada”) e resoluto, ou decidido (“resoluta”), indicando sua determinação em explorar a história de forma ousada para revelar a verdade sobre o passado brasileiro.

Na primeira de suas dissertações, a qual o acadêmico intitulou de *Da Origem, e que coisas sejam Política, História, Dissertação e Brasil*, é colocado que história e política são termos indissociáveis. Por mais que a história tenha surgido antes, sendo sua primeira a história de criação do mundo, a política fora o que motivou os homens a questões necessárias de serem tratadas pela matéria, e somente a história poderia fundamentar a verdade absoluta, possibilitando assim o êxito da política.

Em seguida é definido por Gama o que é uma dissertação:

Dissertação se diz tôda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão: deduz a sua etimologia do freqüentativo *disserto dis sertas* (de quem é nome derivado) e significa disputar ou declarar com palavras; êste val o mesmo que o verbo *dissero*, que segundo o Léxico de Uveterano, quer dizer; e exprimir clara e especialmente a sentença de cada um (GAMA, 1724, pp. 13)

O gênero da dissertação pressupõe, necessariamente, uma disputa que, como ele mesmo enfatiza, é realizada através de palavras. Dessa forma, a dissertação é colocada como um campo no qual ideias entram em embate, afim de exprimir uma verdade em torno daquilo que está sendo discutido, legitimando a escolha desse tipo de texto para sustentar o projeto historiográfico da Academia Esquecida. O desembargador pontua que a origem desse gênero de disputa remonta ao Éden, protagonizado entre Eva e a serpente, justificando a escolha desse gênero não só por sua funcionalidade, mas por sua significação na cosmovisão católica, uma legitimidade tanto racional quanto espiritual.

Gama também dá luz ao nascente embate entre a poesia e a história, colocando a poesia como bela, porém vazia de significado e verdade, que “expõe seus argumentos não como foram sucedidos, mas sim como deviam ser obrados”.⁷² A história, entendida pelo autor, pode ser entendida enquanto *rigorosa*, sendo essa a verdadeira, e uma história sem fundamentos, sendo essa falsa. A busca da história é colocada como a busca da verdade,

⁷² GAMA, Luís de Siqueira da. Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil (1641-1820-22). Vol.I, T.V. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p.13.

e por isso essa mesma história rigorosa passa por divisões, como *história universal, eclesiástica, secular, etc.*⁷³

Na dissertação seguinte, Gama volta a tratar do gênero da dissertação, colocando que:

Tem por matéria a dissertação, tôda a que foi ou possa ser disputável, por objeto, tem a opinião melhor, para fim de averiguação da verdade: para conhecimento da que se propõem as dúvidas, se consideram as respostas, se formam as instâncias, e discorrem as distensões; devem porém os argumentos serem moderados porquanto se a dissertação for nímia imoderadamente ou por capricho, ou por vaidade, ou por espírito de contradição, tão longe está de ser semelhante controvérsia afeto louvável, exercício virtuoso ou empenho científico, que necessariamente há de produzir efeitos contrários, e a dissertação que sòmente se devia alterar a fim de conhecer a verdade e concluir a sentença melhor; se controverter nímiamente imoderada, é preciso que se há de perturbar o certo, escurecer o claro, e confundir-se totalmente a melhor opinião. (GAMA, 1724, pp. 25)

O desembargador, portanto, entende a dissertação enquanto a matéria de tudo o que foi ou possa ser disputado, na qual a averiguação da verdade se daria a partir da sustentação da melhor opinião dentro dessa disputa de palavras. Essa opinião não deveria ser sustentada por vaidade ou caprichos pessoais, mas sim por um empenho científico. A prática em torno do entendimento sobre as dissertações se dá na dissertação terceira, intitulada *Se os Índios Bárbaros do Brasil têm alguma espécie de política?* Nela, Gama escreve que a história representa o verdadeiro “coração dos homens”, na medida que ela constitui sua verdadeira essência, porém tal essência só poderia de fato se mostrar presente a partir da política, sendo essa a sua maior virtude. Dessa forma, é realizado o seguinte questionamento: Se a história e a política são as bases constituintes do homem, eram os indígenas homens?

Para responder essa questão, o autor realiza a operação mais prática do gênero da dissertação, a partir do que fora definido por ele: ele coloca idéias em debate. Em um primeiro momento, são apresentados argumentos que partem do princípio de que os indígenas não são homens. Aqui, Gama coloca que a não humanidade do indígena vêm de seu desconhecimento sobre Deus e, principalmente, o poder régio, os colocando como bárbaros, questão sustentada pela sua falta de faculdades políticas, o que excluía qualquer noção de civilidade entre eles, questão essa constada pela nudez e pelos rituais antropofágicos. Além disso, é escrito que a sociedade política é fruto da natureza divina

⁷³ *Ibidem.* pp. 21

do homem, sendo essa natureza a própria noção de Deus, portanto seu desconhecimento entre os indígenas somente os colocaria como seres bárbaros e sem humanidade.

Os Índios do Brasil eram tão bárbaros, eram tão brutos (...) que sendo tão brutos, que não pareciam homens não teriam entre si sociedade: disse-o terminadamente tratando das notícias do Brasil o mesmo Padre Vasconcelos nos mais costumes são como feras sem política, sem prudência, sem quase rastro de humanidade (GAMA, 1724, pp. 32)

Em seguida, Gama realiza a operação inversa. É destacado por ele como a comodidade dos indígenas revela a presença de ditames da política em seus agrupamentos, questão essa constatada a partir de seu nomadismo a depender da época do ano, ocupando espaços nos quais o bem-estar era buscado. É enfatizado também que a vida em comunhão é a maior prova de sociedade política, sendo essa a forma com a qual os indígenas viviam desde antes da colonização. Os próprios conflitos entre as diferentes etnias indígenas indicam essa comunhão, como Gama coloca, na medida que cada etnia possuía sua própria língua e seus próprios costumes, e o próprio ato da guerra entre os indígenas dependia uma liderança política presente, sendo impossível negar esse espírito de comunhão. Sua “consagração” pela Igreja católica também mostrava como as noções europeias de civilidade poderiam ser admitidas por eles. Ao final, Gama pondera sobre a noção do imaginário português na América, colocando que a barbaridade do indígena é fruto de uma rigorosidade da política ideológica portuguesa, que observava e analisava os indígenas não por sua própria natureza, e sim pela natureza que lhes foi imposta, que atribuiu a eles valores de ideias que não era verossímil para a sua própria realidade.

E pois é certo, que os tais Índios são realmente homens não se pode negar, que necessariamente haviam de ter entre si alguma política, porquanto a definição do homem não é só ser animal racional, porque é também ser sociável, civil, e político juntamente (...) A definição deve exprimir a natureza do seu definido, e se este é o homem na definição que relatamos: segue-se pois logo, que repugnaria a natureza de homens a não viverem os índios do Brasil ainda antes de conquistados, política, e comunhão (GAMA, 1724, pp. 34)

A verossimilhança refere-se à aparência de verdade ou plausibilidade que as narrativas e representações devem ter para serem aceitas e consideradas enquanto reais. Dessa forma, as narrativas consolidadas a partir de um sustentáculo verossímil legitimam e moldam as percepções, emoções e comportamentos das pessoas, e a sua quebra pode levar ao questionamento das estruturas do imaginário e à abertura para novas possibilidades de compreensão e expressão. Costa Lima enfatiza que a verossimilhança

se consagra enquanto um dos elementos essenciais para a construção e controle de um imaginário, na medida que busca estabelecer e manter as crenças, valores e representações coletivas de uma sociedade⁷⁴. A relação entre esses dois conceitos reside na necessidade de que as construções do imaginário pareçam verossímeis para que exerçam seu poder de influência sobre os indivíduos e a sociedade, criando assim uma narrativa inquestionável que esboça a verdade sobre as coisas.

O assunto em torno das dissertações também é tratado pelo acadêmico *Nubiloso*, Caetano de Brito e Figueiredo, mestre de história responsável por escrever sobre a História Natural da América Portuguesa. Em seu conjunto de dissertações, intituladas por ele de *Dissertações Acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da História natural das Coisas do Brasil*⁷⁵, o autor coloca o desconhecimento prático daqueles que escreviam sobre a América, por serem homens que nunca nem haviam estado do outro lado do Atlântico. Além disso, Caetano enfatiza que essas escritas tiveram como base relatos antigos, sendo então pouco confiáveis. Seria sua missão, então, reverter essa situação, e expor a verdade histórica das terras brasílicas, focando em sua história natural.

Na dissertação segunda, na qual o desembargador discute a origem dos indígenas, é escrito por ele:

Não confundiremos com tēmos Escolásticos o estilo Acadêmico; porque suposto escrevemos Dissertações estas se animam com o caráter da História, donde só com o expressivo da narração, e não com o rigor da disputa deve declarar-se o duvidoso, e concluir-se o verdadeiro, ou o verossímel (FIGUEIREDO, 1724, pp. 159)

Agregando à discussão iniciada por Gama, Figueiredo também se coloca em relação à escrita de dissertações. Para ele, existem dois campos historiográficos, sendo estes o propriamente narrativo e aquele marcado pelas disputas religiosas, que parte das tradições escolásticas. Por mais que o autor não desenvolva uma linha de argumentação sobre o assunto, ele ainda sim estabelece uma distinção entre filósofos e historiadores, no qual os historiadores estariam incumbidos de operar com a verdade, enquanto os filósofos por muito estariam sempre presos no campo da especulação.

⁷⁴ O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos. 2 ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1989, pp. 34.

⁷⁵ In: CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo V, pp. 139-221

Por sua vez, o padre Gonçalo Soares de França, autor das “*Dissertações da história eclesiástica do Brasil*”⁷⁶, apresenta, no antilóquio dessas dissertações, mais uma perspectiva para aprofundar esta reflexão. O padre se coloca como um operador instruído e capacitado para realizar a tarefa de escrever sobre a história eclesiástica da América brasileira, citando nomes Políbio, Heródoto, Tito Lívio e João de Barros como algumas de suas referências. Gonçalo escreve que:

(Eu poderia sobrevoar os castelos com minha inteligência, se não estivesse oprimido pela pobreza invejosa) percorrido largo espaço pelo campo do papel, senão quando na conferência passada me instruí em que mais havemos de descrever umas dissertações históricas, que uma história já disputada (porque dos propriamente historiadores é só obrigação narrar, e apenas refletir, sem a pensão de questionar) e assim variei de sistema e mudei de bastidor, trocando o estilo, e alterando a frase; mas nem por isso decresceu a minha confusão, antes sem dúvida se aumentou a minha perplexidade (FRANCA, 1724, pp. 225)

Assim como Gama, Gonçalo também entende a dissertação enquanto um espaço de disputa, porém acrescenta que tal disputa necessita de procedimentos específicos, indo além do que um simples embate entre ideias. Segundo Soares de França, existe uma distinção formal entre dois tipos de discurso: aquele que já apresenta os sucessos como “líquidos” e o que está sujeito a disputas. No primeiro caso, o formato narrativo se revela mais adequado, com o objetivo simples de relatar algo, utilizando palavras “significativas”, desprovidas de adornos e excessos. Já no segundo, onde a intenção é convencer o interlocutor sobre a validade de uma proposição em detrimento de outra, exige-se maior habilidade argumentativa e, conseqüentemente, um domínio mais elaborado da oratória. Assim, entre narração e dissertação, conforme as formulações do autor, há não apenas uma diferença formal, mas também qualitativa.

(...) nos sucessos líquidos só se ouvirá a narração: o estilo variará ao compasso dos assuntos; o narrativo para referir, o oratório para falar, o altíloquio para descrever. O primeiro será chão, e cheio, com palavras mais significativas, que pomposas, porque sempre tive por inúteis as que superabundam a expressão do conceito; o segundo mais ativo, ou com expressões mais vivas, como para persuadir; o último mais levantado, ou com visos de poético (dentro porém da sua esfera) como quem pinta, porque se a pintura é como a poesia (...) pelo que retrata, porque não será a perspectiva histórica como a poética, pelo que expressa? (FRANCA, 1724, pp. 229)

A história não é somente uma narração, e tampouco pode ser resumida de uma forma tão simplória quanto como “a busca pela verdade”. Gama reflete sobre essa questão

⁷⁶ In: CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo V, pp. 223-313

ao diferenciar a história da poesia e da oratória. Os três gêneros discursivos tem a narrativa enquanto força motriz, porém a operação para cada um desses gêneros se difere: Enquanto a oratória tem como ponto de partida aquilo que é provável e útil, por meio do discurso, a poesia prioriza o lazer, podendo ou não partir do verossímil; a história, todavia, se baseia nos fatos, trazendo as coisas tal qual elas ocorrem, a partir de uma sucessão cronológica de acontecimentos. Respalhada pela razão, ela traz consigo a “garantia da verdade”, colocando-a em embate com a poética⁷⁷.

(...) a História escreve as coisas que sucederam realmente, como se obraram, segundo a série, e ordem dos tempos em que aconteceram: a oratória sim refere as coisas como aconteceram, mas não as relata tão estreita, e rigorosamente: porque pode antepor, ou pospor os sucessos, conforme ao melhor arbítrio do orador: a poesia expõe seus argumentos não como foram verdadeiramente sucedidos, mas sim como deviam ser obrados, e para este fim tem o Poeta jurisdição de inventar, fingir, diminuir, ou acrescentar tudo quanto melhor lhe parecer. (GAMA, 1724, pp. 12)

Com isso, observam-se dois procedimentos interligados na prática historiográfica dos Esquecidos, definidos não apenas por suas características formais, mas também por suas funções no processo de construção do saber histórico. A narrativa histórica, situada como etapa final desse trabalho, destaca-se por seu decoro e pelo compromisso com a intenção de verdade. Essa forma de discurso se afasta tanto da retórica (filosofia) quanto da poética, ao priorizar a clareza e a objetividade necessárias para relatar os acontecimentos tal qual eles se sucederam.

Por outro lado, a dissertação histórica ocupa uma etapa anterior na elaboração desse saber, operando como um instrumento essencial para a produção da verdade em contextos de debate ou incerteza. Nesse sentido, vincula-se diretamente ao domínio da retórica e da persuasão, pois busca estabelecer argumentos convincentes sobre temas ainda em disputa. Apesar das diferenças em suas formas e propósitos imediatos, tanto a narrativa quanto a dissertação compartilham a intencionalidade de trazer à tona uma verdade histórica. Essa verdade, no entanto, é uma construção que se insere no objetivo maior da Academia: o de definir a verdade histórica em torno da América portuguesa.

Em suas dissertações acerca da história natural da América brásilica, Caetano de Brito e Figueiredo, acima de tudo, cumpre a missão de demarcar o território brásílico

⁷⁷ LIMA, Luiz Costa. O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos. 2 ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1989, pp. 34.

enquanto um lugar próprio. No decorrer de suas escritas, o autor cataloga e caracteriza, de forma bem clara e objetiva, a fauna, flora e geografia da colônia. Sua construção da América enquanto a “jóia do Lusitano Cetro”⁷⁸ é evidente, ao constantemente destacar a grandeza natural da colônia.

O Brasil com maior jactância inestimável jóia do Lusitano Cetro, e pedra preciosíssima da Coroa Portuguesa, de tanta Majestade, formosura, que só no desmaiado, e grosseiro destas côres ficará menos bem parecido, sendo que é dotado de tão naturais excelências e prerrogativas, que sem outra alinho, ou enfeite mais, que a congênita, e própria gala, de que o vestiu, e adornou a natureza, sempre campeia vistoso, sempre se ostenta agradável. (FIGUEIREDO, 1724, pp. 167)

Mesmo com constantes elogios em relação à beleza brasílica, o desembargador também faz questão de situar cartograficamente o lugar, justificando assim a posse de Portugal em relação ao território, questão que fica evidente nas palavras do autor:

De quatro graus, e seis minutos da Linha Equinocial para o Setentrião. Debaixo do qual corre o rio Jupós, ou de Vicente Pin-son, terras do Cabo do Norte, margem Boreal da grande Baía, ou bôca, por donde ver restituir-se ao Oceano o caudoloso Rio das Amazonas (...) Domínio que nos foi declarado nos artigos 8, 9, 10, 11 e 12 da Paz de Utrecht ajustada em 11 de abril de 1713, pelas Majestades do muito alto, e poderoso Rei Dom João o V nosso Senhor, que Deus guarde, e a del-Rei Luís XIV da França nesse tempo reinante. (FIGUEIREDO, 1724, pp. 167)

Em suas dissertações, Figueiredo cumpre o papel de firmar a colônia enquanto um lugar físico e palpável, um território, acima de tudo, real, longe das fabulações que o norteava enquanto Terra de Santa Cruz. O acadêmico *Nubiloso* situa a colônia brasílica enquanto uma parte integrante do mundo, acima de tudo do mundo lusitano. Tal reflexão é evidenciada logo em sua primeira dissertação, que tem como foco a discussão acerca da descrição geográfica da América.

Figueiredo argumenta que, apesar das inúmeras viagens realizadas para a América desde 1492, sua verdadeira extensão ainda permanecia desconhecida, alimentando dúvidas sobre a possível existência de terras ainda inexploradas. Em sua descrição, ele menciona brevemente localidades que vão do Estreito de Magalhães ao México, e ressalta que, se antes a Orbe da Terra era concebida a partir de uma divisão em três partes, com a

⁷⁸ FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. *Dissertações Acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da História natural das Coisas do Brasil*. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820-22)*. Vol.I, T.V. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p.170.

descoberta da América passou-se a considerar uma quarta parte, não havendo razão para descartar a possibilidade de uma quinta divisão do mundo.

Essa perspectiva é especialmente marcante, pois rompe com a visão religiosa tradicional, que delimitava o mundo em apenas três partes, e se alinha a um ideário racional. Esse racionalismo, ao reconhecer a descoberta de um novo continente, propõe que a existência de outras terras desconhecidas não só é plausível, mas deve ser investigada. Dessa forma, torna-se nítida a metodologia de investigação e debate proposta pelo próprio gênero da dissertação.

Além de situar a colônia enquanto um lugar, Figueiredo também situa aqueles habitam esse espaço desde suas origens, sendo esses os indígenas. Em sua dissertação segunda, o autor traça hipóteses para explicar a existência de pessoas no continente americano, considerando seu surgimento a partir da separação do mundo, após o Grande Dilúvio, que é colocado como um marco. Contudo, o verdadeiro enigma surge no que teria ocorrido após o Dilúvio: qual, afinal, seria a origem desses indígenas? A partir desse questionamento, o desembargador passa a explorar como diferentes teorias foram formuladas ao longo do tempo, com explicações que variavam entre o mitológico e o racional, refletindo a complexa tarefa de situar os indígenas na história da humanidade.

De tão repetidas, e várias opiniões se conclui ser controversa, dúbia, e incerta a origem dos Índios, primeiros povoadores dêste nôvo Mundo, e que mais facilmente se pode arguir, e opugnar, que afirmar, e estabelecer. Porém a décima-quarta mais recebida, e verossímil é, que êstes tais Índios são oriundos das Províncias Setentrionais, Ou Asiáticas, ou Europeias, e dos Tártaros Lapônios, ou Zemblanhos, circunvizinhos, e confinantes, dos quais no Dialético idioma, e pronúncia conservam grande semelhança; donde sendo a América ou continente, ou dividida com pequenos estreitos, seria fácil o trânsito daquelas gentes para estas Regiões. (FIGUEIREDO, 1724, pp. 161)

Entre as diversas hipóteses mencionadas por Figueiredo, algumas atribuíam origens fabulosas aos povos indígenas, como a ideia de que seriam habitantes dos céus ou descendentes de lugares míticos como Ofir⁷⁹. Outras teorias propunham que seriam soldados do rei Salomão ou descendentes de troianos, hebreus ou fenícios. Todas essas explicações, carregadas de imaginação e simbolismo, são descartadas pelo autor como fabulosas e fictícias, demonstrando a busca por uma abordagem mais crítica e

⁷⁹ *Ofir* é o nome de uma região mencionada na Bíblia, famosa por sua riqueza e muito semelhante à África.

fundamentada. Essa busca reflete o esforço de superar interpretações míticas e integrar o estudo dos indígenas a um quadro mais racional e científico.

A hipótese mais aceita e plausível, segundo o autor, é a de que os indígenas teriam origem asiática, europeia ou das províncias setentrionais, chegando à América através de estreitos que conectavam os continentes. Essa explicação se sustenta em evidências como semelhanças entre dialetos dessas regiões, e evita a tentação do fantástico, fundamentando-se em análises críticas e comparativas. Ao destacar essa abordagem, o texto revela a importância de um exame metódico e racional para legitimar ou refutar hipóteses em torno da origem dos povos indígenas.

Nas dissertações sobre a história eclesiástica, o padre Gonçalo Soares da Franca também se propõe a tratar sobre o surgimento do homem Americano, apresentando diversas similaridades com o que é escrito por Figueiredo, mais uma vez colocando em prática a funcionalidade do gênero da dissertação. Assim como o desembargador, Franca defende o Dilúvio Universal como um fato incontestável, enraizado em sua natureza e, como Figueiredo, explora diversas teorias acerca do surgimento dos indígenas. O padre também menciona hipóteses que os associam a descendentes de hebreus, troianos ou habitantes de Ofir, mas considera tais narrativas como fabulosas, desprovidas de fundamento. O padre coloca que tais histórias tem uma intenção maior em provar uma certa erudição de quem as escreveu do que de fato serem fundamentadas no estudo da verdade. Em sua análise, Franca aponta que os antigos, devido à limitação de suas navegações costeiras, não poderiam ter conhecimento sobre a existência da América, reforçando a necessidade de explicações mais racionais e fundamentadas, mostrando também um trabalho metodológico de analisar aquilo que é verossímil ou não.

O acadêmico *Obsequioso* também se utiliza de argumentos teológicos para descartar algumas dessas teorias. Ele questiona como os indígenas poderiam ter trazido consigo animais que só existiam, naquele momento, no território americano, considerando impossível que essas espécies escapassem da Arca de Noé. Para ele, a hipótese mais plausível é a de que os indígenas chegaram à América através de estreitos que a ligavam à Ásia, utilizando canoas ou pequenas embarcações para atravessar. Essa explicação, além de racionalizar a presença dos indígenas no continente, reforça a ideia

de que a América fazia parte do mesmo mundo físico e divino ordenado por Deus, integrando-a ao plano maior da criação.

A grande questão que se mantém para Franca é delimitar quando de fato isso teria acontecido, questão que o próprio autor coloca como improvável de um dia se saber. Esses indivíduos que cruzaram o estreito ainda sim seriam descendentes de Noé, em uma fala que o autor não só integra a América à religião, como também a integra ao restante da Orbe, na medida que se é entendido que a América sempre existiu, só não se tinha conhecimento dela, sendo essa questão inferida a partir de uma análise crítica, que se mescla com o providencialismo religioso.

(...) logo que Deus criou o mundo se povoou a América, que tanto se remitiu o dilúvio passaram a ela os descendentes de Noé; esta segunda opinião como mais consentânea a razão abraça o entendimento, pois se imediatamente se habitaram outras terras estereis e destemperadas, não é crível que logo se não povoasse um clima tão fértil, e benigno, como é o da América, ficando por conclusão do nosso assunto que os descendentes de Noé pelo estreito de Anião, logo depois do dilúvio passaram a habitar América, e por conseguinte a povoar o Brasil. (FRANCA, 1724, pp. 255)

A construção desse surgimento físico da América carrega consigo um discurso religioso bem marcado, na medida que certas questões, como o Dilúvio, são entendidas por ambos como algo irrefutável. Dessa forma, faz-se necessário pontuar essa convergência retórica em relação ao Academicismo lusitano. Assim como em sua matriz, a Academia Real de História Portuguesa, as questões abordadas pela agremiação baiana referentes ao universo católico apresentavam seus limites, por vezes impostos pela possível censura dos textos que se desviassem daquilo já era tido como uma verdade irrefutável, por outras como fruto da própria visão de mundo daqueles que escreviam tais histórias, sendo Franca, um padre, um exemplo.

Não bastava apenas admitir a existência da América, mas sim enquadrá-la enquanto parte da *Orbis Terrarum*. A construção física dessa América, todavia, não se isentava de questionamentos, questão essa constatada pelo próprio debate acerca da origem dos indígenas. Aqui, o fundamental não seria estabelecer uma narrativa inquestionável (por mais que partes delas pudessem ser), mas sim construir o espaço enquanto algo real. Dessa forma, a América poderia de fato ser enquadrada enquanto uma parte constituinte da *história*, fosse ela a providencial ou a real.

Além de tratar da origem dos indígenas e colocá-los como seres pertencentes ao mundo cristão, os acadêmicos, como já fora exemplificado a partir de Gama, também discutiram por muito a sua natureza. Afinal, quem seria esse homem americano? Figueiredo, em suas dissertações primeira e segunda, adentra nesse debate.

Os seus Índigenas, e primeiros habitadores quase todos eram bárbaros, rudes, cruéis Trogloditas, e Antropófagos, alimentavam-se de carne humana; comiam aos que cativavam na guerra; e com ímpia, e tirana piedade serviam muitos de sepulturas vivas aos Cadáveres dos Pais, Parentes, e Amigos, aos quais muitas vêzes antecipavam a morte com o simulado pretexto de lhes procurarem nas últimas aflições, e agonias algum alívio, e descanso: não sendo outra a causa, mais que a de prevenirem pronto alimento à sua voracidade. Feras racionais sem Fé, Lei, nem Religião, sombras (...). (FIGUEIREDO, 1724, pp. 154)

Diferente de Gama, Figueiredo enxergava os indígenas enquanto *brutescos rascunhos da humana Natureza*, animais sem nenhum tipo de civilidade, ao contrário das populações encontradas pelos espanhóis. Por conta de sua barbaridade, sua origem também era envolta de mistérios, sendo então um debate entre várias opiniões. O desembargador, assim como seu colega, também coloca essas diferentes opiniões em embate.

A mais aceita trata da origem dos indígenas enquanto indivíduos de origem asiática, europeia ou de províncias setentrionais, que através de estreitos chegaram na América. Tal hipótese se mostrava como a mais plausível na medida que eram percebidas semelhanças entre dialetos dessas localizações, além de não ser algo fabuloso ou mitológico, mostrando assim como a análise crítica se torna fundamental para poder legitimar ou não uma hipótese, na medida que tal verdade não é simplesmente aceita, e sim debatida.

De tão repetidas, e várias opiniões se conclui ser controversa, dúbia, e incerta a origem dos Índios, primeiros povoadores dêste novo Mundo, e que mais facilmente se pode arguir, e opugnar, que afirmar, e estabelecer. Porém a décima-quarta mais recebida, e verossímil é, que êstes tais Índios são oriundos das Províncias Setentrionais, Ou Asiáticas, ou Europeias, e dos Tártaros Lapônios, ou Zemblanhos, circunvizinhos, e confinantes, dos quais no Dialético idioma, e pronúncia conservam grande semelhança; donde sendo a América ou continente, ou dividida com pequenos estreitos, seria fácil o trânsito daquelas gentes para estas Regiões. (FIGUEIREDO, 1724, pp. 161)

A questão indígena também é abordada pelo padre Gonçalo Soares da Franca que, assim como seus colegas, também discute a temática de forma única dentre a produção Esquecida. O autor já trata do assunto logo no antilóquio de suas dissertações, ao colocar que graças à empreitada colonial (entendendo aqui a missão da Coroa e da Igreja na

América) trouxe os indígenas para a verdadeira Luz. Além disso, em sua dissertação segunda, na qual discute sobre a geografia do Brasil, Franca já os coloca enquanto rudes e bárbaros. Mesmo reconhecendo sua pluralidade étnica, o que os une é justamente a sua irracionalidade e barbaridade, questões essas que, de acordo com o Padre, somente obedeciam aos impulsos da natureza.

Era o Brasil habitado de Índios, que sendo de uma mesma Pátria, se mostravam tão diferentes nos ritos e línguas, que se julgavam Nações diversas: destas se contavam mais de cem distintas espécies; na simetria do corpo de estatura avultada; nas feições rosto redondo, nariz chato, cabelo liso, e sempre intonso; nos costumes tão bárbaros, que parece degeneravam em irracionais, porque sem Rei, sem Lei, e sem fé, isentos do temor de Deus, e da legislação dos homens, só obedeciam aos impulsos da natureza corrupta, que sempre propensa ao mal licenciosamente os inclinava a execução de seus brutais apetites(...) para que com tantas disposições de brutos tivessem mais que lavrar nestes humanos troncos o *buril* da polícia da Europa, e o *cinzel* da Religião Católica. (FRANCA, 1724, pp. 247)

A imagem construída em torno dos indígenas possui um ponto de convergência inquestionável: fossem eles seres com civilidade ou somente “brutescos rascunhos da humana natureza”, ainda sim eram elementos constituintes para se entender a América. Assim como o próprio lugar, não bastava apenas admitir a sua existência enquanto uma simples causalidade terrena (ou divina), mas seria necessário inseri-los também como elementos da grande história universal lusitana. Discutir sua origem e a constituição de seu ser eram operações fundamentais para se colocar a América enquanto um lugar cuja história não se iniciou necessariamente com o início da colonização, mas que foi amplamente potencializado por ela. Antes dos portugueses, a América vivia sob a escuridão, cabendo a eles trazer à tona a verdade das coisas americanas, coisa que somente o Império Português poderia realizar.

Daqui se inferirá como certo que nenhuma outra Lei professavam os Indios, nem ainda a natural, pois se esta se define - ratio insita a natura, que iubet quae facienda sunt, probibetque contraria (uma razão instilada pela natureza, que ordena o que deve ser feito e proíbe o contrário) , mal podia observar os axiomas da razão quem só abraçava as apetências da vontade, como largamente temos mostrado na dissertação segunda. A êstes pois indivíduos da natureza humana, que nas vidas, e nos costumes pouco se distinguiam das feras; a êstes, que nas trevas do seu gentilismo eram verdadeiros Antípodas da Luz da graça (...) Daqui vem que assim como as conquistas dos Monarcas Lusitanos excedem as conquistas dos mais Monarcas, também a sua religião se avantajava à religião de todos os outros. (FRANCA, 1724, pp. 272)

Nesse ponto, o *Obsequioso* justifica não só o tratamento, mas a própria utilização dos indígenas para a construção dessa verdade. Na dissertação quinta, o autor discute sobre a possível vinda de São Tomé para o outro lado do Atlântico. Aqui, a lenda de São

Tomé desempenha um papel central na tentativa de enquadrar a América brasileira dentro do imaginário cristão, associando as tradições indígenas locais a narrativas teológicas europeias. Segundo Gonçalo, a presença de São Tomé na América encontra respaldo na própria oralidade indígena, que preserva a memória de um homem branco chamado Tomé, descrito como alguém que caminhou entre os povos nativos, ensinando-lhes o “verdadeiro caminho dos Céus.” Essa lenda ganha ainda mais força quando o autor menciona a existência de pegadas atribuídas ao santo em um sítio específico, sugerindo que ele as deixou antes de desaparecer no mar. Essas marcas, somadas a outras atribuídas ao mesmo santo em diferentes locais, são usadas para corroborar a passagem de São Tomé pelo território brasileiro, reforçando a ligação entre o cristianismo e o lugar brasileiro.

Gonçalo utiliza a tradição oral como fonte legítima para sustentar essa narrativa, especialmente em questões teológicas. Ainda que a lenda tenha sido reinterpretada pelos portugueses (algo evidenciado pelo uso do nome “Tomé” com precisão cristã), o padre não demonstra qualquer dúvida sobre sua veracidade. Ele vai além, atribuindo a São Tomé o papel de instrutor dos indígenas em atividades como o cultivo da mandioca, algo que, segundo ele, seria impossível para os nativos desenvolverem sozinhos devido à sua suposta selvageria. Essa visão não se limita à agricultura, mas também se estende à pesca e à caça, reforçando uma narrativa que desqualifica os indígenas como agentes racionais e capazes, ao mesmo tempo que insere a América brasileira no contexto da história sagrada, como um território visitado por um apóstolo de Cristo.

Nem se julgue menos acreditada a verdade das tradições quando concorrem as circunstâncias necessárias, e conducentes para ela. De outra sorte deixaríamos de crer tudo o que não está escrito só porque não está escrito, ou seria falso tudo o que só escutamos dos acontecimentos humanos; e se nem a Igreja se pode reger sem tradições, como duvidaremos absolutamente do que ouvimos, só porque o não lemos: também nas memórias se imprimem os sucessos, donde nem todos se transferem as estampas, e muito menos poderiam passar da reminiscência ao papel casos, que sucederam entre Nações, que totalmente ignoravam os primeiros princípios de ler e escrever. (FRANCA, 1724, pp. 261)

A defesa da oralidade por Gonçalo é significativa, sobretudo por contrastar com a visão de outros religiosos que a consideravam bárbara e incapaz de transmitir verdades. Para o autor, a tradição oral não apenas é essencial, mas também indispensável para a escrita da história brasileira, já que nem toda verdade está registrada em documentos escritos. Ele argumenta que, se apenas as provas escritas fossem consideradas válidas, muitas tradições religiosas, incluindo as da Igreja, perderiam seu fundamento. Assim,

Gonçalo legitima a oralidade como uma ferramenta necessária para compreender e registrar o passado colonial, ao mesmo tempo que utiliza essa narrativa para inserir a América brasílica no universo cristão, fortalecendo a legitimidade da posse portuguesa sob território, ainda que coloque um valor a ela que não venha necessariamente da dominação lusitana.

Essa legitimidade é colocada de forma bem direta por Gama, em sua dissertação segunda, na qual é discutida a definição de política. Para o desembargador, existem três tipos, sendo elas a aristocrática, a democrática e a monárquica. Essa última ganha mais destaque, sendo entendida como a melhor fundamentada, a exemplos de monarquias passadas (como a persa, grega e romana). A monarquia é colocada como a melhor por sua eficácia, ao mesmo tempo que só pode ser considerada a melhor se continuar cumprindo seu objetivo de alcançar o bem comum, pois a ausência disso tornaria o governo tirânico.

O assunto retorna em sua décima e última dissertação, cujo foco se dá na questão da saúde, entendida enquanto natural, política e teológica. A primeira seria a boa disposição do homem; a segunda a harmonia dos povos; a terceira a graça de Deus. A saúde é colocada como a maior de todos os bens temporais, pois somente com ela o homem consegue viver de maneira completa. A simbologia da saúde se dava através da serpente, por isso é colocado que o Príncipe deve ser como a serpente. Ao trazer a política para a questão, Gama coloca que o Príncipe deve ser a representação do que a saúde é, pois somente assim o governo seria bom. Essa exaltação da monarquia e do Império Lusitano traz consigo a imagem do governante como a imagem da saúde, além de depender da saúde de seus súditos, que devem estar satisfeitos com quem os está governado.

São os súditos partes integrantes do Reino; são os vassallos partes heterogêneas do Príncipe porque o Monarca a cabeça do Império, e são os subalternos inferiores membros da república. Quando a cabeça se lastima, todo o mais corpo enfêrma para que não se queixem o corpo da Monarquia, deve O Rei cuidar muito na saúde própria como cabeça do bem comum (GAMA, 1724, pp. 129)

Tal exaltação da monarquia não é só um discurso teórico, e sim uma representação da monarquia portuguesa, e todo o bom governo que ela promovia tanto em sua metrópole

quanto em suas regiões ultramarinas, tais como a colônia brasílica. A dissertação tem o seu fim com um soneto⁸⁰, que representa perfeitamente a importância e glória do império português:

Em júbilos alegres convertendo
Os Sustos, que ontem graves padecia
Amante, e reverente hoje a Bahia
Vejo festiva gostos exercendo.

Justamente Senhor agora entendo
Que por mais que duplique a alegria
Não bem expressara, o que sentia
No mal, que então vos vira padecendo:

Necessária a Saúde vos mereça
Excelso Príncipe o maior cuidado
Não permitais, que o bem comum pereça.

Imperai sim, mas menos desvelado
Pois injusto será, que o Leão padeça
Quem sabe como Sol reger o Estado

A relação entre passado e presente se manifesta de forma complexa na escrita da história, como aponta Michel de Certeau na obra *A Escrita da História*⁸¹. O historiador, ao analisar o passado, o faz a partir de seu presente, utilizando métodos e perspectivas próprias de seu tempo. Esse processo, inevitavelmente, implica em uma disputa entre o que foi vivido e o que é pensável a partir dos vestígios do passado. Nesse contexto acadêmico, essa disputa se materializa nas dissertações históricas, que buscavam construir uma narrativa em torno da América Portuguesa a partir da análise crítica de documentos. Essa análise, embora pretendesse ser racional, se entrelaça com elementos

⁸⁰ CASTELLO, José Aderaldo. O movimento acadêmico no Brasil (1640-1822). vol. I, tomo V, pp. 138

⁸¹ *A Escrita da História*. 2006. pp. 27.

místicos e providencialistas, revelando a influência do contexto religioso e político do espaço brasileiro.

Michel de Certeau argumenta que a historiografia se estrutura a partir de duas concepções do real⁸²: o real como *conhecido* (aquilo que o historiador estuda, o resultado de sua pesquisa) e o real como *implicado* (a sociedade abordada pelo historiador, o que permanece subentendido). A interação entre essas duas noções dá origem a dois tipos de história: a história *vivida*, que busca restaurar o que foi esquecido, e a história *pensável*, que exige do historiador a elaboração de métodos para interpretar os documentos, pautados por um viés racional. Na prática historiográfica dos Esquecidos, essas duas dimensões da história se entrelaçam. A busca por uma história "analítica e prática", como defendida por José da Cunha Cardoso, se aproxima da história pensável, que exige rigor metodológico na análise das fontes. As dissertações, como gênero textual privilegiado, se constituem como espaços de debate e argumentação, nos quais diferentes perspectivas sobre o passado são confrontadas em busca da "verdade sobre as coisas".

Ao mesmo tempo, a presença de elementos místicos e providencialistas na escrita dos Esquecidos aponta para a influência da história *vivida*, que busca resgatar a memória americana, conectando seu presente passado lusitano e católico. A crença inquestionável no Dilúvio, a busca por integrar a história da América ao plano divino e a utilização de lendas como a de São Tomé revelam a presença de uma visão de mundo onde a fé e a razão se complementavam, na medida que uma acabava por justificar e legitimar a permanência da outra. No caso dos Esquecidos, a interação entre o racional e o místico se coloca a serviço de um objetivo maior: legitimar a América Portuguesa enquanto posse de Portugal, assim como construir uma história própria para a colônia. A análise crítica de documentos, combinada à narrativa providencialista, buscava consolidar a imagem da América Portuguesa como um território singular, integrado ao mundo lusitano, mas com características e potencialidades próprias.

O contato com a realidade americana exigia a revisão dos paradigmas geográficos, cronográficos e etnográficos herdados (...) tornava-se crucial encontrar uma solução de continuidade entre o Velho e o Novo Mundo para que se pudesse enquadrar a nova realidade na genealogia divina dos povos europeus (KANTOR, 2004, pp. 216-217)

⁸² *Ibidem.* pp. 40

III.II – Uma *epopeia* *brasílica*

Ao mesmo passo que foi atribuído o papel de cristalizar uma verdadeira história da América Portuguesa às dissertações históricas, a produção escrita dos Esquecidos fora além do que o tratamento apenas deste gênero literário. Como já fora destacado, a agremiação baiana também se apropriou de outros gêneros para integrar o seu projeto academicista. Nessa matéria, Iris Kantor⁸³ destaca que (pp. 100) “a poligrafia ou a não-especialização dos Esquecidos permitiu a combinação entre as atividades de cunho literário, historiográfico, teológico, características, aliás, também dominante nas demais academias setecentistas européias”

A produção de poemas e, principalmente sonetos, foi uma marca fundamental dessa não-especialização apontada por Kantor, na qual sua intencionalidade em colocar a verdade em torno da história *brasílica* também se deu. Esses sonetos abordavam temas diversos, demonstrando não só o respaldo acadêmico da produção *Esquecida*, mas também literário.

Logo na primeira conferência da Academia, realizada no dia 23 de abril de 1724, os sonetos já foram colocados como o foco dessa cerimônia de abertura. Após uma oração realizada por José da Cunha Cardoso, uma reunião de poemas louvando o censor e secretário da agremiação foi apresentada, pelos seus mais diversos integrantes, assim como poemas louvando o Vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes. No soneto escrito por Gonçalo Soares da Franca⁸⁴, a figura de Cardoso é colocada como um sustentáculo do florescimento da Academia, destacando a sabedoria e importância do secretário.

Pode a Lira do músico Tebano
sonora construir soberbo muro;
fêz do Louro Pastor, o acento puro,
o que depois desfez o Grego engano.

Conseguiu o solfista do Oceano
na borrasca maior, maior seguro;

⁸³ Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

⁸⁴ In. CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo I, pp. 19

as penas enfreou do Reino escuro,
quando as pedras movia, o Trácio ufano.

Tanto puderam todos; mas vós tanto
mais que todos podeis, que inda receio
comparar a seu canto o vosso canto:

Se a memória consulto, o ouvido creio,
pois quando vos escuto, encontro espanto
a Anfião, a Apolo, a Arion, a Orfeu.

Do Acadêmico Obsequioso.

[Gonçalo Soares da Franca]

Aqui, Franca faz referências do universo cultural europeu, como Anfião, Apolo e Orfeu. Nos quartetos, são descritos os feitos desses músicos míticos, sublinhando suas realizações extraordinárias. Nos tercetos, porém, ocorre a progressão do elogio: o canto de Cardoso não apenas se compara, mas supera os exemplos mitológicos. O verso "mais que todos podeis" marca o ápice desse louvor, indicando que o destinatário transcende as figuras mencionadas, expressando a impossibilidade de se destacar de forma justa o secretário apenas pela memória ou comparação.

No soneto seguinte apresentado pelo padre⁸⁵, a forma com a qual ele realiza o louvor ao Vice-Rei César de Menezes é a mesma, trazendo elementos mitológicos de forma extremamente lírica.

Hoje que, remontada ao firmamento,
Fênix pretende do Brasil a história,
das flamas emplumar-se da memória
sacudindo os carvões do esquecimento.

À vossa proteção o seu intento

⁸⁵ *Ibidem*, pp. 41.

com justa confiou digna vanglória,
que onde as armas, e as Letras têm vitória,
têm os anos, e os tempos rendimento.

Não tema pois, a história a cinza obscena,
se eloqüente uma mão, e outra alentada,
põe na estampa dos Céus qualquer Camena:

Que era fôrça lograsse eternizada,
para os vãos, arrojos nesta pena,
para os rasgos, impulsos nessa espada.

Do Acadêmico Obsequioso
[Gonçalo Soares da Franca]

O primeiro quarteto introduz a metáfora da Fênix, símbolo de renascimento, colocando aqui o esforço de resgatar e revitalizar a memória histórica da colônia brasileira. A história almeja "remontar ao firmamento", buscando um lugar de destaque e imortalidade. Ao escrever "Sacudindo os carvões do esquecimento", Franca reforça a o próprio ideário da Academia de contar pela primeira vez essa história brasileira, fazendo alusão ao próprio nome da agremiação e não deixando que a memória dos feitos americanos seja queimada e se torne cinzas. No segundo quarteto, a confiança da história é depositada na "vossa proteção", indicando a tarefa incumbida à agremiação baiana.

O primeiro terceto reafirma que a história não deve temer a "cinza obscena" (o esquecimento ou a destruição), pois há uma união de esforços: a "mão eloqüente" representa a força das letras, da escrita e da eloqüência; enquanto a "outra alentada" simboliza a força militar ou prática, colocando em voga essa dualidade entre Letras e Armas. O segundo terceto finaliza com um tom triunfal, exaltando a "pena" e a "espada" como os instrumentos que elevam a história aos "vãos" e "arrojos" sublimes. A "pena" simboliza a escrita, a poesia e a cultura; a "espada", a força, a coragem e as ações históricas.

Ambos os sonetos demonstram uma intensa erudição por parte desses acadêmicos, questão evidenciada pelo uso de referências mitológicas como a Fênix, as Musas, Orfeu e Anfião, entre outros elementos da tradição clássica greco-romana. Essas alusões revelam não apenas o domínio cultural e literário dos autores, mas também a valorização do cânone europeu como fonte de autoridade estética e intelectual. Ao invocarem figuras e narrativas mitológicas que simbolizam a eternidade, o renascimento e a superioridade cultural, os poetas inserem seus temas em um contexto universal, conectando a colônia brasileira ao legado da civilização ocidental. Tal uso da mitologia clássica não foi apenas um tributo ao repertório europeu, mas também uma forma de legitimar as produções culturais do Novo Mundo perante o Velho Continente.

Ao transformar a história do Brasil em uma "Fênix" ou ao celebrar o papel das "armas e letras" como forças civilizadoras, os sonetos não só exaltam os feitos locais, mas também os moldam dentro da tradição clássica, reforçando a conexão entre o passado mítico europeu e o futuro histórico americano. Nesse processo, a colônia e seus símbolos culturais ascendem como extensões do imaginário europeu, alinhadas a uma visão de mundo em que a civilização, a memória e o poder só alcançam sua plenitude ao serem reconhecidos e perpetuados pelos cânones culturais herdados da Antiguidade.

Os poemas também abordavam questões referentes ao Império lusitano como um todo. Na quinta conferência da Academia, realizada no dia 25 de junho de 1724, os agraciados trataram sobre a celebração do aniversário de 10 anos do príncipe Imperial. Caetano de Brito e Figueiredo escreve um soneto⁸⁶ no qual a exaltação ao príncipe e ao império é colocada de forma bem direta.

Ásia, África, Europa reverentes
Cedem hoje ao Brasil a Majestade;
que contando dois Lustros de Áurea Idade
raios numera em quinas florescentes.

⁸⁶ In: CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo II, pp. 91

Da Lusa Época cifras refulgentes,
com perene, imortal felicidade,
vão calculando para a Eternidade
reais ações, Virtudes excelentes.

Ó Década feliz! O tempo fausto,
neste Decênio, séculos sincopa
a tanto sacrifício quase exausto.

No Mundo toda pouca ofrenda topa,
e consagra, com férvido holocausto
por vítima o Brasil, no Altar de Europa.

O Acadêmico Nubiloso,
[Caetano de Brito e Figueiredo]

No primeiro quarteto, Figueiredo situa o príncipe em um contexto universal. As três partes do mundo conhecidas na época – Ásia, África e Europa – reconhecem a supremacia do luso Império, aqui representado simbolicamente pela colônia. A menção aos "dois Lustrros de Áurea Idade" (dez anos de ouro) celebra o jovem príncipe e sugere a precocidade de sua glória, conectando a juventude à ideia de um destino brilhante. Já no segundo quarteto, o desembargador exalta a era portuguesa como brilhante e eterna, destacando os feitos heroicos e virtudes do reino. A expressão "cifras refulgentes" evoca o esplendor dos números e das glórias passadas, conferindo ao tempo um caráter quase místico. Ao final, o autor coloca a colônia enquanto uma oferenda no altar da glória europeia. Aqui, o uso do termo "holocausto" indica um sacrifício sagrado, sugerindo que as riquezas brasileiras são entregues à grandeza portuguesa. O contraste entre a América Brásilica (colônia, sacrifício) e a Europa (glória, altar) reforça a ideia de subordinação colonial, mas também de que o Brasil é essencial para a grandeza do Império Português.

Ainda no mesmo assunto, Gama, o outro desembargador, também escreve sobre o aniversário do príncipe⁸⁷.

⁸⁷ *Ibidem.* pp. 92

Em seis do sexto mês, anos aumenta
de Portugal José, príncipe Augusto;
José que justamente é hoje o susto,
que de Agar tanto aos filhos atormenta:

Do braço como as fôrças acrescenta,
quando o peito dilata mais robusto;
que tema é justo o Mauritano injusto,
vida, que em dano seu, tanto se alenta:

Cursos o Sol aumenta Lusitano;
Que aumente receia o hemisfério
Do Luso trono; pálido o Priano;

Com razão teme Agar seu vitupério;
pois a vida José se aumenta um ano,
pode a Lísia aumentar mais outro império.

Do Ocupado,
[Luís Siqueira da Gama]

Nessa escrita, Gama coloca o príncipe enquanto um "susto" para os filhos de Agar (referência aos muçulmanos, descendentes de Ismael, filho de Agar na Bíblia), simbolizando a luta entre cristãos e mouros, um tema caro à propaganda da monarquia portuguesa. Além disso, ele enfatiza um crescimento do poder lusitano, representado tanto pelo aniversário do príncipe quanto pela possibilidade de Portugal expandir seus domínios ("pode a Lísia aumentar mais outro império"). O crescimento do poder português é comparado ao aumento da força do Sol, um símbolo de luz e vitalidade.

Já na segunda conferência, realizada em 7 de maio de 1724, o primeiro assunto consiste no papel do rei D. João como o verdadeiro patrono da República das Letras. Gonçalo escreve e apresenta um soneto nessa conferência⁸⁸.

Deve, Senhor, o ver-se ressurgida
à vossa augusta mão a douta história;
mas se vos lhe emprestais altiva glória,
ela vos satisfaz com eterna vida.

Antes de ser por vos restituída,
alma apenas lograva transitória;
mas também sem os ecos da memória,
vossa fama não fôra repetida.

Da história vossa, a estampa só terrena,
(quando tal proteção a história inflama)
curto fôra papel, margem pequena:

E assim para subir a etérea chama,
vós impulsos unis à sua pena,
asas ela compõe à vossa fama.

Do Acadêmico Obsequioso.
Gonçalo Soares da Franca.

Aqui, o padre celebra o rei como um patrono da história, cuja "augusta mão" eleva a narrativa histórica a um patamar de glória imortal, ao mesmo tempo em que sugere que a memória do monarca, sem o registro histórico, seria transitória e incompleta. A relação entre rei e história é recíproca: o soberano dá à história relevância e vigor, e ela, por sua vez, perpetua sua fama para a eternidade. Nos quartetos, é destacada a ideia de que a história terrena, limitada por sua "curta margem", é engrandecida pela influência do rei,

⁸⁸ In. CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo I, pp. 153-154.

que a torna digna de "etérea chama". Nos tercetos, Franca coloca que, graças ao monarca, a história ganha asas que alçam sua fama aos céus, transcendendo a mortalidade.

Os três sonetos exaltam o Império Português e a Coroa através de uma retórica que articula o poder do monarca, a centralidade do príncipe herdeiro e a centralidade da colônia brasílica, no que toca a força do reino. No primeiro soneto, a colônia brasílica é apresentada como um sacrifício sagrado no "altar da Europa", destacando sua submissão ao projeto imperial lusitano e sua função como fonte de recursos e glória para Portugal. No segundo, o príncipe José é celebrado como o sustentáculo da força lusitana, projetando a expansão do trono para além dos limites conhecidos e reafirmando que a grandeza do reino está diretamente ligada à exploração colonial. No terceiro soneto, o rei de Portugal é exaltado como guardião da história, cujo poder e glória garantem a perpetuação do legado imperial, enfatizando o papel central da metrópole enquanto o local de origem da civilização e da memória histórica.

A erudição é um elemento constante nos três textos, reafirmando a relação metropolitana e o caráter hierárquico do império. As alusões a figuras bíblicas, mitológicas e históricas criam uma narrativa universal que conecta o poder do monarca português à vontade divina. Este artifício literário eleva a posição do rei e da metrópole, enquanto a colônia brasílica é enaltecida por sua utilidade e contribuição ao projeto imperial.

Ao mesmo tempo que esses poemas, por muito, louvam o poder metropolitano a partir dessas temáticas apresentadas, eles também apresentam, a partir desse gênero textual uma imagem em torno da própria vida na colônia. Em diversos deles, os acadêmicos abordam questões referentes ao cotidiano de Salvador, a exemplo do soneto⁸⁹ a seguir, em que Caetano de Brito e Figueiredo escreve sobre um raio que atingiu uma estátua de Apolo, presente no colégio jesuítico da cidade, declamado na 7ª conferência na Academia.

⁸⁹ In: CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo II, pp. 216.

Que importa que hoje a Apolo parta um Raio,
que importa que essa Estátua se desfaça
se com mais Energia, e maior Graça
brilhais hoje das Ciências nesse ensaio.

Com douto alento, sem nenhum desmaio
o que casual foi, pareceu traça
luzes regendo encheis do Sol a praça
fazeis luzir o Céu, florescer Maio.

As Musas admiradas vos adoram,
as Graças nunca em si tantas tiveram,
u'as, c'outras (sic) vosso auspicio imploram

Nesse Déléficio Sólio apareceram
o estrago da Estátua já não choram
por Sacro, Nôvo Apolo vos veneram.

Do Acadêmico Nubiloso.

[Caetano de Brito Figueiredo]

O soneto é iniciado a partir de um contraponto entre a destruição da estátua de Apolo, um evento mundano e possível, com o brilho intelectual e espiritual do Padre Rafael Machado⁹⁰. O "raio" que destrói a estátua é desprovido de importância diante da "Energia" e "Graça" atribuídas ao padre, que se destacam no "ensaio das Ciências". Figueiredo atribui ao padre a capacidade de trazer luz (associada ao conhecimento e à fé, imbuindo-o de um poder que transcende o humano, próximo ao do próprio deus grego.

O poema é concluído a partir de uma equivalência direta entre o Padre Rafael e Apolo. Ele é descrito como um "Sacro, Nôvo Apolo", cujo trono délfico — símbolo do oráculo e da sabedoria divina — é celebrado pelas divindades mitológicas. A poética em

⁹⁰ Pregador, jesuíta, vindo para o Brasil em 1691, reitor dos colégios do ES, SP e BA membro da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725), de cuja 7ª conferência foi presidente

torno da figura de Padre Rafael quase coloca a eventualidade do raio atingindo a estátua em segundo plano, da forma com a qual o louvor em torno do religioso é construído.

Tais questões retornam ao se analisar o soneto⁹¹ escrito e apresentado por Figueiredo na 11ª conferência, cujo assunto gira em torno de um incêndio acontecido na Casa da oficina da Pólvora em Salvador, no qual o Vice-rei auxiliou em sua contenção.

Prende a Vulcano em mármore Vitruvius,
que exala irado a crepitante incêndio;
teme a Bahia seu fatal dispêndio,
Já chora o estrago do final dilúvio.

As chamas desprezando do Vesúvio,
e dos raios fazendo vilipêndio,
fôstes, no arrôjo, do valor compêndio,
sendo do fogo, na extinção, proflúvio.

Proflúvio caudaloso, e soberano,
que do Etna de amor brota o desvêlo,
para o público bem com próprio dano;

Oh César sem igual, sem paralelo!
ao vosso Império se rendeu Vulcano,
que cede [o] maior fogo ao vosso zêlo.

O Acadêmico Nubiloso

A. Caetano de Brito e Figueiredo.

O soneto transforma o incêndio da Casa de Pólvora em um evento épico e simbólico, no qual a coragem e liderança do Vice-rei brilham com forças quase que divinas. As chamas do incêndio são comparadas às erupções do Vesúvio e de Etna, mas

⁹¹ In: CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo III, pp. 81.

são superadas pelo heroísmo do Vice-rei. Ele é descrito como o "compêndio do valor", a personificação de coragem e bravura, além de ser descrito como um soberano cujo governo nasce da "Etna do amor", sugerindo que as ações do Vice-rei são tão poderosas quanto as de um vulcão, porém zelando pelos seus súditos.

Assim como as dissertações históricas, a produção de poemas também se adequa ao projeto da Academia, seja pela forma, seja pelo conteúdo. É nítido o trabalho de enquadrar a América enquanto uma extensão de Portugal, relacionando-a a temáticas clássicas do universo mitológico europeu, destacando principalmente as próprias autoridades do outro lado do Atlântico que imperam ali, como a Coroa. Os sonetos, portanto, contribuem para a construção dessa verdade histórica em torno da colônia, legitimando a presença portuguesa ali.

Ao mesmo tempo, a funcionalidade práticas dessas produções textuais fora além do que somente escrever uma história universal da América Portuguesa. Aqui, percebe-se a construção da colônia enquanto um lugar *vivido*, no qual a inserção ao universo cultural europeu o torna mais próximo de um ideário real. Tal produção coloca a colônia enquanto um lugar *conhecido*, cuja história e a mitologia não seriam mais de uma periferia do Império, e sim de sua centralidade. Cria-se, então, uma grande narrativa em torno do que era fato o Brasil. Essa narrativa ganha um extenso volume a partir da produção da obra *História da América Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*, escrita por Sebastião da Rocha Pita⁹².

Membro supranumerário da Academia Real de História Portuguesa, assim como um dos membros fundadores da agremiação baiana, Pita já demonstrava interesse em tratar sobre a colônia. Enquanto membro da Academia Real, o acadêmico retomava a superioridade dos portugueses em relação à impérios e civilizações antigas, como os gregos e os romanos, questões que retornam em suas produções na Academia dos Esquecidos, como é apontado por Kantor⁹³.

⁹² História da América Portuguesa. Desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Brasília: Editora do Senado Federal. v. 157. 2011.

⁹³ Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, pp. 96.

Ele inicia a produção de sua obra mais relevante antes mesmo da fundação da agremiação baiana, utilizando-a para poder de fato concretizar seu projeto de escrita. Mesmo não sendo um dos *mestres de história* consagrados pela Academia brasílica, seu papel na agremiação metropolitana, assim como sua influência na esfera administrativa portuguesa, permitiu com que ele redigisse tal obra, que abordaria todos os aspectos da história brasílica. Mesmo com a intenção de finalizar a obra ainda enquanto a Academia dos Esquecidos estivesse funcionando, para assim agregar seu texto enquanto parte da coleção da agremiação, o encerramento abrupto das atividades da academia em 1725 fez com que Pita finalizasse e publicasse sua obra somente em 1730.

A obra é dividida em dez partes, cujas temáticas dentro de cada abrangem questões diversas, seguindo somente uma cronologia, como é exposto no próprio título. No primeiro livro, por exemplo, o autor inicia seu texto tratando sobre o estado em que se encontrava o Império Lusitano, falando também de seus mares, suas produções agrícolas e finalizando essa primeira parte abordando as viagens de Américo Vespúcio, o tratado de Tordesilhas e a vinda de São Tomé à América.

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras; é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto (...) posto que por ficar debaixo da tórrida zona o desacreditassem e dessem por inabitável Aristóteles, Plínio e Cícero, e com gentios os padres da Igreja Santo Agostinho e Beda, que a terem experiência deste feliz orbe, seria famoso assunto das suas elevadas penas, aonde a minha receia voar, posto que o amor da pátria me dê as asas, e a sua grandeza me dilate a esfera. (PITA, 1730, pp. 28)

Pita descreve a América enquanto um lugar edênico, cuja beleza e a exuberância natural por muito superam tudo o que era conhecido até então. O Novo Mundo é colocado enquanto um espaço quase que separado do plano terrestre, um verdadeiro paraíso para o Homem. O autor até traz a tona questões referentes à existência de habitantes ali, questionando autores clássicos como Aristóteles e Cícero, que iam contra essa noção. A escrita erudita e poética, assim como nos sonetos, também se faz presente aqui.

Florescia o Império Lusitano muitos séculos depois de ser fundado por Tubal. Ampliado por Luso e por Lísias, e de terem os seus: naturais gloriosamente na pátria obrado ações heroicas, e concorrido fora dela para as maiores empresas, já nos socorros que deram aos cartagineses, conduzidos por Safo, para domar a Mauritânia, já nos que acompanharam a Aníbal para conquistar a Itália, já concorrendo com Mitrídates contra Pompeu, e com Pompeu e seus filhos

contra César; e haverem na defesa da própria liberdade feito admiráveis provas de valor com os seus capitães Viriato e Sertório contra os romanos; e finalmente depois que livres da sujeição dos suevos, dos alanos, dos godos e dos sarracenos, tendo já logrado no seu primeiro rei português o invicto D. Afonso Henriques, e na sua real prole, o suave domínio de treze sucessivos monarcas naturais, se achava na obediência do felicíssimo rei D. Manuel. (PITA, 1730, pp. 28)

Para de fato introduzir a temática central da história brasílica, Pita antes contextualiza a origem do Império Lusitano. Tal origem é escrita enquanto parte integrante da mitologia cristã, na qual Tubal fora aquele que deu origem à população ibérica, ao habitá-la após o Grande Dilúvio. Mesmo com seu surgimento “oficial” somente no século XVII, o acadêmico contextualiza o reino lusitano desde a antiguidade clássica, legitimando sua importância e ancestralidade perante o cenário europeu. Com isso, Pita volta a tratar sobre a América, falando de seu “descobrimento”.

Tinha já dado o Sol cinco mil e quinhentas e duas voltas ao zodíaco, pela mais apurada cronologia dos anos, quando no de mil e quinhentos da nossa redenção (oito depois que a Cristóvão Colombo levou a especulação a demandar as Índias) trouxe a tempestade a Pedro Álvares Cabral a descobrir o Brasil. Ia este ilustre e famoso capitão (o primeiro que depois de D. Vasco da Gama passava do Tejo ao Indo e Ganges) governando uma formosa armada de treze poderosas naus, com que partiu aos 9 de março, e navegando ao princípio com próspera viagem, experimentou aos doze dias tão contrária fortuna, que arribando um dos baixéis a Lisboa, os outros correndo tormenta, perdidos os rumos da navegação, e conduzidos da altíssima. (PITA, 1730, pp. 29)

O acadêmico *Vago* insere a descoberta a um contexto maior de aventura marítima e eventos providenciais, com forte inclinação ao discurso de exaltação. Ao situar o feito em uma cronologia detalhada, referindo-se tanto aos anos "cinco mil e quinhentos e dois" quanto ao marco de 1500, ele estabelece um vínculo entre os acontecimentos terrestres e um plano transcendente, sugerindo que a descoberta do Brasil foi conduzida por uma espécie de destino divino. Outro ponto significativo é a apresentação de Pedro Álvares Cabral como herdeiro de uma linhagem heróica de navegadores, mencionando diretamente Vasco da Gama como seu predecessor. Com isso, Pita sublinha o papel de Portugal como potência marítima que, na narrativa, desafia as forças da natureza e a incerteza dos mares em busca de novos territórios e riquezas. A ênfase no uso de "treze poderosas naus" e a descrição da tempestade reforçam a grandiosidade e o risco da empreitada, contribuindo para a construção de um imaginário em torno de uma narrativa marítima.

Jaz o opulento império do Brasil no hemisfério antártico, debaixo da zona tórrida, correndo do meio dela (em que começa) para a parte austral ao trópico de Capricórnio, donde entra na zona temperada meridional grandíssimo

espaço. É de forma triangular; principal pela banda do norte no imenso rio das Amazonas, e termina pela do sul do dilatadíssimo rio da Prata; para o levante o banham as águas do Oceano Atlântico; para o ocidente lhe ficam os reinos de Congo e Angola, e tem por antípodas os habitadores da Áurea Quersoneso, onde está o reino de Malaca. Na sua longitude grandíssima contam os cosmógrafos mil e cinquenta de costa, a mais formosa que cursam os navegantes, pois em toda ela e em qualquer tempo estão as suas elevadas montanhas e alvos arvoredos cobertos e vestidos de roupas e tapeçarias verdes, por onde correm inumeráveis caudalosos rios, que em copiosas e diáfanas correntes precipitam muitos e continuados portos capacíssimos dos maiores baixéis e das mais numerosas armadas. (PITA, 1730, pp. 30)

A descrição geográfica minuciosa do Brasil destaca a vastidão e a riqueza natural do lugar, o colocando como um verdadeiro "opulento império". A menção ao posicionamento no hemisfério antártico e a divisão entre as zonas tórrida e temperada demonstra um esforço em situar o Brasil no contexto global de maneira científica, remetendo aos conhecimentos cosmográficos da época. No entanto, essa ciência é embalada por uma linguagem poética que exalta as paisagens exuberantes, como as "montanhas elevadas" e os "alvos arvoredos" que, segundo o autor, perpetuamente adornam a costa brasileira.

Pita projeta o Brasil como um território naturalmente predisposto à navegação e ao comércio, destacando os "inumeráveis caudalosos rios" e "portos capacíssimos", capazes de abrigar grandes armadas. Essa descrição não apenas celebra as qualidades naturais da terra, mas também a posiciona como estratégica e essencial para as aspirações coloniais e marítimas de Portugal. A associação com outras regiões, como os reinos de Congo e Angola, sugere uma tentativa de situar o Brasil no mapa das grandes rotas e civilizações, conferindo ao lugar brasílico uma importância simbólica e econômica dentro do imaginário colonial.

Assim como nas dissertações históricas, Pita também dedica um trecho para tratar sobre a vinda de São Tomé na América e sobre as populações indígenas, enquanto descreve as características geográficas e climáticas das regiões da colônia.

Todo este vastíssimo corpo, que temos mostrado, estava possuído e habitado de inculca gentildade, dividida em inumeráveis nações, algumas menos feras, mas todas bárbaras: não tinham culto de religião, idolatravam à gula, e serviam ao apetite, sem regime de lei ou de razão; tinham principais, a quem davam moderada obediência, que mais era respeito que sujeição, repugnantes à doutrina evangélica, que lhes pregou o glorioso Apóstolo S. Tomé, a quem não quiseram ouvir, e afugentaram de todos os seus países, dos quais ausentando-se o sagrado Apóstolo, deixou por muitos lugares (em prova da sua vinda e dos seus prodígios) impressos e retratados em lâminas de pedra os sinais do seu cajado e dos seus pés, uns ainda permanentes nas estampas, e todos

constantemente venerados nas tradições (se pode assegurar-se esta pia opinião, autorizada com os testemunhos e escritores, que em abono dela trataremos logo). (PITA, 1730, pp. 54)

O acadêmico enfatiza a noção vigente de que os indígenas, por mais que pertencentes a vários grupos diferentes, eram de forma geral *feras*, sem lei ou razão, justificando assim sua obediência aos europeus. A figura de São Tomé é colocada enquanto aquele que primeiro trouxe a religião católica para a América, além de deixar diversos registros de sua vinda através de testemunhos e provas materiais. Todavia, a não aceitação da palavra pregada pelo apóstolo fez com que aos portugueses fossem incumbidos a missão de realmente trazer a religião para o *lugar* americano, legitimando não somente a empreitada colonial, mas também criando uma mitologia em torno do território, a partir desses elementos europeus.

No livro terceiro, Pita trata sobre a formação da colônia em si, escrevendo sobre a transposição do aparato metropolitano para o território brasileiro. Esse livro relata a sucessão de governos nos anos iniciais da colônia, assim como do início da União Ibérica, tratando até mesmo do desaparecimento de D. Sebastião e o desdém perante o governo da monarquia espanhola.

Escolhida por tantas e tão relevantes qualidades a Bahia para cabeça do Brasil, mandou el-rei D. João III por primeiro governador dela e capitão-geral de todo o Estado a Tomé de Sousa, por nascimento ilustre e por prerrogativas benemérito da confiança que fez da sua pessoa para um governo grande e novo, de cujos princípios pendia o estabelecimento do domínio português na América, e a boa direção do império que vinha a fundar; e não se arrependeu aquele monarca da escolha, porque as ações e procedimentos do governador qualificaram a eleição. Tinha servido em África e Ásia, com tantas provas de valor no exercício militar, como experiências do governo político, e só lhe faltava fazer também a América teatro das suas glórias na conquista dos gentios e na instituição da república, alcançando vitórias com as armas e impondo leis com os preceitos. Chegou no ano de mil e quinhentos e quarenta e nove, em uma frota de cinco naus, que conduziam luzida gente e todos os aprestos precisos a uma grande conquista e fundação. (PITA, 1730, pp. 126)

A consolidação de um governo colonial é descrita enquanto algo grandioso, que só poderia ter êxito a partir da ordenação de um homem à altura do cargo, sendo esse Tomé de Souza. Sua figura, certa por não gerar arrependimentos do monarca, fora realizada quase enquanto um ato divino, na medida que não haveria um homem mais capacitado para ocupar o cargo de primeiro governador geral da colônia brasileira, pensando em suas conquistas passadas. Sua chegada em 1549 é colocada enquanto sua mais importante conquista, assim como a construção de uma nova cidade, sendo essa Salvador.

Tomé de Souza é colocado enquanto o idealizador da nova capital, cujo objetivo seria de “defender dos gentios aos novos moradores” (pp. 126), levantando a igreja matriz e o Palácio dos Governadores. Fora esse homem, então, que de fato deu início à empreitada colonial e, principalmente, a atuação e ocupação lusitana nas Américas. Junto com ele, é colocada a vinda dos “primeiros soldados que viu o Brasil”, sendo esses os integrantes da Companhia de Jesus, liderados por Nóbrega. Pita constrói a noção de que, graças aos inicianos, a terra foi enchida de frutos, sendo esses tanto as produções agrícolas quanto os novos adeptos ao catolicismo, sendo esses os indígenas. Tal conquista, portanto, é colocada enquanto fruto de um trabalho que, ora fora realizado pelas letras, ora pelas armas.

(...) ganhavam estes novos guerreiros almas; e ainda além do que penetrávamos com as armas, chegavam eles com o espírito, afervorando aos católicos e compondo-os nas suas diferenças, catequizando aos gentios e fazendo-os deixar as suas barbaridades, defendendo a uns do cativeiro, a outros das vexações, e curando em todos as enfermidades do corpo e da alma. Foram fundando muitas casas por todas as capitânicas do Brasil, penetrando todos os sertões, batizando inumeráveis aldeias, e trazendo-as ao grêmio da Igreja e ao trato doméstico das gentes. Varões verdadeiramente apostólicos, dignos das muitas possessões que têm nesta região, cujas rendas dependem religiosa e piamente no culto das suas igrejas, na sustentação os seus religiosos e de infinitos pobres, a quem socorrem com o quotidiano mantimento e outras tão precisas como liberais esmolos. (PITA, 1730, pp. 127)

Um grande destaque na escrita do acadêmico baiano no livro terceiro diz respeito à morte de D. Sebastião e a ascensão de Felipe II da Espanha enquanto rei das duas Coroas ibéricas. No que toca o primeiro assunto, Pita coloca a empreitada do monarca enquanto uma grande saga heróica. Além da descrição em torno da chegada da armada portuguesa no norte da África, sua batalha é tomada enquanto um embate que visava resgatar as “empresas dignas” de um rei infiel, reafirmando a glória lusitana. A derrota, como é enfatizado pelo autor, acaba por simbolizar um grande fracasso lusitano.

Juntou brevemente exército de gente mais luzida que disciplinada, posto que nos príncipes do seu augusto sangue de Bragança e de Aveiro levava uma real, poderosa e fiel companhia, e nos outros ilustríssimos vassallos combatentes valorosos, mais arrojados que advertidos, principalmente aqueles que, podendo desviá-lo deste perigo, o meteram nele. Enfim, com dezoito mil homens, entre os quais se via a flor da nobreza do reino, se foi perder aos quatro do mês de agosto do lamentável ano de mil e quinhentos e setenta e oito na infeliz batalha de Alcácer, lugar tão triste aos portugueses, como Farsália aos romanos (...) Estava destinada aquela campanha para sepultura da gente portuguesa; e assim o seu monarca, aquele valor que devera empregar em mais dignas empresas que a restituição de um rei infiel, e a glória que pudera adquirir em melhores conquistas que as areias de África (sem dar atenção aos ameaços de tantos sinais, aos avisos de infaustos vaticínios e aos rogos de muitos súditos), foi malograr com a sua vida e a dos seus vassallos naquele

desgraçado conflito; perda que pelo curso de muitos anos sentiu a monarquia, ainda hoje padece a lembrança, e sempre há de lamentar a saudade. (PITA, 1730, pp. 148)

Ao tratar sobre o início da União Ibérica, Pita enfatiza que esse momento fora um de “cativeiro” (pp. 150) que durou sessenta anos, comparando tal momento ao cativeiro da Babilônia aos hebreus. O autor destaca que a dominação espanhola era significativamente pior do que o governo lusitano verdadeiro, caracterizando-a enquanto desatenta e frágil, permitindo que invasões tomassem conta da colônia brasileira. Aqui, firma-se a narrativa de que somente o governo lusitano era o que trazia prosperidade verdadeira, enquanto os castelhanos ameaçavam aquilo que o Império Luso estava construindo na América desde a metade do século XVI. O domínio pela Coroa de Castela é tomado enquanto uma enfermidade, que por mais que não fosse o maior dos males, permitia que eles se proliferassem, a exemplo das invasões holandesas na colônia.

No governo do novo rei Filipe e nos de seu filho e neto, também Filipes, não experimentaram as conquistas do Brasil o cuidado com que os seus monarcas portugueses as tinham engrandecido, havendo-se os castelhanos com tanta desatenção ao aumento e segurança delas, que nas tréguas que no ano de mil e seiscentos e nove assentou com os holandeses Filipe III de Castela e II de Portugal, não compreendeu as nossas conquistas, deixando-as sujeitas às invasões dos seus inimigos, e proibindo os referidos reis a todos os súditos lusitanos o comércio e navegação da outra América, que lhes devia ser comum, aos de Portugal por vassallos e aos do Brasil por naturais, posto que pela abundância do nosso país e pelo trabalho dos seus moradores se faziam opulentas todas as nossas províncias (...) enquanto não chegava o termo, gemia Portugal e padeciam as conquistas, participando, como membros, daquela enfermidade que sentia o coração, e ficando sujeitas ao furor dos inimigos de Castela, cujos golpes se faziam nelas mais sensíveis pela própria debilidade que pelo poder estranho.. (PITA, 1730, pp. 151)

Nos livros quarto e quinto, o acadêmico *Vago* disserta sobre a invasão holandesa em si. Logo no início do livro quarto, o autor tenta justificar a facilidade da invasão, indo além do que simplesmente culpabilizar uma incapacidade administrativa castelhana sob a colônia brasileira. Aqui, é colocado que após derrotarem os indígenas na Bahia e em Pernambuco, instaurou-se um período de paz no território brasileiro, fazendo com que a atenção aos inimigos diminuísse. Nas palavras do próprio autor, “esquecidos os moradores das flechas dos inimigos naturais, não cuidavam das balas dos estranhos, porque nos ânimos envilece o ócio, ou a opulência entorpece, não fazem consternação os perigos na ameaça. senão a ruína” (pp. 171)

É evidente aqui que Pita fizera muito mais do que simplesmente escrever uma “história da América portuguesa”, dentro dos moldes acadêmicos estabelecidos tanto pela

Academia Real de História Portuguesa quanto pela Academia Brasílica dos Esquecidos. Assim como as dissertações históricas e os poemas, o autor está, aqui, construindo uma ideia do que é o Brasil, consolidando uma narrativa em torno daquilo que compõe o lugar colonial. Ao mesmo passo que os lusitano e, principalmente os brasílicos, são colocados enquanto grandes desbravadores, cumprindo tanto uma missão régia quanto religiosa, a delimitação de “inimigos”, a partir dos castelhanos e holandeses, fundamenta uma mitologia em torno da colônia, tal qual Homero fizera séculos passados com a *Ilíada* e a *Odisseia* no que toca o mundo grego. Não bastava construir uma verdade em torno da História, se não houvesse uma *história narrativa* que embasasse todo o processo acadêmico.

A aversão à fé católica e à nação castelhana eram neles um só impulso com os mesmos golpes da vingança a obravam os sacrilégios, padecendo a lastimada Bahia por outros pecados estes insultos. Fortificaram os inimigos a praça, levantando trincheiras e fazendo novas defensas para resistirem às armas de Castela e Portugal, com quem haviam de contender em tão grande empresa e de tanto empenho para a coroa de Espanha, quanto era o prejuízo que desta perda resultava a toda a sua monarquia (...) Juntando também alguns índios já cristãos e fiéis, estavam todos na campanha com tanto valor unidos, e com tal resolução de impedir aos inimigos os progressos que intentassem fazer por terra, que saindo uma grossa manga deles fora das muralhas, os fizeram recolher rechaçados, deixando muitos mortos e levando outros feridos. (PITA, 1730, pp. 177-178)

A ameaça holandesa ao território é colocada enquanto uma justificativa de união entre aqueles que faziam parte do espaço colonial, sendo esses os reinóis, brasílicos, indígenas e os castelhanos. Pita discorre sobre os meandros da invasão holandesa, sempre colocando em questão a relação dicotômica entre esse bem (representado pelos cristãos) e o mal (representado pelos holandeses protestantes).

Ao final de sua obra, Pita exalta a capacidade intelectual da América Portuguesa, ao compará-la com a Itália e a Grécia, conhecidas como berços da cultura clássica. Esse recurso retórico não apenas valoriza os habitantes da colônia, mas também busca reforçar a ideia de que o Brasil colonial não era inferior culturalmente à Europa. Ele destaca a criação de uma "doutíssima academia", uma instituição destinada à educação e ao aprimoramento intelectual. Esse destaque sublinha a importância do saber e do afastamento do "ócio contrário das virtudes", alinhando-se com as preocupações iluministas do período, que viam o conhecimento como um meio de progresso social e moral. O autor sugere que a ausência de tais instituições na América Portuguesa era um

problema que agora estava sendo corrigido. Ele associa essa melhoria diretamente à ação do vice-rei, apresentando-o como um mecenas e protetor das artes e da ciência.

A nossa portuguesa América (e principalmente a província da Bahia) que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália e Grécia, não se achava com as academias introduzidas em todas as repúblicas bem ordenadas, para apartarem a idade juvenil do ócio contrário das virtudes, e origem de todos os vícios, e apurarem a sutileza dos engenhos. Não permitiu o vice-rei que faltasse no Brasil esta pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos, de mais quilates que o das suas minas. Erigiu uma doutíssima academia, que se faz em palácio na sua presença. Deram-lhe forma as pessoas, de maior graduação e entendimento que se acham na Bahia, tomando-o por seu protetor. Tem presidido nela eruditíssimos sujeitos. Houve graves e discretos assuntos, aos quais se fizeram elegantes e agudíssimos versos; e vai continuando nos seus progressos, esperando que em tão grande proteção se deem ao prelo os seus escritos, em prêmio das suas fadigas. (PITA, 1730, pp. 451)

Em seu trecho final, o acadêmico baiano realiza um panegírico ao vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, cujas ações são apresentadas como exemplares em diversos aspectos administrativos e morais. São atribuídas ao vice-rei diversas virtudes, como zelo pelo bem público e o incentivo à devoção religiosa. Pita coloca seu governo enquanto paternalista e harmônico, no qual a liderança promove tanto o progresso material quanto o espiritual. Ele enfatiza que a "suave harmonia" do governo deve-se à inteligência e ao exemplo do vice-rei, sugerindo que apenas líderes com tais qualidades são capazes de manter a ordem e o amor dos súditos. Essa visão reflete a ideologia do período, que enaltecia a monarquia como sistema natural e divinamente ordenado. A conclusão do trecho, que coincide com o fim da obra, reforça o simbolismo do vice-reinado de Vasco Fernandes como um ponto alto da história da América Portuguesa.

Os sonetos e as dissertações históricas produzidas pela Academia Brasílica dos Esquecidos desempenharam um papel dual na construção de uma narrativa em torno da América Portuguesa. Por um lado, esses gêneros textuais foram cruciais para o estabelecimento de uma história acadêmica, baseada na análise de documentos e no debate de ideias. As dissertações, em particular, eram vistas como o principal meio para se chegar à "verdade sobre as coisas", através da disputa de argumentos e da apresentação de diferentes perspectivas, como fora colocado pelos próprios Esquecidos. Os acadêmicos buscavam autenticar documentos, distinguir fontes literárias das verídicas, avaliar a autoridade e certificar a autenticidade dos materiais. Esse rigor metodológico, cujas diretrizes tinham suas origens na Academia Real de História Portuguesa, buscava conferir credibilidade à narrativa construída sobre a colônia.

Ao mesmo tempo, tanto os sonetos quanto as dissertações, especialmente a obra de Sebastião da Rocha Pita, contribuíram para a criação de uma grande epopeia em torno do território colonial. Os sonetos, com sua linguagem lírica e erudita, celebravam os feitos dos portugueses e a grandiosidade do Império, enquanto exaltavam as figuras importantes da colônia, como o vice-rei e os membros da agremiação baiana. Por meio de referências mitológicas e clássicas, os sonetos inseriam a história da colônia em um contexto universal, conectando-a ao legado da civilização ocidental. As dissertações, por sua vez, delineavam um cenário em que a América se apresentava como um lugar de beleza exuberante e com imenso potencial, merecedora da atenção e do domínio português.

A construção dessa epopeia se deu também através da caracterização dos indígenas, seja como "bárbaros" a serem civilizados ou como simplesmente seres diferentes dos lusitanos, buscando enquadrar a América dentro de uma narrativa providencialista. Essa visão, impregnada de elementos religiosos, visava legitimar a presença portuguesa no território, ao mesmo tempo em que consolidava uma alteridade para a colônia. A apresentação de heróis e de grandes feitos, como a expulsão dos holandeses, reforçava a ideia de uma missão gloriosa a ser cumprida pelos verdadeiros lusitanos e brasílicos.

Dessa forma, a escrita da história pela Academia Brasílica dos Esquecidos não era apenas uma atividade acadêmica, mas também uma ferramenta de construção de um imaginário sobre a América Portuguesa. Os sonetos e as dissertações se complementavam, articulando a busca pela verdade histórica com a criação de uma narrativa grandiosa, na qual a colônia se apresentava como um lugar de oportunidades, desafios e, acima de tudo, pertencente ao Luso Império. A busca por uma história "analítica e prática" coexistia com a necessidade de construir uma epopeia que desse sentido à experiência colonial e que integrasse a América ao mundo lusitano, colocando-a enquanto um verdadeiro *lugar*.

Tal projeto historiográfico, empreendido por esses homens de letras, demonstrou como todo o aparato acadêmico lusitano poderia de fato funcionar no Ultramar, principalmente em um lugar cujo enquadramento enquanto colônia negasse, em sua essência, qualquer tipo de civilidade verdadeira. Essa grande epopeia brasílica trouxe a colônia como uma das maiores virtudes lusitanas, uma joia naquilo que tornava o Império glorioso.

A construção dessa narrativa condizia a toda lógica Ilustrada que direcionava as Letras dentro da cultura letrada portuguesa. Tal qual a metrópole, essa Ilustração também seguia em uma direção mais religiosa, na qual o providencialismo ainda se encontrava enquanto uma matéria central nos assuntos discutidos: a origem dos indígenas; a vinda de São Tomé à América; a missão divina daqueles que fizeram esse empreendimento possível. Todavia, a transposição desse aparato não fora total, assim como o processo que deu origem à própria Ilustração Católica.

Esse projeto historiográfico, empreendido pela primeira vez, em sua maioria, pelos próprios brasílicos, acabou por colocar a colônia em uma categoria única. Ao mesmo passo que a metrópole e seus símbolos, como a Coroa e a Igreja, eram constantemente louvados e colocados enquanto os grandes sustentáculos daquilo que se entendia enquanto o espaço colonial, a própria colônia fora elevada a algo além.

Ao mesmo tempo uma parte do vasto Império lusitano, a América brasílica era um personagem em si só. Ela possuía tanto uma mitologia em torno de sua origem e funcionamento, como também uma história analítica sobre aquilo que a constituía, um *lugar* cuja cultura e a sociedade eram tão legítimas e eruditas quanto aquelas existentes na Europa. A colônia, então, deixa de ser tomada enquanto somente enquanto uma *colônia*, estando, portanto, no centro do poder português, subordinado a ele e, ao mesmo tempo, sendo uma protagonista dentro de sua própria Odisseia. Essa relação dual é o que a consagra uma faceta Ilustrada própria, consolidando assim um ideário dúbio: como poderiam os brasílicos estarem no centro de tudo aquilo que tornava grande e legítimo o Império português, colocando-se em sua paridade e, ao mesmo tempo, reforçando ainda mais os laços que prendiam a colônia à metrópole?

Mudou o Sol o Berço refulgente,
ou fêz Berço do Túmulo arrogante
galhardo onde se punha agonizante
com Luz no Ocaso, e sombras no Oriente.

Não morre agora o Sol, quer diferente
no Aspecto, se na vida semelhante
no Oriente nascer menos flamante,
e renascer mais belo no Ocidente.

Fênix de raios a uma, e outra parte
comunica os incêndios, e fulgores,
porém com diferença hoje os reparte.

Nasce lá no Oriente só em ardores,
no Ocidente a ilustrar Ciência, e Arte
renasce em Luzes, vive em resplendores.

O Acadêmico Vago.
Sebastião da Rocha Pita

IV- Ilustração Brasileira: um debate entre o tempo e a história

O providencialismo consagra-se enquanto um dos principais aspectos presentes dentro das produções dos acadêmicos Esquecidos. Como fora colocado no capítulo anterior, esse procedimento não somente enquadrava a América portuguesa como uma parte integrante da história universal europeia – e portanto cristã –, aproximando-a física e culturalmente à cultura do Velho Continente, mas também se mostrava como uma dos sustentáculos do pensamento Ilustrado que adentrou na colônia com a agremiação baiana.

Como uma extensão da Academia Real de História Portuguesa, era somente lógico que a Academia Brasileira dos Esquecidos seguiria o mesmo modelo de sua matriz, incluindo esse pensamento Ilustrado católico em formação. Todavia, o providencialismo presente nas escritas de ambas as academias não assinalava somente para uma faceta católica e para o papel que a religião possuía dentro do Império lusitano. Por muito, o providencialismo fora tomado enquanto a grande fonte de verdade daquilo que se precedia, influenciando diretamente no entendimento em torno de se fazer e entender a história. Dessa forma, a religião alimentava e era alimentada por esse antigo *topos* da história, entendida enquanto uma história *magistra vitae*, cujo fundamento pressupõe a imutabilidade da natureza humana.

Como fora apresentado brevemente no primeiro capítulo dessa dissertação, até a segunda metade do século XVIII, o passado — e, por consequência, a história — era percebido como um conjunto de experiências destinadas a orientar ações futuras. Dessa forma, a história, entendida como um acúmulo de vivências, assumia um papel exemplar para a sociedade, alinhando-se ao princípio de história *magistra vitae*. Isso só era viável devido a uma concepção de temporalidade estática, em que o passado funcionava como um guia para o presente e o futuro.

A história, portanto, cumpria um papel de resguardar tudo aquilo que já havia tomado forma, na medida que esse passado seria a principal referência para entender tudo aquilo que iria suceder o presente, a exemplo da própria escatologia cristã, na qual colocava o Apocalipse como o fim dos tempos. O futuro era conhecido, não sendo necessário então se atentar tanto ao tempo presente. Com o avanço da modernidade, essa noção de tempo passa por diversas modificações, sistematizando também a mudança em torno das práticas historiográficas.

Reinhart Koselleck, em sua obra *Futuro Passado*, define o tempo histórico enquanto a tensão entre a expectativa e a experiência, estabelecendo assim as condições para uma história *possível*. Para falar desse tempo, o historiador parte de duas categorias formais, sendo essas o **espaço de experiência** e o **horizonte de expectativa**. Tais categorias são capazes de fundamentar as possibilidades de uma história. Dessa forma, elas são “históricas” na medida que “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”⁹⁴, ao mesmo passo que não deixam de ser formais pois elas não abarcam as histórias efetivamente vividas.

As condições da possibilidade da história real são, ao mesmo tempo, as condições do seu conhecimento (...) Mas nossos dois conceitos não se encontram apenas na execução concreta da história, na medida em que a fazem avançar. Como categorias, elas fornecem as determinações formais que permitem que o nosso conhecimento histórico decifre essa execução. Eles remetem à temporalidade do homem, e como isto, de certa forma meta-historicamente, à temporalidade da história” (KOSELLECK, 2006, pp. 308-309)

Tais categorias cumprem a função de explicitar as condições das histórias possíveis em um nível mais geral, operando tanto no plano mais concreto da história (tratando de seus agentes e ações) como na história que vai além de uma mera cronologia dos eventos que se sucederam.

O **espaço de experiência** ilustra o conhecimento que mescla tanto as construções racionais quanto as manifestações inconscientes de comportamento, revelando assim uma espécie de *passado atual* — aquele em que os eventos foram assimilados e, por isso, podem ser lembrados. Ele é um espaço simultaneamente coletivo, individual e interpessoal, na medida que:

Na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. (KOSELLECK, 2006, pp. 309-310).

O uso do termo *espaço* para nomear essa categoria reflete um aspecto importante do argumento do historiador: o tempo (histórico) só pode ser expresso a partir de metáforas espaciais, visto que “toda experiência salta por cima dos tempos, ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado”⁹⁵, não sendo, portanto,

⁹⁴ Cf. Koselleck (2006, pp. 306).

⁹⁵ Koselleck, 2006, pp. 311

cronológica e nem mensurável. Além disso, a experiência nunca é fixa, pois ela sempre está vulnerável às transformações que podem ocorrer com o passar do tempo. Ela, enquanto fruto de um passado, acaba por configurar um espaço, na medida que essa experiência transcende seu tempo vivido e aglomera tudo aquilo pelo qual foi permeada, onde “muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois”⁹⁶

Já o **horizonte de expectativa** diz respeito à presença e previsão da noção de um tempo futuro. O emprego de metáforas espaciais também se dá aqui, considerando que o horizonte “quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”.⁹⁷ Por mais que a possibilidade de se prever o futuro a partir de prognósticos exista, há um limite bem pautado, na medida que a possibilidade não pode ser experimentada. Kosseleck enfatiza que, por mais que a expectativa parta das experiências para formar seus prognósticos, a imprevisibilidade das coisas impede que a experiência seja a única referência possível, necessitando assim de uma reformulação das expectativas. Mesmo assim, é impossível dissociar uma noção da outra.

Assim, a diferença entre as duas categorias nos remete a uma característica estrutural da história. Na história sempre ocorre um pouco mais ou um pouco menos do que está contido nas premissas. (...) Sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera: esta é apenas uma formulação subjetiva daquele resultado objetivo, de que o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico (KOSELLECK, 2006, pp. 312).

No que se trata da história *magistra vitae*, todo o espaço de experiência era fundamentado pela palavra divina, aquilo que se encontrava escrito na Bíblia e nos antigos textos cristãos. Com isso, o controle do tempo e, conseqüentemente da história, encontrava-se atrelado à instituição da Igreja, do qual a criação do mundo, o surgimento do homem e de todo o resto fazia parte tanto de uma narrativa sobre as coisas como também da **verdade** em torno do funcionamento do mundo. O futuro, atrelado ao passado, era conhecido e profetizado, uma verdadeira escatologia, sempre eminente e, ao mesmo, sempre tardando em chegar. Com o início e avanço da Modernidade, as bases que sustentavam essa história mestra da vida começam a se abalar, abrindo caminho para uma nova noção temporal.

⁹⁶ Kosseleck, 2006, pp. 311

⁹⁷ Kosseleck, 2006, pp. 311

Com o Renascimento e a Reforma Protestante, ainda no século XVI, a escatologia providencial deixa de ser uma verdade absoluta, e passa a ser colocada em questão, influenciando em novos campos do saber e, principalmente, em uma nova forma de se entender as verdades do mundo. O campo da ciência, é um dos que mais sofre transformações, cujas experimentações e pensamentos por muito foram em direções opostas daquelas promovidas pela Igreja. No que toca o campo historiográfico, a história passa a ser compreendida, pouco a pouco, enquanto um procedimento, que deve ser autenticado e verificado a partir de análise, e não somente dessa experiência passada, sendo Valla e Mabillon figuras centrais nesse processo.

Na modernidade, com o surgimento de um futuro distinto do “futuro passado” – sendo esse um futuro aberto, incerto e imprevisível com base em experiências anteriores –, o passado perdeu sua capacidade de “ensinar”. A intensidade do futuro, percebida no presente como aceleração, desarticulou as dimensões temporais, diminuindo a utilidade das experiências passadas. O passado já não poderia mais esclarecer o futuro. A ideia de **progresso** se mostra presente aqui, no qual “se deixa manifestar uma certa determinação do tempo, transcendente à natureza e imanente à história”⁹⁸. Tal progresso representava, simultaneamente, a secularização das expectativas cristãs do futuro, assim como esse movimento único e universal que abarcava as mais diversas novas experiências que vinham interferindo cada vez mais no cotidiano europeu, como a ascensão do mercantilismo e os descobrimentos e invenções científicas. Essas transformações acabaram por influir nessa nova noção temporal, corroborando uma sensação de ruptura de continuidade do mundo medieval e feudal. O progresso, então, torna-se o novo horizonte de expectativa. Como é colocado pelo autor Eduardo Mariutti⁹⁹:

O futuro não deixa apenas de ser diferente do passado: ele é percebido como melhor. As expectativas se descolam da experiência passada e a história passa a ser concebida como única, como um todo, isto é, “como uma totalidade aberta para um futuro portador de progresso”, onde, na vida cotidiana, o “decorso único do tempo transformou-se em um dinamismo de estratos múltiplos vividos simultaneamente”. (MARIUTTI, 2019, pp. 6)

⁹⁸ Kosseleck, 2006, pp. 55

⁹⁹ Presentismo e Crise da Modernidade IV: regimes de historicidade. Texto para Discussão (Campinas), v. 357, p. 1-11, 2019.

Dessa forma, a Modernidade estabelece um horizonte de expectativa centrado no futuro, distanciando-o cada vez mais do espaço de experiência. Tal distanciamento é ainda mais acentuado com o surgimento e disseminação do pensamento Ilustrado no início do século XVIII, na medida que esse novo ideário de racionalidade tem o progresso humano como um de seus principais sustentáculos. A Ilustração passa a afastar, cada vez mais, o homem do Divino, excluindo da liturgia católica qualquer controle sobre o tempo que ela possuía.

Sua influência no campo historiográfico fundamenta ainda mais essa ideia, ao se pensar sobre o surgimento da Academia Real de História Portuguesa em 1720. A agremiação lisboeta surge sob o prisma de retomar a grandiosidade lusitana, que não poderia mais ser completamente justificada e legitimada pelo providencialismo. A partir de uma escrita da história, a academia buscou trazer a **verdade** em torno do que era o Império luso, autenticando e analisando documentos para assim validar as glórias portuguesas, tornando tais feitos incontestáveis sob o ar da racionalidade. **Antigos** e **Modernos** passam a coexistir, necessitando também abarcar a questão dos **Selvagens**.

Enquanto os antigos representam esse conjunto de homens das letras presos a esse antigo *topos* histórico da história *magistra vitae*, e os modernos aqueles que entendem a história enquanto um procedimento no qual o futuro é incerto, os selvagens são aqueles vistos enquanto figuras fora desse eixo temporal, frequentemente associados a um estado primitivo que antecederia a história. Construído como o "outro" pelos modernos, o conceito de selvageria reflete mais os preconceitos de quem o emprega do que as características dos povos descritos, legitimando sua dominação cultural e política¹⁰⁰. Tal conceito é um reflexo não somente do indígena (cuja metáfora se refere), mas do próprio lugar colonial.

A colônia, como conceito, é entendida enquanto um espaço ocupado e governado por uma potência externa, que tem autoridade máxima sobre tudo aquilo que tomava forma nessa localidade. Dessa forma, a relação de poder entre a metrópole e o território colonial vai além do que simplesmente o controle em torno dos recursos e de sua extração, abarcando também o *controle do imaginário* colonial. Nessa relação, o espaço é

¹⁰⁰ Conceitos trabalhados por François Hartog na obra *Antigos, Modernos e Selvagens* (2005), referenciando textos escritos por René Chateaubriand, como *Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes, considérées dans leurs rapports avec la révolution française* (1797).

destituído de qualquer noção de si, sendo entendido apenas como uma extensão do território metropolitano. Assim, sua existência teria como única funcionalidade a obediência para aqueles que o dominam. A colônia, então, seria uma localidade “sem cultura” própria. Com o surgimento da Academia Brasílica dos Esquecidos em 1724, seu projeto historiográfico introduz a possibilidade de se considerar uma “cultura” brasílica, dando voz aos *selvagens* da colônia e trazendo à tona a verdade em torno de sua história.

Tal controle do imaginário, como é explicado por Costa Lima, influencia a maneira que as pessoas percebem o mundo através de narrativas, mitos e práticas sociais, moldando a percepção da realidade e contribuindo ativamente para a fundamentação de uma faceta cultural, assim constituindo e legitimando verdades¹⁰¹. Antes provinda de Deus — sendo um processo externo —, a partir do Renascimento a verdade torna-se realizável, na medida que a subjetividade do indivíduo passa a imperar. Ela influencia a maneira como a informação é recebida, processada e transformada em conhecimento, o que significa que a verdade não é um conceito unívoco e objetivo, mas sim uma construção pessoal e cultural¹⁰². A história, portanto, passa a simbolizar o meio para se chegar à essa verdade, se esforçando em permanecer objetiva e esboçando interpretações particulares da realidade, como é observável a partir das dissertações históricas redigidas pelos Esquecidos.

O objetivo estabelecido pela academia — de se construir uma história universal da América portuguesa — visava, finalmente, dar luz ao que realmente tocava a verdade sobre as coisas brasílicas, coisa essa que só poderia ser operada pelos próprios brasílicos. Até o surgimento da agremiação baiana, a produção em torno do território colonial por muito era entendida sob o prisma do antigo *topos* histórico, partindo de questões extremamente providencialistas que não discorriam de fato sobre a colônia enquanto um território em si, e sim mais como um quintal português do outro lado do Atlântico. Pouco era importante o passado daquilo que compunha a América portuguesa, na medida que, enquanto colônia, sua função principal seria o de suprir a metrópole e permitir a evangelização daqueles que habitavam o território desde tempos imemoriais. Com a

¹⁰¹ O controle do imaginário. In: Trilogia do controle. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, pp. 13.

¹⁰² *Ibidem*, pp. 37.

academia, busca-se, pela primeira vez, entender de fato o abarcava o lugar enquanto algo próprio, consolidando assim um **regime de historicidade** totalmente novo.

François Hartog¹⁰³ coloca que “o regime de historicidade não pretende falar da história do mundo passado, e menos ainda do que está por vir”, sendo bem complexo do que isso. Tal termo denota a forma com a qual cada sociedade concebe — subjetivamente — sua relação com a história, tomam consciência de si e formulam sua experiência do tempo, lidam com a realidade e, conseqüentemente a narram. Partindo de Kosseleck, Hartog entende o regime de historicidade enquanto um termo que visa elucidar a tensão do distanciamento entre a experiência e a expectativa.

Ele não é uma realidade dada. Nem diretamente observável nem registrado nos almanaques dos contemporâneos; é construído pelo historiador (...) pode ser tanto amplo, como restrito: macro ou micro-histórico. Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico (tal como Napoleão, que se encontrou entre o regime moderno, trazido pela Revolução, e o regime antigo, simbolizado pela escolha do Império e pelo casamento com Maria-Luísia de Áustria), ou a de um homem comum; com ele pode-se atravessar uma grande obra (literária ou outra), tal como as *Mémoires d'outretombe de Chateaubriand* (onde ele se apresenta como o “nadador que mergulhou entre as duas margens do rio do tempo”); pode-se questionar a arquitetura de uma cidade, ontem e hoje, ou então comparar as grandes escansões da relação com o tempo de diferentes sociedades, próximas ou distantes. E, a cada vez, por meio da atenção muito particular dada aos momentos de crise do tempo e às suas expressões, visa-se a produzir mais inteligibilidade. (HARTOG, 2014, pp. 13)

Para tratar de tal termo, Hartog parte de um entendimento de tempo caracterizado pelo passado, presente e futuro, e como tais noções são relacionadas por determinadas sociedades. O emprego dos termos *regime* elucidam a ideia de uma “regularidade instável” entre esses tempos, que não possuem limites fixos e claramente delimitáveis, mas que sempre se encontram relacionados a partir dos entendimentos dos homens¹⁰⁴. Já o termo *historicidade* é utilizado para delimitar uma experiência que não parte apenas de uma cronologia, pois envolve uma outra experiência, que é explicada por Eduardo Mariutti¹⁰⁵ enquanto “uma experiência primária de estranhamento, isto é, de distância entre o eu e o ser, mas um tipo sempre específico de estranhamento que expressa as características peculiares de um determinado regime de historicidade”. Dessa forma, o regime de

¹⁰³ Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, pp. 37.

¹⁰⁴ Hartog, 2014, pp.11.

¹⁰⁵ Presentismo e Crise da Modernidade IV: regimes de historicidade. Texto para Discussão (Campinas), v. 357, 2019, pp. 6.

historicidade pode ser entendido como a forma que uma sociedade interpreta e dá sentido à sua experiência temporal.

Um regime de historicidade explicita as formas peculiares assumidas por uma determinada condição histórica, denotando o modo peculiar como indivíduos e grupos se situam e simultaneamente evoluem no tempo, mas um tempo suscetível à uma composição particular entre o passado, o presente e o futuro. (MARIUTTI, 2019, pp. 7)

A história *magistra vitae*, consagrando esse antigo *topos* da história, operava a partir do que Hartog entendeu enquanto o regime de historicidade antigo, no qual o passado não é apenas um ponto de referência, mas a fonte de legitimidade para as ações humanas e as estruturas sociais. Com o avanço da modernidade, um novo *topos* de inicia e, com isso, um novo regime de historicidade, no qual “o fervor da esperança voltou-se para o futuro”¹⁰⁶. Os regimes de historicidade não operam de forma isolada, cada um em seu próprio momento. Eles podem coexistir simultaneamente, com a predominância de um sobre os outros em determinados períodos, ou em estado de absoluta tensão entre si. Em ocasiões em que a experiência prevalece sobre a expectativa, é possível identificar a predominância de regimes de historicidade nos quais o espaço da experiência é ampliado devido à presença de continuidades do passado, ainda fortemente presentes. Nessas situações, ocorre alguma projeção para o futuro, sem que, necessariamente, haja um rompimento evidente com o passado.

O surgimento de um novo regime de historicidade não se dá ao acaso, mas sim em momentos de **crises no tempo**, como Hartog evidencia, nos quais a tensão entre a experiência e a expectativa se dão de forma tão violenta que podem até ser rompidas, **acelerando o tempo** por consequência. Para o antigo regime de historicidade, essas crises se deram em demasia no que é compreendido como o início da era Moderna, sendo esse o final do século XV e o século XVI. O Renascimento, principalmente o que toca o nascimento da ciência moderna, assim como a própria Reforma Protestante foram momentos cruciais de ruptura entre o passado e o presente, na medida que a própria cosmovisão de mundo cristã é abalada e, assim, questionada. Na perspectiva religiosa, tais movimentos representaram o prenúncio de um fim, a concretização do apocalipse tão profetizado nos excertos bíblicos. Dessa forma, a aceleração desse fim dos tempos entrou em combate com as novas noções de um possível futuro, permitindo assim a consagração

¹⁰⁶ Hartog, 2014, pp. 27

de um novo regime, que foi ainda mais acelerado a partir do nascimento do pensamento Ilustrado no início do século XVIII. Como Duarte¹⁰⁷ destaca:

A manutenção do poder secular da Igreja estava ligada à sua capacidade de manter esse futuro, definido porém indeterminado no tempo, em suspensão. Com a Reforma e os conflitos que lhe seguiram, o pressuposto essencial dessa tradição foi destruído, liberando as expectativas do fim do mundo. Tais experiências pareciam anunciar a chegada iminente do fim, cuja expectativa correspondia a uma sensação de aceleração ou abreviação temporal (DUARTE, 2012, pp. 78)

Com a modernidade, a história começa a ser entendida enquanto uma História no singular, com uma qualidade temporal própria. Ela passa, pouco a pouco, a ser compreendida enquanto sujeito, que abarca uma soma de histórias particulares que iriam formar a história do mundo, trazendo de fato a verdade sobre as coisas. Sendo um procedimento, no qual a análise constitui-se como um dos seus passos mais fundamentais, o presente torna-se o resultado e consequência daquilo que o precedeu, mas não como exemplo ou como uma simples imitação¹⁰⁸, e sim como conhecimento, possibilitando então a construção dessa verdade.

A razão, por conseguinte, se toma a si própria como resgate da verdade que está nos fatos, tal como eles foram depositos nos documentos escritos; verdade que, ao invés, é comprometida pelos que usam a subjetividade para servir ou à opinião ou à beleza. A História começa se constituir como discurso da razão e desdenhoso da ficção (LIMA, 2007, pp. 23)

A Academia Real de História Portuguesa — e conseqüentemente a Academia Brasileira dos Esquecidos — surgem a partir dessa mentalidade. Se via necessário refazer a história sobre o império lusitano na medida que a temporalidade providencial que a caracterizava até então não poderia mais corresponder à verdade histórica em torno do Império. Dessa forma, o pensamento Ilustrado é operado para que assim essa nova história pudesse de fato justificar as glórias passadas e presentes de Portugal, projetando assim um futuro de progressos e digno da nação portuguesa. Mesmo sem abandonar o providencialismo, ele por si só não seria mais a única base que justificaria a grandiosidade lusitana, mas também a racionalidade em si. A transposição desse aparato academicista para o outro lado do Atlântico intensificou ainda esse processo, visto que para a

¹⁰⁷ DUARTE, J. A. D. Tempo e Crise na Teoria da Modernidade de Reinhart Koselleck. História da Historiografia, v. 8, p. 70-90, 2012.

¹⁰⁸ Costa Lima enfatiza que a imitação, ou *imitatio*, surge como uma forma de alcançar a verdade, não pela sua reprodução exata, mas pela reinterpretação e emulação criativa de exemplos. Assim, a verdade não é algo a ser simplesmente descoberto ou copiado, mas sim construído através de um diálogo com o passado e com modelos estabelecidos, o que envolve um processo de escolha e transformação (Cf. pp. 23)

agremiação baiana, não bastaria somente legitimar a posse de Portugal em torno do território brasílico. Seria necessário também estruturar o *lugar* brasílico dentro de todo o processo temporal e histórico que tomava forma na Europa desde o século XVI, consolidando assim um regime de historicidade próprio.

O projeto historiográfico da Academia — de construir uma história universal da América portuguesa — elucida não somente a tensão entre a experiência e a expectativa dentro do contexto colonial, como também entre o antigo *topos* da história e esse novo, que estava sendo constituído a partir da Ilustração, cujo embate entre o providencialismo e o novo ideário de racionalidade em formação fora uma de suas principais características. Essa história deveria trazer a verdade em torno do passado brasílico, partindo de documentos e registros que pudessem ser autenticados pela agremiação, todavia essa história enquanto procedimento não excluiu a teologia enquanto uma referência. Por mais que a análise e discussão desse passado fosse o sustentáculo procedimental da agremiação, a religião se fez presente enquanto um elemento essencial na legitimação dessa verdade, mantendo uma relação de “harmonia discordante”.

Ao discutirem sobre a origem dos indígenas, os acadêmicos não excluem a possibilidade de sua ascendência se dar no Grande Dilúvio, até especulando se poderiam ser descendentes diretos de lugares míticos como Ofir. Todavia, é também realizada a hipótese de que esses indígenas seriam de origem asiática, cruzando algum estreito e se instalando no continente, na medida que eram percebidas semelhanças entre os dialetos dessas grupos de diferente localidades. A própria discussão em torno da passagem de São Tomé pela América coloca em questão que sua passagem pelas terras americanas era um fato incontestável, na medida que isso poderia ser comprovado tanto pelas pagadas encontradas no interior da colônia quando pelas lendas indígenas que tratavam de um homem com a pele branca. O providencialismo não poderia cessar de existir, porém ele por si próprio não teria mais como ser a única sustentação para a construção de uma verdade.

A história, então, acaba por assimilar esses dois *topos*, ao mesmo tempo que também assimila a própria tensão temporal exercida a partir de cada um deles. Ao mesmo passo que a história enquanto procedimento fora o que a Academia se propôs a realizar, também é construído um passado brasílico, uma grande epopeia que traz à tona não

somente aquilo que tomou forma, mas também uma narrativa mitológica que desse as bases para o entendimento acerca do lugar Americano, assim como nas grandes Coroas europeias.

Enquanto os sonetos e poemas promoveram um discurso de exaltação à Coroa e seus representantes na metrópole e na colônia, eles também contextualizaram o cotidiano colonial, abordando temáticas múltiplas que permitiam um vislumbre em torno do cotidiano brasílico. Sebastião da Rocha Pita, com a sua obra *História da América Portuguesa*, firma de fato essa grande epopeia, na medida que além de trazer os acontecimentos passados da colônia — como o descobrimento da América e as invasões Holandesas — ele constrói um imaginário do povo brasílico, colocando-o como o leal e mais bravo súdito lusitano, que defende a Coroa e seu território com todas as suas forças.

A exaltação à monarquia e ao Estado português são constantes na produção da Academia, não somente por essa questão ser uma característica assimilada de sua matriz, a Academia Real de História Portuguesa, como também pelo objetivo da agremiação de construir uma história universal da América portuguesa que fosse integrada à história universal do Império lusitano. Todavia, a construção desse lugar brasílico fez com que, pela primeira vez, fosse constituído um **olhar para si**, tomando a colônia enquanto um centro cultural e político dentro do Império, legitimando-o tal qual Portugal buscava para o próprio Império. Tal característica é o que consagra essa faceta Ilustrada brasílica, na qual o embate entre o providencialismo e o racionalismo fizeram florescer a construção de uma alteridade brasílica. A experiência e a expectativa encontram o seu maior ponto de tensão nesse tópico, em conjunto com o próprio presente, no qual a experiência enquanto colônia e a expectativa enquanto posição central do Império firmam uma **brecha**.

Na obra *Regimes de Historicidade: Presentismos e Experiências do Tempo*, François Hartog define essa brecha enquanto momentos em que verifica-se uma certa desorientação, uma perda de sentido em torno do entendimento temporal. Tal termo indica uma perda dos pontos de referências a partir de uma aceleração do tempo, na qual o presente torna-se inapreensível, o futuro imprevisível e o passado incompreensível¹⁰⁹. Dessa forma, a relação entre o passado e o futuro se rompe, e o tempo histórico se torna

¹⁰⁹ Hartog, 2014, pp. 112.

suspenso. Como fora primeiramente entendido por Hannah Arendt na obra *Entre o Passado e o Futuro*:

Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado. Do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido, ao meio, no ponto onde “ele” está; e a posição “dele” não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à “sua” luta constante, à “sua” tomada de posição contra o passado e o futuro (ARENDDT, 2009, p. 37).

Para tratar do termo, Hartog referencia François-René de Chateaubriand, figura emblemática da literatura e do pensamento histórico do início do século XIX, sendo entendido como uma testemunha e um intérprete das rupturas temporais geradas pela Revolução Francesa e suas consequências. Enquanto um *vencido* da revolução, Chateaubriand enxerga o novo tempo que se instaurou a partir de 1792 com críticas, na medida que a Revolução Francesa representou o desaparecimento do mundo em que vivia, sem que um novo sistema de valores ou referências tivesse tomado forma plenamente. Dessa forma, fora em busca de um novo tempo nas Américas, entendendo que os *selvagens* representariam o monumento vivo do passado humano, uma liberdade muito mais autêntica da que fora colocada em voga com a Revolução¹¹⁰.

Chateaubriand se encontrava no meio da aceleração do tempo provocada pela Revolução, que promoveu a morte definitiva da história *magistra vitae*, buscando prever as consequências de todo esse processo. Como o autor destaca no seu ensaio *Essai sur les révolutions*, publicado em 1797, o passado ainda poderia explicar o futuro, tentando então partir de conflitos do passado europeu para compreender as transformações ocasionadas pela revolução. Já em um segundo ensaio, publicado em 1824, Chateaubriand entende a Revolução enquanto um fenômeno inédito, que não pode ser explicado pelo passado e não pode ser a base para um prognóstico futuro. Assim, o autor entende o seu conflito utilizando-se de uma metáfora sobre rios¹¹¹: para ele, cada época consagra-se enquanto um rio, no qual em uma margem encontram-se os *antigos*, sem querer se aventurar, e na outra os *modernos*, que atravessam o rio com impetuosidade. Já ele próprio se encontra

¹¹⁰ Hartog, 2014, pp. 99.

¹¹¹ CHATEAUBRIAND. *Essai*, p. 42; BONNET, Jean-Claude. Le nageur entre deux rives: la traversée comme expérience révolutionnaire. *Bulletin de la Société Chateaubriand*, n. 32, 1989, p. 55-60.

no meio do rio, preso na tensão entre o passado e o futuro, num fluxo ininterrupto e distante das margens, sendo esse o seu presente.

A brecha não denota somente esse período *entre tempos*, também diz respeito à um regime de historicidade único, que se encontra entre o antigo e o moderno. Tal sentimento, explicado por Chateaubriand e analisado por Hannah Arendt e François Hartog, coloca a História em um contexto singular, no qual a incompreensão do tempo seria promovido pelo próprio descrédito nela própria, na medida que ela não orientaria nem mais o futuro e principalmente o presente.

A instalação da Academia Brasílica dos Esquecidos na cidade de Salvador coloca em prática um novo instrumento de poder na colônia, poder este que pode ser compreendido tanto em sua forma política quanto em sua forma cultural. Até 1724, aqueles que detinham o conhecimento em relação ao passado e presente da colônia, fundamentando assim uma verdade em torno do território brasílico, eram as ordens religiosas, em especial a Companhia de Jesus. As produções sobre território realizadas na própria colônia, assim como a salvaguarda de sua memória, tinha como palco os colégios e as diversas igrejas sob a tutela dos inacianos, cuja verdade pautada no providencialismo e a glória divina portuguesa eram incontestáveis. Dessa forma, o monopólio do conhecimento e, acima de tudo, da verdade sobre o território, estava com a Companhia de Jesus, cuja visão sobre o território se mantinha enquanto uma extensão periférica que deveria suprir a metrópole, cuja existência e manutenção se deviam totalmente a ela.

O projeto historiográfico da agremiação quebra esse monopólio da verdade, retirando-o da Igreja, sem extinguir totalmente a Graça trazida e pregada pelos inacianos. A América brasílica deixa de ser entendida como um elemento de uma quarta parte do mundo, separada do Velho Continente, e passa a integrar sua centralidade, na medida que as glórias lusitanas na Era Moderna teriam como sustentáculo o próprio papel desempenhado pela colônia. Fora na América que a grande empreitada portuguesa tomou forma de fato, retificando os erros da colonização que tomaram forma no Oriente, assim como a própria Terra de Santa Cruz da obscuridade, consolidando o verdadeiro súdito da Coroa, que acima de tudo servia ao bom florescimento de seu próprio *lugar*.

Cria-se uma história analítica e uma narrativa mitológica, colocando a colônia como um espaço no qual a cultura, a ordem e, principalmente a religião a legitimam enquanto tal. Pouco a pouco, o lugar brasílico se desvincula da metrópole, constituindo para si uma alteridade própria, ao mesmo tempo que o vínculo com a metrópole se perpetua. O passado lusitano e providencial não conseguia mais explicar o lugar brasílico, ao mesmo passo que ele próprio não superava a alteridade portuguesa imposta pela colonização. A América brasílica, então, é colocada enquanto um “não lugar”, uma colônia cuja cultura se equipara a da sua metrópole, sendo influenciada e também a influenciando, mas acima de tudo a protagonista dentro de sua própria epopeia.

A história brasílica que é construída pela agremiação baiana encontra-se, portanto, no meio do rio, assim como Chateaubriand. Em uma margem encontravam-se o providencialismo exercido pelas ordens religiosas, que não só educaram os homens de letra da colônia, como também promoviam a manutenção de uma verdade divina, que explicava a colônia como uma periferia do reino. Na outra, os adeptos ao pensamento Ilustrado, cujo racionalismo era entendido enquanto o grande sustentáculo da verdade, indo em direção ao progresso e liberdade total dos homens. A academia, todavia, se encontrava na tensão entre essas duas margens, esses dois regimes de historicidade, construindo o imaginário de um lugar único dentro do vasto Império luso, de valor igual ao da metrópole, mesmo que ainda continuasse enquanto uma colônia. José da Cunha Cardoso elucidava isso muito bem ao proferir sua oração de abertura da agremiação¹¹²:

Esta, ó sábios Acadêmicos, a Poesia, e a Eloquência, de que a vossa literária floresta se há de ver felizmente cultivada. Restava agora por peroração convidar-vos para a cultura de tão deliciosa floresta (...) o entendimento quando discorre também sabe presagiar, eu vos prognostico, e seguro que as aves do Caistro melhorando de culto, e esquecidas do Castálio côro, se lembrem só dos Esquecidos; eu vos seguro que as vozes do vosso aplauso dêem tal brado na América, que retumbe o eco na Europa; eu vos seguro que das penas, com que escreverdes, se aproveite a Fama para multiplicar as asas; que de tão generosas premissas não pode deixar de seguir-se consequência tão gloriosa. Assim o crê o meu afeto, e o espera o meu alvoroço, que a glória dos Esquecidos há de ser mais que eterna na memória dos que hão de vir, de sorte que excedendo os horizontes da posteridade, a mesma imortalidade lhe deva restituções (CARDOSO, 1724, pp. 16-17)

¹¹² In: CASTELLO, José Aderaldo. O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo I.

A tensão entre o providencialismo e o racionalismo é o que constitui o projeto historiográfico realizado por essa *cidade das letras* na América portuguesa. Enquanto o primeiro fundamenta uma narrativa que integra o colonial à história do Velho Mundo, sendo uma personagem nas histórias europeia e católica, a razão dá embasamento à essa narrativa, legitimando aquilo que era abordado e fundamentando a verdade do que se passou e fixando tal lugar brasílico, a partir da cada vez mais frágil relação entre a poética e a história. A poética, ao priorizar a forma e a expressão individual, pode se distanciar da precisão factual da história, que busca objetividade e exatidão. Assim, a verossimilhança surge como um elemento chave, pois a partir dela, ao invés de buscar uma correspondência exata com a realidade, a poética se esforça para criar uma ilusão de verdade que seja convincente dentro de sua própria lógica¹¹³. A poética pode apresentar uma versão da realidade que não é necessariamente factual, mas que se torna verossímil por meio de sua coerência interna e da habilidade do autor em persuadir o leitor. Como afirma Luiz Costa Lima (2007, pp. 63), "a poesia não toma a posse da verdade, no máximo dela se aproxima pela verossimilhança". Isso implica que a poesia não se compromete com a verdade factual, mas busca sua própria verdade por meio da verossimilhança¹¹⁴.

A partir dessa tensão, essa história universal da América Portuguesa construída pela agremiação baiana constitui de fato esse lugar brasílico, na medida que esse olhar para si traz a valorização daquilo que o compõe, aquilo que o concilia e ao mesmo tempo o diferencia da metrópole. Essa história fundamenta uma narrativa em torno do território que, além de colocar a colônia brasílica enquanto um novo ateneu de cultura, também a firma como a súdita mais leal do Império. Figueiredo, em um soneto exposto na segunda conferência da academia, escreve¹¹⁵:

Quanto Atenas, e Roma, via o Mundo,
grande, sublime, raro, e portentoso,
cede, ó Rei Soberano, ao Majestoso
favor, que as Letras dais, grato, e jocundo.

¹¹³ O controle do imaginário. In: Trilogia do controle. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, pp. 19.

¹¹⁴ *Ibidem*, pp. 35.

¹¹⁵ In. O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo I.

Tudo, a tanta Grandeza, não. Segundo,
mas infimo, e menor; respeitoso
vos admira: por Sábio, e Generoso,
por Invicto, Magnânimo, e Profundo.

As ciências, que ilustrais, só dignamente
da Vossa Proteção Áureo volume
podem compor, com método eloqüente.

Em vós, quanto vos devem, se resume:
que sois Incompreensível; Preeminente
Real Enciclopédia, Sacro Nume.

D.O.C.

Caetano de Brito e Figueiredo

Fundada sobre o prisma de retirar a América do esquecimento, pela primeira vez tornando-a visível por aqueles que de fato à tem enquanto morada, o projeto historiográfico da academia não somente jogou luz à verdade brasílica, como também às próprias glórias portuguesas, fundamentando a narrativa esperada pela Academia Real de História Portuguesa de legitimar o passado lusitano. A América necessitava ser conhecida, enquanto o Império reconhecido, não como algo decadente, um verdadeiro *reino cadaveroso*, mas uma potência ocidental equiparada à Coroas como a Inglesa e a Francesa. As glórias portuguesas são observáveis na colônia, tanto a partir de seu cotidiano como de sua história, enquanto a colônia é um dos sustentáculos que fazem do Império uma verdadeira potência, estando de fato em sua centralidade.

Kantor¹¹⁶ destaca que o programa historiográfico brasílico — cujo desenvolvimento gerou a fundação de outras agremiações, tal qual a Academia Brasílica dos Renascidos em 1759 — projetaram a unidade política do território americano, afirmando uma “singularidade” que não se encontrava em oposição ao Velho Mundo,

¹¹⁶ Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, pp. 248.

mas sim à mentalidades que o compuseram. Nesses projetos, a narrativa histórica criada em torno da colônia afirmava o pacto político forjado pelo Antigo Sistema Colonial, legitimando a posse do território e reforçando as mercês pretendidas no jogo político entre a elite colonial e a Coroa. Ao mesmo tempo, essa história em si transformava a experiência vivida em uma *fronteira identitária*¹¹⁷, cujos desdobramentos podem ser observados em processos como a Inconfidência Mineira em 1789, nos quais o desenvolvimento da alteridade brasílica culminou em uma visão que a deslocava politicamente da metrópole. Antes esquecidos, os brasílicos trouxeram às luzes não somente uma história da América portuguesa vinculada à uma nova noção de racionalidade, mas principalmente o próprio lugar brasílico.

¹¹⁷ *Ibidem*, pp. 248

V- Considerações Finais

Antes uma grande potência europeia no que toca o início da Era Moderna, o desgaste moral, cultural e econômico do Império Lusitano pouco a pouco foi tomando forma, fazendo com que a era de ouro do reino ficasse para trás. Muitos dos frutos desse desgaste tem suas origens no próprio sistema colonial, como o jesuíta Giovanni Botero e o cronista Diogo de Couto discorrem sobre na transição do século XVI para o século XVII. Cria-se a ideia de que o avanço mercantil, juntamente com a corrupção da administração colonial promovida principalmente na Índia, o verdadeiro espírito português havia se tornado uma simples lembrança, especialmente com o desaparecimento de D. Sebastião em 1578 e o início da união entre as duas Coroa ibéricas. Foi nesse contexto que o que Portugal tinha de mais precioso começou a se deteriorar, seja de forma concreta ou simbólica. Durante o período entre 1580 e 1640, a moralidade e a virtude cederam espaço à ganância impulsionada pelo comércio com o Oriente (como apontado pelos autores). Paralelamente, a colônia do Brasil sofreu invasões, e o nordeste, especialmente Pernambuco, esteve sob ocupação holandesa entre 1630 e 1654, o que gerou uma crise no comércio de açúcar. Mesmo com o fim da União Ibérica e a retomada da coroa portuguesa pelos próprios lusitanos, a era dourada já não poderia ser recuperada, segundo aqueles autores. O espírito português enfrentava uma crise, marcada pela dominação estrangeira e pela perda de sua própria identidade.

Com a ascensão de D. João IV de Portugal, primeiro monarca da dinastia dos Bragança, a nova Coroa começa a fundamentar um projeto de revitalização do espírito português, procurando assim superar essa crise cultural e econômica que acometia o Império desde o final do século XVI. Essa reformulação do espírito lusitano visava não somente legitimar a Coroa enquanto detentora legítima do trono, como também fazer com que o Império retornasse a um estado de primazia, no qual seu passado glorioso não poderia ser colocado em questão. Com o avanço da Modernidade, o distanciamento crescente entre a religião e a verdade — do qual o Renascimento e a Reforma Protestante foram processos imprescindíveis — fizera com que cada vez mais o Divino não se enquadrasse mais enquanto o principal sustentáculo da cultura europeia, num processo que cada vez mais passou a consagrar uma nova noção de racionalidade.

As origens do pensamento Ilustrado se dão nesse contexto, no final do século XVII. A razão Ilustrada, cujo domínio primordial é a natureza, só podia se consolidar por meio da experiência, indispensável para que essa atividade universal ganhasse uma expressão concreta, coesa e coerente. Desse modo, a racionalidade deixa de ser uma ideia abstrata e particular, tornando-se autossuficiente para sustentar a verdade. Assim, razão e verdade passam a ser termos inseparáveis. A responsabilidade pela manutenção da verdade, antes quase exclusivamente atribuída à religião, passa a ser compartilhada pela razão, que não se apresenta como oposta a essa perspectiva. Assim como a religião, a razão organiza e confere sentido ao mundo natural, sem desvincular o homem do divino. Tal razão vai além de demonstrar um mecanismo para se chegar na verdade sobre as coisas, mas também como um procedimento para a obtenção dessa verdade, no qual o progresso do homem seria seu resultado.

Sendo um conceito que se originou no campo da filosofia, seu atravessamento pelas diversas ciências, como na história, fez com que as metodologias em torno delas se transformasse, abrindo a possibilidade de se verdadeiramente distinguir as verdades das falácias, se distanciando cada vez mais do providencialismo que antes era o sustentáculo de tudo. Todavia, religião e razão não são noções tão antagonistas, na medida que ela sustenta um “processo de diversidade cultural e sociológica”, sendo um movimento “cosmopolita e nacionalista, de devotos e céticos, de eruditos e ignorantes”, como Lehner enfatiza¹¹⁸. Nesse sentido, tais termos por muito podem se complementar, na medida que agindo a favor desse progresso da humanidade a partir de um auxílio *sobrenatural*, na qual a teologia seria a base da sociedade, prezando assim a perfectibilidade ambos compartilham do otimismo em relação à natureza humana. Com isso, Lehner afirma que é possível admitir experiências Ilustradas em que tais noções, por mais que opostas, conseguem coexistir, a partir de uma harmonia discordante, como é o caso do que toma forma na Península Ibérica.

O pensamento Ilustrado se adapta às realidades em que ele se insere, e no caso lusitano o papel central da religião ainda se mantinha, sendo impossível superá-lo em detrimento de uma racionalidade. Firma-se assim uma faceta católica para a Ilustração,

¹¹⁸ LEHNER, Ulrich. Introduction: The many faces of the Catholic Enlightenment. In: A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe. Michael (ed.). Leiden; Boston: Brill, 2010.

no qual a Academia Real de História Portuguesa fora sua primeira expoente no território lusitano, em 1720. Como parte do projeto bragantino de reestruturar culturalmente o Império, recontar a sua história — a afastando dos antigos mitos e fabulações cristãs para assim torná-la legítima — era essencial, na medida que afirmar o passado glorioso português como prova de sua grandiosidade colocaria o espírito português em equiparidade com o espírito do homem moderno.

Os primeiros passos rumo ao academismo científico Ilustrado no reino português foram dados por D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira, que fundou academias como a Academia Portuguesa (1717). A Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720 por decreto de D. João V, marcou um avanço significativo. Focada na história como tema central, diferentemente de outras academias europeias, visava à produção e preservação do conhecimento histórico português. O objetivo principal dessa agremiação aparece de forma bem clara em seu decreto de fundação, que determinou que fosse (re)escrita uma história em torno de tudo o que compreendia o reino português.

Ao mesmo tempo que uma verdadeira *Cidade das Letras* na capital do reino, a academia configurou, em sua forma mais essencial, um projeto político do Estado português, cujas pretensões se concretizariam a partir do procedimento historiográfico. Além consolidar a verdade em torno da história portuguesa, a agremiação justificaria as glórias religiosas, passadas e bragantinas, colocando a próprio Estado português como protagonista na grande epopeia do Velho Continente. Como consta no estatuto da agremiação, a busca pela verdade histórica se daria a partir da análise crítica das documentações, visto que a verdade não poderia mais ser algo “dado”, e sim construído. Tal verdade traria consigo a conciliação entre a fé e a razão, na medida que o providencialismo era um dos pilares culturais e identitários da sociedade portuguesa.

A missão de construir uma história universal do Império português mostrou-se demais para a Academia instalada em Lisboa, na medida que o Império se espalhava por todos os cantos da *Orbis*. Assim, os próprios territórios coloniais foram instigados a criar agremiações próprias, com o objetivo de escrever uma história universal de suas próprias localidades, para que dessa forma fossem integradas à história universal do Império. A colônia brasílica — a partir do patrocínio de seu Vice-Rei Vasco Fernandes César de

Menezes — funda em 1724 a Academia Brasílica dos Esquecidos, primeira academia da colônia e a primeira americana cuja História teria um papel central. Assim como em sua matriz, seu projeto historiográfico apresentava conotações políticas bem fundamentadas, na medida que a construção dessa história universal legitimaria tanto posse Portuguesa sobre o território como também seu próprio passado glorioso. Além disso, o ingresso à essa República das Letras gerava prestígio e visibilidade frente à elite colonial e lisboeta, enquadrando esses homens da colônia enquanto verdadeiros súditos da Coroa, na medida que estes estariam prestando um serviço essencial para a sua manutenção.

Assim como na academia lisboeta, a agremiação Esquecida partiu de metodologias procedimentais que se adequavam à construção de uma história mais crítica, porém ainda com bases originadas pelo providencialismo, estabelecendo assim um ideário que se aproximava de uma vertente Ilustrada católica, assim como a Ilustração Portuguesa. Essa escrita da história deveria trazer à tona a verdade em torno do passado brasílico, sendo realizada a partir de diferentes tipos texto, como os poemas e as dissertações históricas. Essas últimas consagraram o gênero mais fundamental, na medida que elas seriam o tipo de texto capaz de se chegar a uma verdade. Dividindo a História em quatro — política, natural, militar e eclesiástica —, cada uma delas fora incumbida a um *mestre de história*, sendo esses membros fundadores da academia.

Grande parte de seus membros eram de origem brasílica, com alguns expoentes portugueses e membros da Academia Real de História. Fazer parte de uma agremiação acadêmica significava um pertencimento ao mundo letrado, no qual uma educação formal e erudita eram imprescindíveis. No contexto colonial, a Companhia de Jesus fora o instrumento principal de educação, no qual os inicianos — a partir de um ensino mais dirigido às elites coloniais — cumpriam a missão de adequar ao mundo europeu e cristão verdadeiro a partir de seus cursos. Assim, as escolas jesuíticas passariam não somente a instruir esses homens para que dirigissem e administrassem a colônia no futuro, mas também garantir a consolidação da cultura católica nas raízes da sociedade colonial.

A instrução pautada pelo providencialismo é entendida enquanto uma tensão para essa história no qual a racionalidade deveria ser sua guia, promovendo também uma tensão do tempo para os próprios acadêmicos. Instruídos dentro de um Regime de Historicidade antigo, no qual a história *magistra vitae* imperava, com a Academia esses

homens se encontravam imersos na construção de um novo Regime, partindo de sua instrução e ao mesmo tempo de distanciando dela. A relevância do passado se alterou, abrindo brechas para um novo vislumbre de futuro, a partir da construção dessa história universal.

A tensão entre o metropolitano e o colonial também se fez presente no que toca a própria formação de sua sede. Uma cidade construída para ser a capital da colônia, com a instalação do Governo Geral em 1549, Salvador foi além do que simplesmente constituir uma extensão do poder metropolitano do outro lado do Atlântico. Desde suas origens, a cidade fora pensada para exercer a presença máxima lusitana no Ultramar, a começar pela fundação de sua cidade alta, onde todo o aparato administrativo da colônia se encontrava. Ali que foram erguidos o Palácio do Governador —onde a academia realiza suas conferências em 1724 —, a principal igreja da cidade e a própria câmara, constituindo ali uma dupla tensão: ao mesmo passo que o poder metropolitano se encontrava ali de sua forma mais palpável, esse espaço também refletia uma alteridade brasílica própria, fundando assim um *lugar brasílico*, um modelo a ser seguido pelo restante da colônia. Salvador torna-se uma vitrine do súdito brasílico, ressignificando símbolos e adequando-os à realidade colonial, como o próprio Pelourinho (entendido aqui enquanto o objeto e o próprio espaço físico da cidade alta), um lugar que não rejeitava o poder metropolitano, mas também não poderia ser considerada uma simples extensão dele. Salvador passa a representar o hibridismo entre o Velho Mundo, do qual fora moldada a partir dele, e do Mundo Moderno, possibilitando que a colônia fosse entendida enquanto um personagem único, não sendo um mero reflexo lusitano.

A partir de suas escritas, esses acadêmicos construíram uma narrativa em torno da América Brasílica, criando para ela tanto um passado glorioso quanto uma própria fundamentação mitológica para dar sustentamento a esse passado. Nas dissertações históricas, Gama, Figueiredo e Franca fundamentam uma história procedimental sobre o lugar brasílico, a todo momento demonstrando a tensão entre o providencialismo e o racionalismo, na medida que as dissertações, por serem um campo de debate e discussões, consagravam o melhor tipo de escrita para se chegar a uma verdade. Da origem dos indígenas às discussões em torno do papel da política e da utilização de fontes orais para se fazer a História, a agremiação baiana consolidou o pertencimento da colônia frente ao Velho Continente, inserindo-a de fato no mundo prático e cultural europeu, questão essa

que fora firmada mais ainda com os poemas e a obra magistral de Pita. A Academia Esquecida de fato deu lustre ao passado americano, em um processo que resultou nesse próprio olhar para si. A memória, antes ligada ao passado lusitano, cumpriria agora a missão de identificar o que tornava o território único, uma entidade associada à sua matriz, porém não a tendo mais como sua principal força motriz.

O tempo se desloca, e o futuro torna-se nebuloso, incerto. O projeto historiográfico da agremiação Esquecida consolida um passado cuja tensão entre a experiência e a expectativa permitem esse enquadramento da colônia enquanto parte central do Império, sem prezar pela sua superação em si. O Brasil torna-se mais do que um simples acréscimo, tornando a condição colonial enquanto algo secundário no que toca a sua própria constituição de si. Mesmo com a curta duração da agremiação baiana, tais ideários foram perpetuados pelas Academias subsequentes, em especial a Academia Brasílica dos Renascidos, fundada em 1759, cujo projeto historiográfico de fato trouxe consigo uma *História universal da América Portuguesa*, como destaca Kantor¹¹⁹. Os Esquecidos tiraram a América das sombras, a colocando como uma protagonista no que diz respeito a História Universal do Império.

Douta Palestra de sabios,
das Letras alto edifício,
Templo da memória adonde
são os simulacros vivos.

Capitólio venerando
onde é ídolo o Juízo,
são vítimas os conceitos,
e os Estudos sacrifícios.

¹¹⁹ Esquecidos e Renascidos. *Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, pp. 246

Anfiteatro da Fama,
das ciências obelisco,
Troféu adonde as Potências
têm suspensos aos sentidos.

Compêndio da Erudição,
de tôda a elegância Arquivo
em que a lição chega a pasmo,
passa o discurso a prodígio.

Com o Protetor que tendes
tão excelso, e tão invicto
a quem deu o Tejo cultos,
e pagou párias o Indo,

Que Vice-Rei de dois Impérios
opulentos, e estendidos
só das ações fêz Tesouro,
das riquezas desperdício,

Permanecereis eterna
apesar do rigor nímio
do tempo, e suas injúrias,
da morte, e seus homicídios.

Bem por emprêsa tomastes
no Ocidente ao Sol nascido
manifestando-lhe o Berço
adonde tinha o jazigo,

Porque o nosso Protetor
por Esfera, e glória
altivo para abundar ao Ocidente
de luzes, e benefícios,

Quando no Oriente estêve
tendo até no Sol domínio
não quis trazê-lo no carro,
e no Berço o tem trazido.

Com fantasia contrária
chamar-vos dos esquecidos
gentil ênfase parece,
ou foi discreto delírio.

Título mal conformado,
Enigma bem entendido
informando esquecimentos,
e memórias prevenindo.

Nesta Figura se vê
como em rascunho indistinto,
que os esquecidos lembrados
hão de ser por êste arbítrio.

Caducarão as memórias
de Túlio, Salústio, e Lívio,
andarão a rasto as penas
de Ovídio, Homero, e Vergílio.

Porque hão de subir mais alto
em Metro, Elegância, e estilo
um Cunha, um Gama, um Barbosa,
um Soares, e dois Britos.

Se do Brasil derivais
o sobrenome, é preciso,
serem liberais os partos,
pois o terreno é tão rico.

Doce há de ser o trabalho,
e suaves os escritos
onde o açúcar anda a montes,
onde corre o mel a Rios.

Foi ponderação piedosa
dos vossos Alunos dignos
o dia em que se formou
êste Colégio erudito.

Porque veio a ser no próprio
de Santo Tomás de Aquino,
sendo êste sucesso acaso
como se fôra previsto.

Porém não foi contingência,
mas especial auspicio
pois só um Doutor celeste
pudera dar-lhe princípio.

Florescei Palestra insigne
logrando em seguro Asilo
no Protetor tanta glória
no Santo tal Patrocínio.

O Acadêmico Vago.
Sebastião da Rocha Pita.

VI- Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ana Cristina. **Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português**. Revista de História Regional, v. 19, p. 263-281, 2014.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BARRETO JÚNIOR, Manoel. **Entre o Texto e o contexto: os ecos do silêncio de uma esquecida academia brasílica**. In: ABRALIC, 2008, São Paulo. **Novas perspectivas na historiografia literária brasileira**, 2008.

BASTOS, Rodrigo Almeida. **Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, Brasil, n. 44, p. 27-54, 2007.

BELINE, Heloísa. **A(s) censura(s) nas práticas letradas da Academia Brasílica dos Esquecidos**. Dissertação (mestrado em letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2017.

BORGES, Eduardo Jose Santos. **As academias literárias e a possibilidade de produção do conhecimento autônomo em território colonial (Bahia, séc. XVIII)**. Saeculum (UFPB), v. 1, p. 105-121, 2016.

BOLUFER, M. (2023). **Ilustración, catolicismo y género. Feijoo en el debate historiográfico**. En M. García Alonso y A. Menéndez Viso (coords.). **Ilustración y cristianismo en las obras de Bayle y Feijoo** (pp. 59-78). Oviedo: Trea.

BOXER, Charles. **The Golden Age of Brazil - 1695 /1750**. Trad. DE LACERDA. Nair. São Paulo, Companhia Editorial São Paulo, pp. 147-183, 1969.

CAJUEIRO, Renato Luiz Bacellar. **Letrados D’El Rey: os conselhos da história e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII**. Dissertação de mestrado (História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007

CANTARINO, N. M.; LEITE NETO, F. R. **A grande estratégia do Império português: D. Luís da Cunha e as origens do reformismo ilustrado luso-brasileiro**. Nova Economia, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 655–677, 2020. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/4921>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CARDOSO, Arthur Feller Rigaud. **O doce do açúcar e o perfume das especiarias: discursos políticos sobre os Estados do Brasil e da Índia na Monarquia Hispânica**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2024

CARVALHO, Flávio Rey. **Revisitando o Iluminismo: contribuições para o estudo do caso português**. Revista Tempo de Conquista, v. 5, pp. 1-14, 2009.

_____. **Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)**. Tese (Mestrado em História). Área Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2007

CAVALCANTE, Berenice. **Os “Letrados” da Sociedade Colonial: As Academias e A Cultura do Iluminismo no Final do Século XVIII**. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, RIO DE JANEIRO, v. 8, n.1, p. 53-67, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 26-104; 136-217.

CEZAR, Temistocles. **Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem**. Almanack Braziliense, v. 11, p. 26-33, 2010

COELHO, António Borges. **Portugal na Europa das Luzes**. Alfragide: Editorial, 2022, v. II.

CUNHA, Norberto Ferreira da. **Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

DA HISTÓRIA PORTUGUESA, A. R. (2009). **Coleção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa**. História da Historiografia, (3), 216-235.

DAHER, Andrea. **Oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DIAS, F. **Da Gênese do Campo Historiográfico: Erudição e Pragmatismo nas Associações Literárias dos Séculos XVIII e XIX**. rth |, [S. 1.], v. 4, n. 2, p. 18–33, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28936>. Acesso em: 5 dez. 2021.

DOMINGUES, B. H. **O papel dos jesuítas na Ilustração brasileira**. História Unisinos, v. 14, p. 134-146, 2010.

DUARTE, J. A. D. **Tempo e Crise na Teoria da Modernidade de Reinhart Koselleck**. História da Historiografia, v. 8, p. 70-90, 2012.

ESGUERRA, Jorge Cañizares; FERNANDES, Luiz Estevam; MARTINS, Maria Cristina. **Introdução**. In: (Org.) ESGUERRA, Jorge Cañizares; FERNANDES, Luiz Estevam; MARTINS, Maria Cristina **As Américas na Primeira Modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Editora Prismas, 2017, vol. I.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. **A teologia natural na cultura científica da Ilustração portuguesa: Oratorianos e Franciscanos (1750-1800)**. Revista de História, n. 177, p. 01-31, 2018. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/138518> >

_____. **Contra todos os inimigos. Luís António Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)**. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GAMA, L. **A Retórica do Sublime em O Caramuru de Santa Rita Durão**. Revista USP, v. 57, p. 122-137, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HANSEN, J. A. **A civilização pela palavra**. In: LOPES; Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 19-41.

_____. **Ilustração católica, pastoral árcaica & civilização**. Oficina da Inconfidência, Ouro Preto, v. 3, 2005, pp. 13-47.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. **Antigos, modernos e selvagens**. São Paulo: FGV Editora, 2021

HAZARD, Paul. **La crise de la conscience européenne**. Paris: Boivin & Cie., 1935, tomo I.

HEIDEGGER, M. **Construir, habitar, pensar**. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. In: HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2006

HESPAÑA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994, pp. 21-60.

_____. **Porque é que foi "portuguesa" a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos**. In: BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Junia Ferreira; SOUZA, Laura de Mello (orgs.) **O governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p.52-55;

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O ideal arcádico**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

KANTOR, Iris. **A Academia Real de História Portuguesa e a Defesa do Patrimônio Ultramarino (1648-1750)**. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, V. L. A. **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 257-276.

_____. **Do Dilúvio Universal a Pai Sumé: mediações entre o universal e o local na historiografia erudita luso-americana (1724-1759)**. In: GONÇALVES, Andréa Lisly; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (org.). **Estado, região e sociedade: contribuições sobre história social e política**. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, pp. 19-32.

_____. **Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

_____. **Polêmicas sobre o Novo Mundo nas Academias Brasílicas (1724-1759)**. Anais do XVII Encontro Regional de História – *O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em <<http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XX/Iris%20Kantor.pdf>>. Acesso em 22 de jan. 2021.

_____. **Ser erudito em colônias: as práticas de investigação histórica nas academias brasílicas (1724-1759)**. In: ALGRANTI, Leiza Mezan; MEGIANI, Ana Paula. **O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 297-310.

KNAUSS, Paulo. **História e ética: a historiografia como fato moral**. História Unisinos, v. 12, p. 140-147, 2008

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise – Uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 1999.

_____. **Estratos do Tempo: Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014

_____. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

_____. **História/História**. Madrid: Trotta, 2005.

LEITE, Serafim (org.). **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1956-1958. 3 vv, pp. 75-90.

LEHNER, Ulrich. **Introduction: The many faces of the Catholic Enlightenment**. In: **A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe**. Michael (ed.). Leiden; Boston: Brill, 2010.

LEME, Marisa Saenz. **Vivências culturais paulistas da Ilustração Luso-brasileira. História** (São Paulo) [online]. 2012, v. 31, n. 1, pp. 233-265. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/gTXZRh8HXGdMdwKJLQpYQvj/?lang=pt>>. Acesso em 15 de nov. 2021.

LIMA, Luiz Costa. **Comentário à comunicação de João Adolfo Hansen**. In: SALOMÃO, Jayme (org.). **América: descoberta ou invenção?** Rio de Janeiro: Imago, 1992

_____. **O controle do imaginário**. In: **Trilogia do controle**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, pp. 25-81.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Presentismo e Crise da Modernidade IV: regimes de historicidade**. Texto para Discussão (Campinas), v. 357, p. 1-11, 2019.

MARQUES, W. R. **A relação contemporânea com o tempo e a sua percepção na história**. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, v. 15, n. 1, 23 set. 2020.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **O cotidiano, 'os regimes de historicidade' e a memória**. TEMPO E ARGUMENTO, v. 8, p. 236-253, 2016.

MESTRE SANCHÍS, Antonio. **Crítica y apología en la historiografía de los novatores**. In: **Apología y crítica de España en el siglo XVIII**. Madrid: Marcial Pons, 2003, pp. 71-94.

MONTEIRO, N. G. **Trajectórias sociais e governo das conquistas. Notas preliminares sobre Vice-Reis e Governadores Gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII**. In: J. Fragoso, M^a F. Bicalho, F^a. Gouveia (Eds.) **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 249-283, 2001.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORENO, Eva Velasco. **Nuevas instituciones de sociabilidade: las academias de finales del siglo XVII y comienzos del siglo XVIII**. Cuadernos Dieciochistas, ISSN 1576-7914, n.º. 1, pp. 39-55, 2000.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico**. Coimbra: Minerva, 2004.

MUHANA, Adma Fadul. **A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero**. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

NICOLAZZI, Fernando. **A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea.** História. Questões e Debates, v. 53, p. 229-257, 2010.

_____. **Entre "letras & armas", a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira do século XVIII.** Almanack Braziliense, v. 11, p. 40-51, 2010

ONG, Walter J. **Oralidade e Cultura Escrita.** Trad. Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papirus, 1998, pp 9-41, 157-175.

ONOFRE JÚNIOR, L. S.; MENEZES, M. A. DE. **Crise do tempo. um diálogo entre Reinhart Koselleck, François Hartog, Hannah Arendt e Franz Kafka.** Albuquerque: revista de história, v. 11, n. 21, p. 151-161, 11 jan. 2020

PALMA-FERREIRA, João. **Academias literárias dos séculos XVII e XVIII.** Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

PEDROSA, F. M. **A Academia Brasílica dos Esquecidos e a História natural da Nova Lusitania.** Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, p. 21-28, 2003.

_____. **Academia Brasílica dos Esquecidos: Sol oriens in occiduo.** Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

PINHO, Osmundo. **A Bahia no Fundamental: Notas para uma Interpretação do Discurso Ideológico da Baianidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n.36, pp. 109-120, 1998

PINTO, Nilton de Paiva. **A Academia Brasílica dos Esquecidos e seu Estatuto.** Dissertação (Mestrado em Letras). Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

_____. **A poesia de Rocha Pita na Academia Brasílica dos Esquecidos.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2007, dissertação de mestrado.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras.** Trad. Boitempo. São Paulo, 2015.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo. Pioneira. 1968.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **Historia da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez, autores associados, 1992.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. v.3. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

ROLNIK, Raquel. **Definindo a cidade**. In: **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1979, pp. 11-30.

ROSÁRIO, Frei Antônio do. *Frutas do Brasil numa nova, e ascética Monarchia consagrada à Santissima Senhora do Rosario*. Ed. Fac-símile 1702. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008, pp. 1-52.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de. **A educação jesuítica no Brasil colônia**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, SP, v. 15, n. 61, p. 379–389, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i61.8640534. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640534>. Acesso em: 8 set. 2024.

SANTANA, Lígia Conceição; REIS, Lysie. **O traçado urbano regular de Salvador, século XVI-XVIII**. In: VI Semana de Mobilização Científica, 2003, Salvador. Anais da VI Semana de Mobilização Científica, 2003.

SCARPARO, Marcelo. **História e representações do espaço na Academia Brasílica dos Esquecidos (Salvador, 1724-25)**. Dissertação (Graduação em História). Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **As “luzes” de um “reino cadaveroso”:** entre a polêmica e a tradição. In. CARVALHO, Flávio Rey. **Um iluminismo português? A**

Reforma da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, M.V; MORAES, C. E. M. de; NASCIMENTO, J. V. **Formalidade, representação e linguagem nas academias brasílicas.** Revista Philologus, v. 48, p. 91-102, 2010.

SILVA, T. T. Q. **Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista. Uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721).** História da Historiografia, v. 03, p. 204-235, 2009.

SILVEIRA, Pedro Telles. **O Teatro dos Ouvidos.** Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.

SMIDT, Andrea J. **Luces por la Fe: The Cause of Catholic Enlightenment in 18th-Century Spain.** In: LEHNER, Ulrich L; PRINTY, Michael (ed.). **A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe.** Leiden; Boston: Brill, 2010.

SOUSA, Avanete Pereira. **A Bahia no século XVIII. Poder político e atividades econômicas.** São Paulo: Alameda, 2012

_____. **Poder Local e vida cotidiana: a Câmara Municipal da cidade de Salvador no século XVIII.** 1. ed. Vitória da Onofre: Edições UESB, 2013. v. 1

SOUZA, Evergton Sales. **The Catholic Enlightenment in Portugal.** In: LEHNER, Ulrich L; PRINTY, Michael (ed.). **A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe.** Leiden; Boston: Brill, 2010.

STAROBINSKI, Jean. **Sobre a adulação.** In: STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 57-85.

SUBIRATS, Eduardo. **El imposible esclarecimiento hispánico.** In: SUBIRATS, Eduardo. **La recuperación de la memoria.** Barcelona: Montesinos, Ensayo, 2016, pp. 155-216.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **Ilustração, governança e política indigenista em São Paulo colonial**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2020.

TURIN, Rodrigo. **As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade**. Topoi, Rio de Janeiro, 2016, v. 17, n. 33, pp. 586-601

ZOTTI, S. A. **O currículo no Brasil Colônia: proposta de uma educação para a elite**. Práxis Educacional , v. 2, p. 115-140, 2006.

Fontes

CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo I

_____. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo II

_____. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo III

FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. **Dissertações acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da História natural das Coisas do Brasil**. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo V, pp. 139-221.

FRANCA, Gonçalo Soares da. **Dissertações da história eclesiástica do Brasil**”. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo V, pp. 223-313.

GAMA, Luís Siqueira da. **Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil**. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo V, pp. 7-138.

PITA, Sebastião da Rocha. **Historia da America Portugueza. Desde o anno de mil e quinhentos de seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro**. Brasília: Editora do Senado Federal. v. 157. 2011.

VII- Anexos

Anexo I- Sumário das dissertações históricas da Academia dos Esquecidos – Assuntos das dissertações

Luís Siqueira da Gama

Conferências altercadas e resolutas para melhor averiguação da verdade na História do Brasil

Dissertação	Assunto
Primeira	Da Origem, e que coisas sejam Política, História, Dissertação e Brasil
Segunda	Da Divisão da Política, História, Dissertação, e Brasil
Terceira	Se os Índios Bárbaros do Brasil têm alguma espécie de política?
Quarta	Se foi conveniente ao Estado a conquista do Brasil, que se reduzissem os Índios, se os nacionais, por modo de República a grandes povoações
Quinta	Da política com que se governam os Índios do Brasil, nas suas aldeias, e qual seja mais conveniente, se serem seus magistrados os patrícios, ou se os Estrangeiros
Sexta	Do generoso despacho que deu El-Rei Dom Felipe o primeiro de Portugal a Dom Antônio Felipe Camarão e qual seja maior política, se dilatar o merecimento com a esperança do prêmio, ou antepor o galardão à súplica do beneficiário?
Sétima	Da pena que deu o Governador Mem de Sá às arrogâncias do soberbo Cururupeba
Oitava	Da política que usou Dom Duarte da Costa para vencer os Índios Tapuias, e Tupinambás; e se fora glorioso ou não este triunfo
Nona	Se fora decoroso e lícito o estratagemas com que Dom Duarte da Costa triunfara dos Índios Tapuias e Tupinambás
Décima	De um maravilhoso caso, e apótema célebre devidamente ponderado nas histórias do Brasil

Caetano de Brito e Figueiredo

Dissertações acadêmicas, e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil

Dissertação	Assunto
	Aparato Isagógico às Dissertações Acadêmicas nas quais se descreve a natureza das coisas principais do Brasil no que somente pertence à História natural
Primeira	(...) na qual se trata da geral, e geográfica descrição de toda a América com abreviada demonstração do mais raro, e admirável, que a Natureza nela produziu
Segunda	(...) da Origem dos índios, e primeiros povoadores da América, e se tiveram os Antigos dela algum conhecimento
Terceira	Descreve-se o Brasil com outras particularidade pertencentes à sua natureza
Quarta	(...) dos Céus, Planetas, Constelações e Climias Brasílicos
Quinta	(...) dos Climias, Ares, e Meteoros Brasílicos
Sexta	(...) na qual se trata das Aves do Brasil
Sétima	(...) na qual se individuum os nomes, cores, e diferenças das Aves Brasílicas
Oitava	(...) na qual se descrevem os Insetos Voláteis do Brasil

Gonçalo Soares da Franca

Dissertações da história eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos

Dissertação	Assunto
	Antilóquio das Dissertações da História Eclesiástica do Brasil
Primeira Parte, Primeira	(...) trata do seu descobrimento
Segunda	(...) em que se descreve geograficamente o Brasil
Terceira	(...) em que se resolve quem foram os primeiros povoadores do Brasil, quando, e como, a ele passaram
Quarta	Se a América passou a São Tomé
Quinta	Se os Índios do Brasil tinham alguma Lei, como e quando a ele passou a Católica Romana
Segunda Parte, Primeira	(...) da história eclesiástica do Brasil: trata da fundação das Igrejas
Segunda	Continuam as fundações das Igrejas
Terceira	(...) em que se prossegue, as erecções das Igrejas

Anexo II - Conferências realizadas pela Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)

Data	Ordem	Presidente	Assunto heróico	Assunto lírico
03/04	1ª	José da Cunha Cardoso	Ao Vice-Rei	
23/04				À Academia
07/05	2ª	Sebastião da Rocha Pita	Quanto deve a República das Letras a El-Rei	Quem amou mais, Clície ao Sol, ou Endimião à Lua
21/05	3ª	João de Brito e Lima	Diana assistindo ao nascimento de Alexandre Magno na mesma noite em que Heróstrato queimava seu templo	Dama formosa, mas com poucos dentes, que para que não lhe notem a falta, costuma falar pouco
04/06	4ª	Francisco Pinheiro Barreto	O rei Dom João II que se vangloriava de conhecer seus vassalos	Uma hera sustentando um álamo seco
25/06	5ª	Antônio Gonçalves Pereira	Celebrar aniversário do Príncipe	Uma dama dando a Fábio duas flores, um amor-perfeito metido em um malmequeres
09/07	6ª	Raimundo Boim	A morte da Marquesa Dona Teresa de Moscoso	A Marquesa de Gouveia, Dona Inácia da Rosa, que se recolheu a um convento
23/07	7ª	Rafael Machado	Uma estátua da Apolofo atingida e desfeita por um raio	Uma dama que, revolvendo pérolas na boca, quebrou alguns dentes
06/08	8ª	Antônio Roiz Lima	César, que tendo notícia da morte de seu inimigo, chorou	Um menino gentil que, colhendo rosas em seu jardim, lhe mordeu um áspide, morrendo logo depois
27/08 [20/08]	9ª	Sebastião do Vale Pontes	Agripina, a quem foi dito que se seu filho, Nero, se tornasse imperador, seria morta, e respondeu que o fosse, ainda que a matassem	Um delfim salvando e conduzido às costas num naufrago até a praia
10/09	10ª	João Borges Barros	Onde teve mais glória, Trajano que, alcançando a vitória, não logrou o triunfo pois morreu antes ou em sua estátua, a qual prestou homenagem Adriado, a quem o Senado adjudicara o triunfo?	Uma senhora que, perdendo um grande bem, trata de esquecer o bem perdido
24/09	11ª	Inácio de Azevedo	A atuação de Vasco Meneses no incêndio da casa de pólvora da Bahia	Uma dama que, chegando à janela para ver seu amante, por causa do Sol não o conseguiu ver

08/10	12 ^a	João Álvares Soares	Quem cala vence	Amor com amor se paga e o mais certo é que amor com amor se apaga
22/10	13 ^a	João Calmon	O aniversário do Rei	Uma açucena
12/11	14 ^a	Ruperto de Jesus e Sousa	A Índia e o Brasil disputando qual deve mais honras a Vasco Meneses	Uma dama que, tomando um refresco em um jardim, quando viu o pôr do Sol começou a chorar
26/11	15 ^a	Luís da Purificação	Cipião desterrado em Roma	Anaxarte convertida em pedra
27/12	16 ^a	Félix Xavier	A modéstia de Alexandre Magno quando lhe foram apresentadas a mulher, a mãe e a filha de Dario, recém-vencido	Pirene transformada em fonte
21/01	17 ^a	José Pires de Carvalho	Diógenes buscando com uma luz um homem na praça de Atenas durante o dia	Um cego trazendo às costas um coxo, que o governava com a vista, ajudando-se reciprocamente para a comodidade de ambos
04/02	18 ^a	Manuel de Cerqueira Leal	As damas de Cartago, que cortaram o cabelo para enxárcias de uma armada contra seus inimigos	O retiro que fez de Lisboa o Padre Bartolomeu Lourenço Gusmão

Fonte: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969-1971, vol. I, tomos 1 a 4.